

UFPI – UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ  
CCHL – CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS

OLÍVIA CANDEIA LIMA ROCHA

**LUGARES, SABER E PODER: apropriação feminina sobre as práticas  
discursivas entre 1875 - 1950.**

Teresina - PI  
2007

# **Livros Grátis**

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

OLÍVIA CANDEIA LIMA ROCHA

**LUGARES, SABER E PODER: apropriação feminina sobre as práticas  
discursivas entre 1875 - 1950.**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História, do Centro de Ciências Humanas e Letras, da Universidade Federal do Piauí, para obtenção do grau de Mestre em História do Brasil.

Orientador: Professor Dr. Pedro Vilarinho Castelo Branco.

R6721 Rocha, Olívia Candeia Lima.

Lugares, saber e poder: apropriação feminina sobre as práticas discursivas entre 1875 - 1950. / Olívia Candeia Lima Rocha. Teresina: 2007.

139 fls.

Dissertação (Mestrado em História) UFPI

1. Mulheres na Literatura. 2. Mulheres – História. Título.

C.D.D. 305.409

OLÍVIA CANDEIA LIMA ROCHA

**LUGARES, SABER E PODER: apropriação feminina sobre as práticas  
discursivas entre 1875 - 1950.**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História, do Centro de Ciências Humanas e Letras, da Universidade Federal do Piauí, para obtenção do grau de Mestre em História do Brasil.

Orientador: Professor Dr. Pedro Vilarinho Castelo Branco.

Aprovada em: 05/06/2007

BANCA EXAMINADORA

---

Professor Pedro Vilarinho Castelo Branco (Orientador)  
Doutor em História do Brasil  
Universidade Federal do Piauí

---

Professor Edwar Castelo Branco  
Doutor em História do Brasil  
Universidade Federal do Piauí

---

Professora Temis Gomes Parente  
Doutora em História do Brasil  
Universidade Federal de Tocantins

Às mulheres que sonharam, escreveram e inscreveram novas perspectivas para a atuação social feminina.

Aos amigos sinceros e familiares que torceram pelo sucesso desse trabalho.

## AGRADECIMENTOS

No decorrer de um trabalho, vão se somando diversas contribuições que influenciam no seu direcionamento e na dimensão que ele assume ao final. Assim, registro meus agradecimentos:

-Ao professor Pedro Vilarinho Castelo Branco pela parceria, confiança, observações e questões desafiadoras.

-A Francisco das Chagas Santiago Júnior pelas sugestões de leitura que auxiliaram na compreensão do universo literário da época.

-Ao professor Bernardo Pereira de Sá Filho pela bibliografia sobre o movimento feminista no Brasil.

-À professora Elizangela Cardoso pelas observações e sugestões que ajudaram na construção do terceiro capítulo dessa dissertação.

-À Ana Koch, Rosane Salomani, Norma Telles e Zahidé Muzart pela atenção e bibliografia disponibilizada.

-À professora Socorro Reis pelas palavras de incentivo e por ter colaborado com material bibliográfico pertinente à literatura feminina e à crítica feminista.

-À professora Áurea Pinheiro por ter propiciado acesso a documentos que forneceram os subsídios necessários para compreender as relações de poder em torno dos espaços de publicação no jornal *O Piauí* na década de 1920.

-Ao professor Edwar Castelo Branco e à professora Socorro Magalhães, pelas sugestões bibliográficas e observações apresentadas durante a qualificação.

-Ao professor Saulo Cunha de Serpa Brandão, do departamento de Letras da Universidade Federal do Piauí, pela sua boa vontade que, desprovida de preconceitos sectários entre as disciplinas, possibilitando que eu começasse a me envolver com a temática da inserção feminina no cenário literário piauiense como bolsista de iniciação científica. Seus incentivos foram fundamentais para a realização deste trabalho.

Por fim agradeço à minha família pela paciência e compreensão e aos amigos pelos votos de sucesso que me animaram nessa empreitada.

## COM LICENÇA POÉTICA

Quando nasci um anjo esbelto,  
desses que tocam trombeta, anunciou:  
vai carregar bandeira.  
Cargo muito pesado pra mulher,  
esta espécie ainda envergonhada.  
Aceito os subterfúgios que me cabem,  
sem precisar mentir.  
Não sou tão feia que não possa casar,  
acho o Rio de Janeiro uma beleza e  
ora sim, ora não, creio em parto sem dor.  
Mas o que sinto escrevo. Cumpro a sina.  
Inauguro linhagens, fundo reinos  
– dor não é amargura.  
Minha tristeza não tem pedigree,  
já minha vontade de alegria,  
sua raiz vai ao meu mil avô.  
Vai ser coxo na vida é maldição pra homem.  
Mulher é desdobrável. Eu sou.



## RESUMO

Esse trabalho trata da apropriação feminina sobre as práticas discursivas e os lugares de publicação e representação literária entre 1875 e 1950 na sociedade piauiense. Aspectos como o acesso feminino à educação e a atribuição à mulher do papel de colaboradora e agente de transformação da sociedade contribuíram para esse processo. O universo da escrita e da publicação era socialmente inscrito como domínio masculino, de forma que, para modificar as cartografias literárias, era preciso enfrentar a resistência masculina e conquistar aliados. O aval masculino materializava-se no apoio de familiares, nas relações de parentesco e amizade com redatores de periódicos, no prefácio de livros e na crítica favorável de jornalistas, literatos e críticos. Os pseudônimos serviam como máscaras que protegiam as mulheres das críticas da sociedade, permitindo que elas abordassem temas polêmicos como o feminismo. A publicação passava pelo poder seletivo dos redatores que podiam impor condições como conhecer a identidade dos colaboradores e colaboradoras dos periódicos. Considere-se, também, a existência de uma censura social que indicava os temas apropriados à expressão feminina. O magistério conferiu autorização discursivo às normalistas e professoras, que passaram a ter textos e discursos publicados pela imprensa local. Temáticas sentimentais, relativas ao ensino ou perpassadas por bucolismo e religiosidade, eram recorrentes na produção textual feminina. As instituições educacionais incentivavam a produção textual com a criação de periódicos, mas também a disciplinavam quanto aos sentidos permitidos. A apropriação das práticas discursivas relaciona-se ao deslocamento de fronteiras para a atuação feminina na sociedade. Mas a ruptura do monopólio masculino sobre esses nichos de poder enfrentava resistências, que perpassam o lugar de autoria, a ocupação de espaços nos periódicos e o ingresso em agremiações literárias. O ingresso feminino nos espaços de publicação e academias literárias passava por alianças e pelo autorização discursivo, devido a aquisição de saber socialmente reconhecido ou pela crítica literária favorável. Mas esse processo oscilava entre avanços e recuos, apresentando resistências incisivas no sentido de afastar e interditar o acesso feminino a esses lugares sociais.

**PALAVRAS-CHAVE:** escritoras, publicação, academias literárias, magistério, feminismo.

## **ABSTRACT**

The women settlement in the field of the speech practices, publishing and literary representation spaces between 1875 and 1950 in the Piauiense society are the subjects of this present paper. Aspects such as women's access to education, their new roles as co-operators and agents, responsible for changing the society, contributed to that process. Men used to dominate the literary universe by social conveniences, then, modifying the literary cartography meant fighting men's resistance and finding some allies. Men's acceptance was based on family support, kinship and friendship with newspaper editors, books forewords and favorable journalists, scholars and critic's criticism. Pen-names were like masks, protecting women from social critics, allowing them to embrace such polemical themes as feminism. Publishing depended on the editors' whose power could impose conditions such as knowing the identity of the ones who collaborated with the newspapers. A social reprimand that indicated which subjects were appropriated to women was also taken in consideration. The teaching labor conferred to students and teachers authority to publish their writings by the local press. Feelings about teaching, religion and some bucolic ones were often common on female writing production. The educational institutions stimulated that production, disciplining what was allowed and what was not, though. The appropriation of the speech practices is related to the change of borders to the women acting into the society. The breaking of men's monopoly in those powerful fields faced resistances, such as copyrights, their room in the magazines and literary academies. The presence of woman in publications and literary academies was possible through agreements and the discursive permission acquired by the knowledge which was socially recognized or through propitious literary criticisms. That process wavered, showing strong resistances which meant trying to push away or even hinder women access to those places in the society.

**KEYWORDS:** woman-writers, publishing, literary academies, teaching, feminism.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	10
<b>1. CULTURA LETRADA E DESLOCAMENTOS NA CIDADE</b> .....	16
1.1. INSTRUÇÃO FEMININA: a formação de leitoras e possíveis escritoras .....	24
1.2. UMA ÉPOCA AMEÇADORA: o perigo feminista .....	30
<b>2. INGRESSO FEMININO NAS CARTOGRAFIAS LITERÁRIAS</b> .....	43
2.1. O PIONEIRISMO DE LUIZA AMÉLIA DE QUEIROZ.....	45
2.2. ROMPENDO CASULOS.....	53
2.3. ENUNCIAR E SILENCIAR: disputas pela demarcação de territórios .....	62
2.4. INCURSÕES FEMININAS ÀS ACADEMIAS LITERÁRIAS: aval masculino e resistência .....	68
<b>3. O JOGO DAS MÁSCARAS E O DESLOCAMENTO DAS FRONTEIRAS DO DIZÍVEL</b> .....	88
3.1. PSEUDÔNIMOS: USOS E UTILIDADES .....	89
3.2. PSEUDÔNIMOS FEMININOS E INDÍCOS DE AUTORIA FEMININA .....	94
3.3. PSEUDÔNIMOS FEMININOS E FEMINISMO .....	98
3.4. AS MULHERES ATRÁS DAS MÁSCARAS.....	103
3.5. AUTORIA FEMININA DESVELADA .....	106
<b>CONCLUSÃO</b> .....	117
<b>BIBLIOGRAFIA</b> .....	121
<b>PERIÓDICOS</b> .....	128
JORNAIS .....	128
REVISTAS .....	135
ARTIGOS E PERIÓDICOS ELETRÔNICOS .....	138

## INTRODUÇÃO

Existe certo incomodo entre os historiadores que consideram que determinados objetos devem ter ascendência sobre outros na pesquisa histórica. Mitificam modelos, paradigmas e objetos, posicionando-se refratários à polifonia de perspectivas em que a história se abriu. Palavras como interdisciplinaridade, Nova História ou Nova História Cultural parecem assimiladas ao vocabulário do historiador, mas é comum questionamentos sobre os objetos e temas pesquisados.

Alguns se filiam às angústias de François Dosse, temendo que a História perca seu terreno ao se fragmentar em uma diversidade de abordagens e objetos. O diálogo com outras disciplinas também inquieta os que acreditam que a História afasta-se de si, ao incorporar outros conceitos, ao ampliar seu universo temático, ao se renovar em uma explosão de histórias (DOSSE, 1992).

Para desgosto dos arautos dos paradigmas e das metanarrativas, a História não é um conteúdo encapsulado no tempo, mas se transforma conforme os questionamentos que os historiadores e a sociedade lhe fazem em cada época. É o homem do presente que questiona o passado, reinterpreta-o e analisa-o a partir de suas questões e referências epistemológicas de compreensão. Se o homem e a sociedade não são monolíticos nem possuem apenas uma perspectiva possível, como poderia uma ciência que pretende elaborar compreensões narrativas apresentar-se sob uma única dimensão de caráter monocromático, de preferência sob a capa da neutralidade? (FEBVRE, 1985; BLOCH, 1993).

Deixando de lado as disputas por legitimidade das abordagens históricas é necessário discorrer sobre as questões que tocam esta pesquisa de maneira proeminente. As reflexões contidas nessa dissertação circulam entre a História, as relações de poder, discursos,

gênero, práticas e representações. Dessa maneira, este trabalho identifica-se com a análise de Roger Chartier sobre o que se tem denominado Nova História Cultural. Para esse autor, a Nova História Cultural institui-se pela formação de um espaço de debates e intercâmbio promovido por pesquisadores que se recusam a limitar a compreensão dos fenômenos históricos a uma única vertente, procurando considerar as múltiplas dimensões da realidade histórica, praticando uma história cultural sem necessariamente defini-la (CHARTIER, 2006).

O passado no qual os personagens das narrativas históricas sonharam, sofreram, triunfaram, enfim, viveram, jamais é recuperado. Os historiadores apenas lançam conjecturas, construindo versões entre lacunas, silêncios, vestígios e lugares de memória. Os vestígios do passado são fragmentos prenhes de sentido e carregados de intencionalidade; fazem parte de um contexto de circunstâncias, discursos e representações. São imagens embaçadas que sobre a análise das fontes, as contribuições teóricas e leituras relacionadas à época ou ao objeto em estudo, vão ganhando forma, sendo buriladas até aparecerem como um texto coerente, uma dimensão da complexa teia de histórias que se tangenciam e entrecruzam. Assim, a narrativa que ora se apresenta não se trata do passado, mas de uma interpretação dele, a partir da análise de vestígios, pistas e indícios arregimentados em uma leitura possível de sentidos, silêncios e lacunas (GINZBURG, 1989).

Essa análise procura circunscrever a dinâmica que envolve a apropriação das práticas discursivas<sup>1</sup> pelas mulheres. Para tanto, procura-se levar em conta o universo de conflitos e relações que perpassam a participação feminina em periódicos da época e em agremiações literárias. Adotando a compreensão de prática discursiva, esta análise se apóia em documentos como crônicas, artigos, contos e poesias publicados em livros, revistas e jornais entre 1875 e 1950. Este corpus documental foi constituído a partir de textos que

---

<sup>1</sup> A noção de prática discursiva adotada neste trabalho compreende a materialização da linguagem em um processo de interação social que põe em circulação sentidos e discursos. (PINHEIRO, O., 1999; MEDRADO, 1999).

abordavam o feminismo, o comportamento e atuação feminina na sociedade, além de produções atribuídas à autoria feminina ou assinadas com pseudônimos femininos.

Entre o final do século XIX e a primeira metade do século XX, foram poucas as mulheres piauienses que publicaram livros. Dessa forma, é a participação feminina nos periódicos dessa época que confere maior visibilidade à apropriação das práticas discursivas pelas mulheres. O período compreendido entre 1875 e as primeiras décadas do século XX é marcado por transformações na sociedade, mas que não acontecem de maneira acelerada, pois, como destaca Pedro Vilarinho Castelo Branco, essa era uma época de transição entre uma sociedade rural marcada pela oralidade e uma modernização do espaço urbano que estreitava sua relação com a cultura letrada. Dessa maneira, a adoção de um recorte temporal de média duração permitiu observar continuidades, mudanças, deslocamentos de sentidos, alianças e resistências em relação ao ingresso feminino no universo da cultura letrada (CASTELO BRANCO, 2005 a).

Luiza Amélia de Queiroz destaca-se, no final do século XIX, como primeira mulher piauiense a se dedicar à prática literária, de forma que, partindo da publicação de *Flores Incultas* por essa autora em 1875, essa narrativa perpassa aspectos emblemáticos do ingresso feminino pelo cenário literário. Nesse sentido, destaca-se a criação do jornal *Borboleta*, a colaboração feminina em periódicos e eventos literários, o ingresso feminino em associações literárias, o apoio e a resistência masculina a esses deslocamentos. Assim, ressalta-se que essa narrativa é norteadada pela análise das relações de poder em torno das práticas discursivas, as disputas, os conflitos, os subterfúgios e as alianças que envolvem a aproximação e o afastamento feminino dos lugares de publicação e reconhecimento literário como, os jornais, as revistas e as agremiações literárias (FOUCAULT, 1996).

O ingresso feminino nos espaços de publicação e representação literária constitui um movimento de abertura de veredas pelas quais as mulheres angariavam reconhecimento

intelectual. Além disso, a prática escriturística<sup>2</sup> possibilitava às mulheres a inscrição de novos sentidos para a atuação feminina na sociedade. Dessa forma, esse trabalho também busca perceber o lugar social implícito nos textos que remetem a uma autoria feminina e como esses dialogam com as reivindicações feministas da época (CERTEAU, 1994; FOUCAULT, 1995). Assim, considerando-se a circulação de sentidos que afetam os sujeitos em sua interação com o mundo social, destaca-se a ênfase de Sueli Rolnik e de Félix Guattari na percepção do desejo como mola propulsora das práticas sociais (ROLNIK, 1989; GUATTARI; ROLNIK, 1996).

Os trabalhos de Pedro Vilarinho Castelo Branco, Teresinha Queiroz, Socorro Magalhães, Áurea Pinheiro, Celso Pinheiro Filho e Alcides Nascimento propiciaram a esta pesquisa informações pertinentes às relações de gênero e vida cultural e literária da sociedade piauiense no período estudado. Nesse sentido, destaca-se o trabalho de Darnton (1987), como subsídio para refletir sobre as relações de poder que perpassavam o universo literário da época. Ressalta-se, também, as contribuições de Norma Telles, Constância Duarte, Zahidé Lupinacci Muzart, Margaret Rago, Nadilza Moreira e June Haner, por meio de pesquisas que abordam a atuação de escritoras brasileiras e o movimento feminista nos séculos XIX e XX.

Este trabalho não tem o objetivo de realizar análises literárias em textos de autoria feminina. Seu propósito constituiu-se em analisar os deslocamentos de fronteiras sociais e de gênero que ampliaram as possibilidades de atuação das mulheres na sociedade, especialmente no que concerne ao domínio das práticas discursivas e à afirmação intelectual feminina no período pesquisado. Nessa perspectiva, buscou-se considerar as circunstâncias históricas que indicavam os sentidos considerados adequados à expressão feminina e que delineavam as possibilidades de apropriação das práticas discursivas e dos lugares de representação literária pelas mulheres.

---

<sup>2</sup> A prática escriturística inscreve discursos e sentidos que visam provocar efeitos na sociedade. (CERTEAU, 1994).

No processo de deslocamento, definição e redefinição das fronteiras e dos papéis sociais atuam discursos que perpassam a sociedade e se manifestam nas práticas discursivas. Dessa forma, o primeiro capítulo discorre sobre a relação entre vida literária, redefinição dos papéis sociais femininos, instrução e participação feminina em eventos e associações de caráter literário. Além disso, esse capítulo procura analisar o discurso anti-sufragista e os sinais de resistência às mudanças relacionadas ao comportamento feminino e à atuação feminina na sociedade.

Destaca-se que, mesmo entre mulheres das famílias abastadas do Piauí no século XIX, poucas eram as que obtinham alguma instrução. O restrito acesso feminino à instrução contribuiu para que os lugares relacionados à escrita, à autoria e ao reconhecimento literário fossem de difícil acesso às mulheres. Além disso, a publicação era uma prática inscrita como masculina. Assim, transgredir as normas prescritas para o seu sexo significava enfrentar as críticas da sociedade e até mesmo a oposição de familiares. Dessa maneira, no segundo capítulo desta dissertação, as reflexões se voltam para as relações de poder em torno dos lugares de autoria<sup>3</sup>, publicação e prestígio intelectual, considerando-se o poder simbólico do aval masculino e os conflitos em torno da participação feminina em periódicos e em associações literárias.

No terceiro capítulo, aborda-se o uso de pseudônimos e indícios de autoria feminina, procurando identificar aspectos relacionados a representações, práticas e comportamentos prescritos para o feminino. Sabe-se que o uso de pseudônimos foi um recurso utilizado por homens e mulheres com o objetivo de se protegerem de críticas e retaliações. Nesse aspecto, Eni Orlandi fornece subsídios para a análise das relações de poder e censura social que atuam em torno dos lugares de autoria e publicação, impelindo os

---

<sup>3</sup> O sentido que se atribui a lugar de autoria é o de uma posição social associada ao poder de dar vazão a sentidos, publicar textos, assiná-los, receber críticas e obter reconhecimento literário.



sujeitos à adoção de pseudônimos para dar vazão a enunciados e discursos (ORLANDI, 1995).

Desvelam-se, assim, três capítulos que discutem a ampliação da atuação feminina na sociedade e no universo da palavra escrita em um processo de deslocamento de fronteiras simbólicas, marcado por alianças e enfrentamentos. Ressalte-se que a apropriação feminina sobre as práticas discursivas e os lugares de autoria perpassa uma intrincada teia de relações que envolvem práticas, lugares, saberes e poderes.

## 1 CULTURA LETRADA E DESLOCAMENTOS NA CIDADE

O que os olhos não vêem, ouvidos não ouvem, coração não deseja.

Clodoaldo Freitas

A arte da mulher deve ser a arte de amar e de ser amada.  
Arimatéia Tito

Em todos os tempos, os homens tiveram medo das mulheres. A mulher é a outra, a estrangeira, a sombra, a noite, a armadilha, a inimiga. A mulher é Judite ou Dalila, que se aproveita do sono do homem para cortar-lhe os cabelos: a sua força.

Michelle Perrot

O ingresso feminino no universo da palavra escrita e da publicação relaciona-se a deslocamentos que articularam lugares, práticas e saberes. O acesso à educação e a ampliação das possibilidades de realização para além do espaço doméstico convergiam com anseios femininos, que eram instigados pelos discursos feministas. As configurações dos papéis de gênero e as perspectivas de atuação social que encetavam pareciam estar sob ameaça. De forma que era preciso delimitar os papéis femininos e masculinos para impedir que eles se desmanchassem em um processo que era visto, sobretudo como de desordenamento. Assim, esta narrativa antes de se reportar às relações de poder que envolvem os lugares de prestígio, publicação e representação literária procura perpassar a tensão gerada pela ampliação da atuação e presença feminina no espaço público, buscando sinalizar o ensejo de transformação em relação aos lugares ocupados pelas mulheres, além das inquietações e controvérsias em torno do feminismo.

A cidade é o espaço social no qual a circulação da palavra escrita ocorria de uma forma mais intensa. Era neste espaço que as mulheres deslocavam-se entre o comércio, a

escola, o trabalho, a Igreja, o passeio público, o cinema, a modista e a visitas às amigas e aproveitavam para lançar, anonimamente, suas crônicas no assalho da redação do jornal *O Piauí*. Deslocando-se pela cidade, as mulheres se dirigiam até as lojas especializadas na venda de publicações e adquiriam revistas voltadas para o público feminino, trazendo matérias sobre vestuário, cuidado do lar e dos filhos, o sexo oposto e o feminismo. A cidade sobre a qual essa análise se reporta é Teresina, tendo em vista o ingresso feminino em instituições de saber e representação literária criadas neste espaço urbano, no recorte temporal adotado.

A cidade é transformada por seus habitantes, que a modelam como lugar de significado para si e no qual vivenciam afetos, alegrias e agruras. Nesse espaço, as pessoas são afetadas pelas sensações despertadas no contato umas com as outras, pelas idéias, pelos valores, pelos modelos e novidades difundidos nas publicações e nas projeções cinematográficas.

O regresso de jovens que haviam saído para dar continuidade aos estudos em outros centros urbanos como, Recife e São Luís, é acompanhado por novas idéias, sonhos e ideais de lazer e cultura. Passa-se a querer imprimir outros sentidos de diversão e de convivência social e para tanto, era preciso mudar as feições da cidade e os costumes de seus habitantes. Deveriam ser substituídos aspectos vinculados à ruralidade e à oralidade como, a circulação de animais pelas ruas e a educação informal das crianças visando prepará-las para o mundo do trabalho e para a vida adulta. A nova feição da cidade deveria ser urbanizada, atualizada com as novidades da vida moderna: o telefone, a energia elétrica, a água encanada, os bailes, os saraus, as conferências literárias, as revistas, os jornais e os livros. Buscava-se assim uma valorização da cultura letrada e da instrução formal sobre a oralidade e o ensino informal (QUEIROZ, T. 1998, CASTELO BRANCO, 2005 a).

Mas essas transformações não se tornaram possíveis apenas pela circulação de novos discursos; na realidade se concretizaram pela intensificação da dinâmica capitalista, em

um estado exportador de produtos do setor primário e importador de artigos industrializados, sobretudo de países da Europa, como instrumentos musicais, livros, partituras, revistas, roupas, móveis, luminárias, objetos de decoração, entre outros. Essa importação de produtos e modelos europeus decorria da incipiente industrialização do Brasil nas primeiras décadas do século XX, mas também do valor de ostentação de produtos importados por uma elite local (QUEIROZ, T., 1994).

A transformação significativa de Teresina nas primeiras décadas do século XX encontra suas sementes no final do século XIX, com os ideais projetados nos discursos dos jovens literatos. Pedro Vilarinho Castelo Branco destaca que o retorno desses homens de letras atraídos pelos vínculos e interesses familiares, pelas possibilidades de ocupação de cargos políticos ou de emprego na máquina estatal, favoreceu a circulação de novas idéias e a formação de um sistema literário. A publicação de periódicos literários no Piauí se intensifica a partir da década de 1860, observando-se também que durante toda a primeira metade do século XX foi recorrente a dedicação de espaços literários em jornais noticiosos ou vinculados a partidos políticos (CASTELO BRANCO, 2005 a, PINHEIRO FILHO, 1997).

Essa atmosfera de renovação da sociedade e de expansão da expressão literária não se processa apenas como uma freqüência circunscrita ao universo masculino, mas também incluía as mulheres como ouvintes das conferências literárias, como leitoras e colaboradoras na organização de eventos literários e de publicações.

Nas últimas décadas do século XIX, observa-se o surgimento de publicações voltadas para o público feminino, conforme indicações de Pinheiro Filho (1997), o primeiro empreendimento nesse sentido se deu com a criação da revista *A Violeta* na cidade de Parnaíba em 1863. Além dessa iniciativa, menciona-se os periódicos *Jornal das Moças* (1880) e *A Borboleta* (1888), ambos publicados em Teresina. A existência desses periódicos significa que havia um público feminino consumidor, mas também ressalta a preocupação de direcionar

a leitura dessas mulheres e influenciar os comportamentos femininos. Não se descarta a possibilidade de que Luiza Amélia de Queiroz<sup>4</sup> ou outras mulheres tenham colaborado com essas publicações. Mas isso é de difícil verificação devido à prática do uso de pseudônimos ser recorrente nesse período.

Parte significativa dos periódicos literários publicados no Piauí no final do século XIX e primeiras décadas do século XX tinham como títulos nomes de objetos relacionados à juventude, a invenções tecnológicas e a elementos que remetiam à cultura letrada e aos salões literários. Nesse sentido, pode-se aludir aos periódicos *A Lâmpada* (1882), *A Harpa* (1883), *O Fonógrafo* (1886), *Revista Mensal de Literatura Ciências e Arte* (1887), *O Telefone* (1883-1889), *A Luz* (1901), *Aurora* (1907), *A Mocidade* (1928), *A Palavra* (1902), *A Pena* (1902), *O Automóvel* (1922 - 1924) entre outros (PINHEIRO FILHO, 1997). A incorporação de inovações como o telefone, o automóvel, a energia elétrica e a água encanada, foi feita de forma lenta e concentrada na área central de Teresina durante as primeiras décadas do século XX. Assim, por meio dos títulos e lemas dos periódicos, os redatores explicitavam de antemão sua crença na idéia de progresso, no primado da razão, da ciência e da cultura letrada, associadas à vitalidade do novo e da atualidade. Anunciavam a inauguração de uma época vinculada a adventos tecnológicos expressos em imagens relacionadas à luz, ao vigor, ao início de um novo tempo, como sugerem a recorrência de periódicos com títulos como “Aurora” no final do século XIX e no início do século XX. Ao mesmo tempo em que se tratava de uma época de transição entre os valores e práticas relacionados ao cotidiano rural e ao espaço urbano (CASTELO BRANCO, 2005 a).

Mas a vida literária não se resumia aos periódicos, perpassava também um contexto cultural em que os salões eram apontados como importante espaço de sociabilidade. Os salões eram espaços para cultivar relacionamentos com intelectuais, políticos, literatos,

---

<sup>4</sup> Conhecida como primeira mulher piauiense a se dedicar à prática literária. (ADRIÃO NETO, 1995, CHAVES, 1994).

redatores e proprietários de jornais e tipografias. Marcar presença nos salões representava prestígio social e literário para os escritores, pois significava ser aceito e reconhecido pelos pares. Fazer parte dessa rede de sociabilidades poderia ajudar na sobrevivência material, na projeção literária e na obtenção de emprego no serviço público. Os anfitriões aglomeravam em torno de si literatos e políticos que demonstravam seu círculo de influência, fomentando, assim, o estabelecimento e a manutenção das relações necessárias à sua projeção na sociedade.

Higino Cunha<sup>5</sup> era um entusiasta defensor da cultura de salão. Segundo ele, os salões eram espaços para cultivar as ciências, a arte, as conversas e os debates entre “homens ilustres” e “espíritos superiores”, inclusive em outros idiomas. Nesses eventos, homens e mulheres tinham liberdade para conversar, rir e dançar. Assim, a música e a dança eram componentes desse cenário de lazer, enamoramento e convívio social. Aniversários, casamentos, batizados, vitórias políticas ou bacharelados eram ocasiões festivas para ser comemoradas com bailes que serviam para aproximar as pessoas, formar laços de solidariedade e prestígio social (CUNHA, H., 1894).

Nos bailes as mulheres destacavam-se pela beleza, pela projeção familiar e por seu talento em apresentações musicais, declamações e encenações dramáticas. Elas tinham papel fundamental na organização e ornamentação dos espaços, tornando-os lugares alegres, convidativos e agradáveis. Uma boa esposa deveria saber recepcionar os convidados e ser parceira do esposo, ajudando-o a consolidar sua rede de contatos, amigos e projeção social. Era um espaço para ostentar virtudes, qualidades e elegância, apresentar-se em dia com a moda e evidenciar poder econômico; pois as imagens seduzem, convencem e também se constituem artefatos de discurso e poder.

---

<sup>5</sup> Intelectual maçom, com intensa atuação na imprensa como colaborador e redator de periódicos, além de uma vasta bibliografia. Bacharel em Direito, exerceu cargos públicos, como Professor e Chefe de Polícia. (ADRIÃO NETO, 1995).

Nas últimas décadas do século XIX, a conferência “A emancipação da mulher”, realizada pela Sociedade Recreio Juvenil em 1888, e a publicação dos textos “A mulher e seus direitos” e “Carta a uma jovem”, publicados no jornal *O Semanário* no ano de 1880 demonstram que se começava a discutir a redefinição do papel da mulher na sociedade (DEL PILAR, 1880; QUEIROZ, T., 1991). O papel estratégico da mulher na família contribuía para que ela passasse a ser percebida como colaboradora dos projetos masculinos, em uma associação de valores que envolvia educação, família e progresso. Dessa forma, a redefinição do papel feminino na sociedade favoreceu a aceitação da participação feminina em agremiações como O Clube Literário 12 de Outubro<sup>6</sup> e o Grêmio dos Simples<sup>7</sup> no qual se registra a participação de Mocinha Araújo, como Vice-Presidente, Maroca Batista, Segunda Secretária e Yayá Rego no Conselho Fiscal (GRÊMIO..., 1912).

Insinuando-se pelas margens, a colaboração feminina era bem vinda no que era considerado apropriado ao sexo feminino, sendo expressiva nas seções de coluna social, no registro da presença de outras mulheres no jardim público ou versando sobre moda ou amenidades como, por exemplo, na revista *Alvorada* (1909-1912). A participação feminina em periódicos sob gerência e redação masculina também se deve ao interesse de atrair o público leitor feminino, o que fazia parte de uma estratégia de redefinição do papel das mulheres na sociedade.

Destaca-se que periódicos noticiosos e literários como *O Livro* (1921), *O Tempo* (1906), *Correio de Teresina* (1914) e *O Piauí* publicavam poesias de escritoras como Carmen Freire, Joana Monteiro, Joanita Borel Machado, Zolina Rolim, Presciliana Duarte de Almeida, Júlia Rocha Pombo e Gilka Machado. A publicação desses textos fomentava a anuência

---

<sup>6</sup> O Clube Literário 12 de Outubro foi criado no início do século XX e editava o periódico *Andorinha*, com o qual colaborava Maria da Ressurreição Leal (ADRIÃO NETO, 1995).

<sup>7</sup> O Grêmio dos Simples foi criado em 1912 e tinha por finalidade promover “serões dançantes, literários e musicais”. Contava em seu quadro com literatos como Jonatas Batista, Presidente; Zito Batista, Orador; Edison Cunha, Tesoureiro (GRÊMIO..., 1912, p.1).

masculina ao ingresso feminino nas cartografias literárias e servia de estímulo à apropriação das práticas discursivas pelas mulheres.

Nas primeiras décadas do século XX, destaca-se a fundação da Academia Piauiense de Letras em 1917 e do Cenáculo Piauiense de Letras em 1927. Estas instituições foram criadas com o intuito de congregar literatos e intelectuais e promover a literatura na sociedade local. Estabelecer um lugar de distinção para os escritores significava instituir espaços de consagração em torno dos autores que formavam essas agremiações, distinguindo-os dos demais homens de letras da época.

A escritora Amélia de Freitas Bevilaqua foi a primeira mulher a ingressar na Academia Piauiense de Letras em 1921. Esta instituição também homenageou Luiza Amélia de Queiroz<sup>8</sup>, ao escolher seu nome para patrocinar uma de suas cadeiras. Essa acolhida aos nomes femininos demonstra que a atuação literária feminina era aceita ao mesmo tempo em que se constituía em um incentivo ao indicar possibilidades de reconhecimento intelectual para as mulheres na sociedade.

No Cenáculo Piauiense de Letras verifica-se uma significativa participação feminina, encontrando-se entre seus sócios os nomes de Zenobia Ribeiro, Otilia Silva, Julia Gomes Ferreira e Maria Iara Neves. A participação feminina nessa instituição demonstra uma abertura para que essas mulheres pudessem apresentar seus trabalhos em reuniões literárias e para publicar seus textos em *A Revista*, periódico dessa agremiação.

A participação feminina no universo literário começava a ser aceita, mas desde que fosse uma atividade secundária em relação aos papéis femininos na família, como observa Clodoaldo Freitas:

[...] eu não contesto a aptidão das mulheres nem as desejo reclusas estupidamente nos gineceus. Não é esse meu pensamento. Quero que a mulher estude e aprenda sem pretensões a doutora, sem a vaidade alarmante

---

<sup>8</sup> Luiza Amélia de Queiroz (1838 - 1898).



de querer sair do círculo suave da família, onde deve imperar. Nada de mulheres eleitoras e guerreiras, políticas e santas (FREITAS, 1996, p. 71).

Clodoaldo Freitas<sup>9</sup> destaca o surgimento de mulheres notáveis na literatura, especialmente no romance, gênero no qual se destaca sua sobrinha Amélia Bevilaqua. Mas também ressalta que a mulher não deve se afastar do círculo familiar, a vaidade de escritora não deve prevalecer sobre seu papel de mãe e esposa. Na percepção de Clodoaldo Freitas, a família de Clóvis<sup>10</sup> e Amélia Bevilaqua era um modelo a ser seguido:

No seu lar feliz, ao lado de seu esposo, grande jurista e filósofo Dr. Clóvis Bevilaqua, e de suas duas mimosas filhas. Florisa e Doris, respirando o ar purificador do estudo e da ventura, D. Amélia une os cuidados de dona de casa com as de escritora e tem tempo para tudo. Seus trabalhos indicam uma alma tranqüila e boa, que encara a vida pelo prisma da felicidade, porque é amada por quantos a conhecem na sua singeleza, na sua bondade, na sua modéstia. Enquanto Clóvis produz livros, que os nivelaram com os maiores juriconsultos contemporâneos, a Florisa escreve contetos encantadores e Doris faz sonetos mimosos, D. Amélia estuda e trabalha compondo seus livros, que a crítica indigna tem justamente elogiado (FREITAS, 1906, p. 1).

No lar, a mulher poderia se dedicar à família e às letras, sem se desviar de seus papéis de mãe e esposa. Amélia Bevilaqua era um exemplo a ser seguido, segundo Clodoaldo Freitas; ela era o encanto da casa, animava e inspirava o marido que a adorava (FREITAS, 1906). Dessa maneira, como destaca Socorro Magalhães, a concordância com a atuação literária feminina ocorria de forma vinculada à manutenção dos papéis femininos na família (MAGALHÃES, 1998).

A prática literária podia ser desenvolvida sem retirar a mulher por longas horas do espaço doméstico, o que possibilitava às mulheres instruídas da classe média e alta escrever colaborações para a imprensa de maneira discreta ou mesmo sem o conhecimento de seus

---

<sup>9</sup> Magistrado, literato, jornalista e crítico literário com vasta bibliografia e colaboração com periódicos do Piauí e outros estados, como Maranhão e Pará. Exerceu cargos públicos e foi o primeiro Presidente da Academia Piauiense de Letras (ADRIÃO NETO, 1935).

<sup>10</sup> Clóvis Bevilaqua elaborou o Código Civil de 1916. Renomado juriconsulto e literato que pertenceu à Academia Brasileira de Letras (CLÓVIS..., 1999, p. 14).

familiares. Um segredo que podia ser mantido com o uso de máscaras propiciadas por pseudônimos. Nesse sentido, Bárbara Heller destaca que ocorre uma feminização do espaço privado, na medida em que as mulheres começavam a ocupar lugares que antes eram exclusivamente masculinos, como o escritório e a escrivaninha (HELLER, B., 2001).

O papel fundamental atribuído à mulher no remodelamento da sociedade justificava a instrução feminina. Concomitantemente à formação de leitoras por meio da escola e da publicação de romances e folhetins nos jornais, também se criava o capital necessário ao surgimento de escritoras. Destaque-se que várias mulheres publicaram seus primeiros textos em periódicos vinculados a instituições educacionais, como o jornal *A Normalista* e as revistas *Primícias Literárias* e *Raios de Luz*, publicadas respectivamente pela Escola Normal, Colégio Sagrado Coração de Jesus e Colégio Nossa Senhora das Graças.

### 1.1 INSTRUÇÃO FEMININA: a formação de leitoras e possíveis escritoras

A instrução feminina era vinculada à transformação dos modelos de mãe e esposa, pela preparação da mulher para o desempenho desses papéis. Textos de autoria feminina também indicam que a instrução favoreceria o reconhecimento intelectual feminino em atividades fora do espaço doméstico. Essa convergência em torno da instrução feminina marca uma modernização dos papéis femininos na sociedade, ao mesmo tempo em que o cotidiano feminino se dinamizava com o aumento das perspectivas de educação, trabalho e lazer para as mulheres na cidade.

As primeiras ações em torno de ministrar uma educação formal para as mulheres ocorreram no final do século XIX. Nesse sentido, menciona-se a reativação da Escola Normal

em 1882, como instituição de ensino misto, composta pelas cadeiras Língua Nacional e Ensino Religioso, Aritmética e Geometria, Geografia e História e Trabalhos de Agulha, essa voltada especificamente para o público feminino (QUEIROZ, T., 1991). Segundo Clodoaldo Freitas, essa instituição diplomou, entre 1883 e 1887, vinte alunas e quatro alunos; constava em seu quadro docente a professora D. Joaquina Cândida de Lima Castro, provavelmente encarregada do ensino de trabalhos de agulha (FREITAS, 1988). A abertura de espaços para a atuação feminina no mercado de trabalho educacional favorecia a ampliação do contingente de mulheres instruídas e possíveis leitoras, considerando-se que algumas famílias tivessem preferência por preceptoras para instruir suas filhas.

A crença na educação como fator de progresso da sociedade e a percepção do papel estratégico da mulher na família foram fatores decisivos para impulsionar o incremento da instrução feminina com a criação de escolas voltadas para o público feminino, como o Colégio Sagrado Coração de Jesus, a Escola Noturna e a Escola Normal (FERRO, 1996). Esse processo repercutiu na ampliação do público leitor feminino e na participação das mulheres na imprensa e nas agremiações literárias.

O Colégio Sagrado Coração de Jesus, criado em 1906, constituiu-se n primeira iniciativa de uma escola voltada exclusivamente para a instrução feminina no Piauí. As famílias confiavam suas filhas, algumas no regime de internato, à orientação das Irmãs Pobres de Santa Catarina de Sena, que administravam a escola. Com esse empreendimento, almejava-se estabelecer uma contraposição ao ensino leigo, pretendendo, por meio de uma educação moral rígida, formar mulheres que seguissem um modelo de virtude e pureza, capaz de resistir à sedução das novas tendências propagadas pelo cinema e que não se deixassem influenciar por idéias emancipacionistas (CASTELO BRANCO, 1996).

A educação ministrada nessa escola buscava conciliar valores espirituais ao ensino de trabalhos manuais, como a costura, a pintura, os bordados, a confecção de flores;

exercícios físicos, música, idiomas estrangeiros e expressão literária. Os resultados educacionais eram demonstrados com a apresentação das alunas em jogos ginásticos, na execução de instrumentos, como o piano e bandolim, cantando, discursando, recitando poesias, diálogos em português, francês e italiano, além da exposição de trabalhos de pintura, desenho e prendas domésticas. Esse seria o currículo básico e ideal para formar mulheres que inspirassem os valores cristãos católicos na educação de seus filhos, mas também atendia à expectativa de que as mulheres da elite possuíssem refinamento cultural, fossem boas companhias para os maridos, soubessem receber convidados em bailes, saraus e festas realizados em suas residências, habilidades que seriam evidenciadas nos salões (CASTELO BRANCO, 1996).

A Escola Noturna, criada em 1908, contava com o ensino de trabalhos de agulha e economia doméstica. Considerando-se o horário de funcionamento da escola e o seu direcionamento curricular, pressupõe-se que ela fosse voltada para mulheres e jovens, que trabalhavam durante o dia e encontravam o horário noturno como uma opção de estudo. A ausência de disciplinas como o ensino de música e francês indica que o público ao qual essa educação se destinava eram mulheres de um estrato social pobre, com dificuldades de acesso à instrução, fosse pela reduzida quantidade de cadeiras públicas, fosse pela impossibilidade da família em arcar com as despesas educacionais (FERRO, 1996).

Nas primeiras décadas do século XX, a instrução feminina era associada ao bem-estar da família, à formação de homens e mulheres ideais para o desenvolvimento e progresso da pátria. É pela sua posição de poder no ordenamento do cotidiano familiar e pela influência sobre a educação moral dos filhos que a instrução feminina passa a ser disputada por religiosos e livre-pensadores. A proibição do ensino religioso nas escolas públicas e a criação da Escola Normal Livre pela Sociedade Auxiliadora da Instrução em 1909, constituía-se em medidas de reação às iniciativas da Igreja Católica, com a criação do Colégio Sagrado

Coração de Jesus e do Colégio Diocesano, esse voltado para a educação masculina no ensino primário e secundário (PINHEIRO, A., 2001).

A Escola Normal Livre foi incorporada ao sistema público de ensino em 1910. Segundo o governador Antonino Freire, deu-se preferência à formação feminina por duas razões:

A primeira e mais poderosa foi a natural aptidão da mulher para o desenvolvimento daquelas funções. Mais afetiva do que os homens ela está por isso muito apta para ensinar crianças e acompanhar-lhes os primeiros albores de inteligência. A segunda razão foi a exigüidade dos vencimentos que o Estado oferece aos professores, com a carestia atual da vida é um absurdo pensar em obter preceptores dedicados ao magistério, pagando os míseros ordenados do orçamento. A mulher, porém, mais fácil de contentar e mais resignada, e quase sempre assistida pelo marido, pai ou irmão, poderá aceitar o professorado e desempenhá-lo com assiduidade e dedicação, não obstante a parcimônia dos seus serviços (apud FREITAS, 1988, p. 96).

O magistério era compreendido como uma extensão da maternidade, de maneira que as características de amabilidade, paciência e resignação atribuídas ao sexo feminino, tornavam a mulher mais apta para o desempenho dessa missão. Os homens, com o dever de sustentar a família, não se resignariam com os baixos vencimentos oferecidos pelo Estado; além disso, tinham acesso a outras profissões mais rendosas e que se expandiam com a urbanização, como a advocacia e a medicina (LOURO, 2000).

O texto de Antonino Freire revela que as mulheres deviam contar com o amparo financeiro de familiares do sexo masculino. O trabalho feminino era visto como uma complementação de renda. Esperava-se que, ao casar, a mulher passasse a se dedicar somente à família. As mulheres de classe média tinham a continuidade de seu exercício profissional após o casamento condicionada à aquiescência do marido. Essas mulheres possuíam menos liberdade para se deslocar pela cidade, pois, vivendo em uma cidade pequena, poderiam ter

seu comportamento censurado nas páginas dos periódicos da época (CASTELO BRANCO, 1996).

O trabalho feminino no magistério era visto como digno, entretanto verifica-se a ocorrência de discursos contrários ao trabalho de mulheres casadas fora do lar, tendo em vista que, ora a escola retirava a mulher da casa e dos cuidados com os filhos, ora a maternidade a afastava da escola. Nessa perspectiva, a reforma da instrução piauiense em 1921 visava, entre outras coisas, proibir a atuação de mulheres casadas no magistério público, essas deveriam ter sua vida voltada somente para as demandas da família. Esse decreto causou acirrados debates nos jornais locais. Os que eram contrários à conciliação do trabalho feminino no magistério com o casamento e a maternidade declaravam-nas como atividades incompatíveis e prejudiciais ao ensino, pois as novas exigências pedagógicas requeriam a presença diária da professora na escola e a substituição profissional acarretaria prejuízo ao ensino (SILVEIRA, 1921). Mas certamente a maior preocupação do poder público eram as despesas com as licenças e o pagamento de salários à professora titular e à sua substituta:

Ora, demonstram as estatísticas, menos freqüência da professora casada que não raramente é forçada a grandes interrupções em gozo de licenças resultando disso solução de continuidade nos métodos, devido à substituição da proprietária da cadeira, havendo prejuízos para o ensino. Tanto assim é que nos Estados Unidos, onde a mulher possui a mais ampla liberdade de profissão, competindo com o homem em quase todos os ramos de atividade como bem demonstra Alberto Amado em seu precioso livro Vida Americana, faz-se exceção das mulheres casadas no exercício do magistério primário, por verificar a sua incompatibilidade com qualquer outro trabalho (SILVEIRA, 1921).

A interdição da atuação de mulheres casadas no magistério público era criticada como uma medida contrária à liberdade individual e favorável a uniões ilícitas, e dessa forma, à família, o instinto natural de amor e apelos carnis próprios da natureza humana:

O Projeto Lino Machado<sup>11</sup>, no qual, não sei por que carga d'água, se manifesta o desejo de que as professoras, muitas delas no viço dos anos e das ilusões, se entreguem, para poderem perceber - os seus minguados vencimentos, a uma castidade completa, que se não justifica, aliás, porque vai de encontro às mais sagradas leis da natureza humana e às próprias palavras divinas que lá mandam, nos textos sagrados 'crescei e multiplicai' (VASCONCELOS, 1922, p. 1).

Ora; o projeto de que se trata provoca, naturalmente, um protesto coletivo que pode assumir proporções de uma desobediência efetiva, por que vem, de modo tácito, decretar a supressão de um direito adquirido e oprimir a liberdade que a constituição garante de contrair casamento, uma vez que se preencham as formalidades da lei (LOPES, C., 1922).

Percebe-se uma convergência em torno de um ideal de família entre os discursos favoráveis e os contrários aos projetos que visavam, em âmbito estadual ou federal, impedir a atuação de mulheres casadas no magistério público. Os primeiros temiam o afastamento da mulher dos cuidados com os filhos e os segundos recebiam o incentivo a uniões ilícitas. Ao expor a polêmica como o “celibato das professoras”, vários textos indicam a percepção de que a sexualidade feminina deveria ser vivenciada preferencialmente no matrimônio. Esses discursos preconizavam que a mulher solteira ou viúva tivesse uma vida casta e dedicada ao trabalho. A mulher casada deveria ser fiel ao marido e dedicada aos filhos e aos trabalhos domésticos.

A tentativa de impedir a atuação de mulheres casadas no magistério público visava promover o retorno feminino ao ambiente doméstico, diminuindo sua presença no espaço público, evadido de situações sedutoras, podendo servir o trabalho como álibi para relacionamentos extraconjugais. Além disso, a lei teria por efeito realizar o que alguns maridos não conseguiam sozinhos: proibir suas esposas de continuar trabalhando após o casamento.

A inquietação provocada pela ampliação da atuação feminina no espaço público fica evidente pela ocorrência de medidas similares para proibir a atuação de mulheres casadas

---

<sup>11</sup> Projeto apresentado no Congresso Federal com o objetivo de proibir a atuação de mulheres casadas no magistério público.

no magistério público em Estados como Santa Catarina, Minas Gerais e Piauí, respectivamente nos anos de 1917, 1920 e 1921. O lar era considerado o lugar ideal para a atuação da mulher casada. Além disso, as perspectivas de atuação das mulheres na sociedade giravam em torno de seus papéis na família. O melhor desempenho das atribuições de mãe e esposa justificava a instrução feminina e o instinto maternal respaldava sua atuação no magistério (LOURO, 2000).

## 1.2 UMA ÉPOCA AMEÇADORA: o perigo feminista

A representação de fragilidade está subjacente em discursos, práticas e imagens que associam a mulher à delicadeza e à fragilidade. Essa representação orientava a conduta social feminina e as práticas da sociedade em relação a elas, entre essas; cita-se as tentativas de vigiar e acompanhar a presença feminina no espaço público e a prescrição das leituras recomendadas ao sexo feminino (CASTELO BRANCO, 2005 a; JODELET, 2001).

A mulher era percebida como frágil e pouco confiável, pois poderia ser facilmente seduzida. A ampliação da atuação feminina no espaço público era preocupante, na medida em que se perdia o controle dos movimentos das mulheres pela cidade, o que colocava em risco o domínio sobre o corpo feminino. Além disso, as transformações no comportamento e no vestuário feminino incomodavam os mais reticentes:

Não bastou, entretanto, cortarem os cabelos, na tendência para se irmanarem aos homens em físico. Encurtaram as saias. Elevam-nas aos joelhos. Reduzi-las, é desvendar o mistério de corpos. Desvendá-los, é acender, a causar crimes, e desventuras. [...] Mulheres e mistério



devem ser dois sinônimos. Voltem aos mistérios das saias compridas... encobrendo o que não deveriam mostrar (A. N<sup>12</sup>., 1927, p. 4).

Essas mudanças eram vistas como fatores de degradação moral da família e da sociedade. A moda, o teatro, o cinema e as novas danças eram vistos como ameaças a um ordenamento social que prescrevia para as mulheres valores como discrição e castidade. Os decotes e a alteração no comprimento das saias e vestidos deixavam o corpo feminino mais a mostra, tornando seus movimentos mais insinuantes (QUEIROZ, T., 1998 b; CASTELO BRANCO, 2005 a).

Os sentidos estavam sendo provocados de uma forma inédita. O que fazia com que a sociedade, a Igreja e os literatos se preocupassem em prescrever comportamentos e leituras para as mulheres. Mas, segundo Clodoaldo Freitas a licenciosidade grassava espaço na sociedade e as admoestações da Igreja não surtiam efeito no sentido de afastar as mulheres do cinema, do teatro e dos bailes (FREITAS, 1904).

A partir da segunda década do século XX, as projeções cinematográficas se tornam mais freqüentes e a incrementação dos espaços de lazer fazem do espaço público um lugar convidativo. Nesses espaços, mulheres, homens e crianças se apresentavam conforme as últimas novidades da moda, segundo revistas como *Elite* e *Parisiana*. Assim, no cotidiano da cidade os olhos eram fisgados pelos corpos mais a mostra e pelas novidades no vestuário, observando-se que as lojas especializadas chegavam a noticiar publicações que trariam as novidades da moda do ano seguinte. Acompanhar a moda tornava-se uma premissa de atualidade e elegância (FIGURINOS NOVOS..., 1920).

O corpo ganhava uma dimensão narcisista, devia ser modelado por exercícios para atender o modelo idealizado de saúde, mas também atrair olhares e despertar desejos. As pessoas passavam a encenar o espetáculo da modernidade e a se constituir vitrines de seus

---

<sup>12</sup> Pseudônimo que converge com as iniciais do literato piauiense Abdias Neves, sendo plausível que ele fosse o autor do texto, tendo em vista, que essa era uma prática recorrente no período estudado.

valores e ideais (CASTELO BRANCO, 1996). As mudanças no vestuário e no comportamento sinalizavam o rompimento com um modelo social que delimitava a atuação feminina ao espaço doméstico e que ressaltava o papel de mãe, “o espírito que se admira e não o corpo que se deseja” (LIMA, G., 1945 b). Tratava-se de uma época de deslocamentos múltiplos. Modificações no visual feminino, cortes de cabelo, cumprimento das saias, uso de maquiagens eram uma forma de marcar o surgimento de uma nova mulher (CORRÊA, 1995).

Nesse contexto, o avanço das mulheres no espaço público e em atividades que antes eram de monopólio masculino e as reivindicações sufragistas instalavam um clima de inquietações que ameaçavam um modelo de ordenamento social e familiar, que se constituía um perigo iminente de perda de espaços e poder pelos homens. Dessa forma, era preciso delimitar espaços de atuação para homens e mulheres na sociedade (CASTELO BRANCO, 2005 c).

A ampliação da presença feminina no espaço público e a crescente atuação de mulheres em atividades fora das configurações traçadas para seu sexo eram percebidas como uma invasão feminina. Esse processo inspirava um temor de subversão das marcas de gênero e dos papéis sociais e, conseqüentemente, da autoridade masculina:

As mulheres são hoje já médicas, advogadas, engenheiras, farmacêuticas, veterinárias, são... [...] Dentro de um século, ou muito menos, serão elas que nos sustentarão; isto é, já hoje em dia citam-se muitos casos de homens sustentados por mulheres; porém naquele tempo será de obrigação que a mulher saia de casa, para ir buscar o pão de cada dia, para levar o necessário a seu querido esposo, que ficará em casa dando banho às crianças, preparando as refeições então, ah! [...] Em tais tempos serão as mulheres que fundarão asilos e hospícios para os homens desvalidos, virtuosos e modestos, entende-se para rapazes mal parecidos, que não tenham podido encontrar uma mocinha que os proteja e os sustente. [...] Estamos em vésperas de uma catástrofe, salve-se quem puder (O REINADO..., 1902, p. 4).

Esse texto foi publicado originalmente em um periódico chileno com o título de “Feminismo”. Posteriormente foi traduzido e reproduzido no Rio de Janeiro pelo *Jornal do*

*Comércio*, de onde foi extraído pelo *O Piauí*. Os jornais locais freqüentemente reproduziam artigos e notas extraídos de publicações nacionais e estrangeiras. A reprodução de textos sobre o feminismo e temas relacionados ao universo feminino assinalam que o temor de desordenamento social ultrapassava fronteiras geográficas.

O avanço feminino em atividades que eram inscritas como masculinas provocava um sentido de desterritorialização, pois os homens sentiam-se usurpados em suas prerrogativas:

Parece que o futuro dos homens não está mais garantido nos Estados Unidos. Um professor, o Sr. Commes, depois de longos e pacientes estudos estatísticos e pesquisas que lhe devem ter custado muito tempo e dinheiro, convenceu-se e vulgarizou a sua convicção de que em cinquenta anos as mulheres na América do Norte terão de suplantam os homens nos negócios, tanto públicos como particulares. Já se contam nas escolas superiores quatro senhoras por um homem. *Conclui mostrando a necessidade de uma solução rápida e eficaz sem indicar, aliás, qual deva ser tendente a evitar o perigo feminista* (O PERIGO..., 1906, p. 4). [grifo nosso]

Notícias sobre o feminismo e a atuação das sufragistas eram publicadas nos jornais locais, pois se tratava de um movimento social que suscitava polêmicas e mesmo espanto para alguns. Entre os títulos que indicam o caráter de curiosidade e ameaça que o movimento feminista representava, cita-se “O Perigo Feminino” e “Na América do Norte: uma manifestação de sufragistas - espetáculo curioso” publicados no jornal *O Piauí*, respectivamente em 1906 e 1913.

As notícias sobre o movimento feminista e as realizações femininas em diversas atividades sociais inspiravam inquietação entre muitos homens e euforia entre algumas mulheres que se sentiam motivadas a buscar novos espaços de atuação na sociedade, citando-se a candidatura da professora Josefa Ferraz ao Conselho Municipal de Teresina. A obtenção

de sete votos pela candidata gerou um debate entre Jônatas Batista<sup>13</sup>, que via nesse sufrágio a manifestação de um movimento feminista, e Antônio Chaves<sup>14</sup>, para quem os votos destinados à Josefa Ferraz decorriam de:

Uma simples e inocente brincadeira, uma vez que eles tinham plena certeza de que a pessoa em quem descarregavam os seus votos não podia absolutamente ser eleita, ainda mesmo que conseguisse uma enorme votação. Não vejo também neste gesto nenhum estímulo ao movimento feminista em Teresina, e a razão é que não se pode estimular, não se pode incentivar aquilo que não existe (CHAVES, 1920, p. 1).

Ao contrário do que afirma Antônio Chaves, é possível que os sufrágios concedidos à Josefa Ferraz fossem manifestações favoráveis à participação das mulheres na política. A candidatura de Josefa Ferraz representa, para além da repercussão do movimento feminista no cenário nacional, a efervescência de um desejo de ocupação de novos papéis e espaços na sociedade entre eles, os relativos ao âmbito da política e da administração pública. Mas, visto como estopim da desordem, o sufrágio feminino sofria uma acirrada oposição:

Esquecem os perigos supervenientes; desprezam as conseqüências funestas; ficam cegos à voz superior da sensatez e dos altos princípios da paz e da felicidade humanas. É um abismo que se cava, é uma desordem que se provoca, é enfim, atear o incêndio, a revolução, a guerra e o crime, contra todos os elementos duradouros e fortes, contra o nosso próprio bem estar, contra as próprias condições existenciais da sociedade (TITO, 1913, p. 253).

[...] A mulher política, a mulher eleitora ou candidata a cargos eletivos, nunca! [...] Ah! Minhas queridas patrícias, não queirais nunca que o direito do voto vos seja dado. Ele vos subtrairá a sagrada e doce missão de esposa e mãe, ele vos arrebataria às doçuras da vida para vos entregar às agruras de uma luta tremenda, que não se fez para o vosso sexo (CHAVES, 1920, p. 1).

Antônio Chaves dirigia um apelo às mulheres piauienses, para que não desejassem o direito ao sufrágio. Era preciso convencê-las de que só haveria felicidade e satisfação para

---

<sup>13</sup> Poeta, jornalista, ator e dramaturgo. Pertenceu a Academia Piauiense de Letras e escreveu peças como “Astúcia de Mulher”.

<sup>14</sup> Poeta e jornalista. Integrou o quadro da Academia Piauiense de Letras.

elas na família, na proteção e aconchego do lar, onde estariam a cuidar do bem estar dos filhos e do marido. Temia-se que o sufrágio feminino acarretasse não apenas alterações na esfera política, mas nas relações entre homens e mulheres:

O ser frágil e delicado da mulher não deve ocultar o veio de energia e de força, que possa fazer arrogante, poderoso e temido. Seria a sua masculinização. E a mulher nesse estado, ela que é a fonte de beleza eterna e o símbolo do amor, perderia todo o seu encanto e seria a exterminadora voluntária do grande império, do domínio absoluto que exerce sobre o nosso sexo (CHAVES, 1920, p. 1).

A atuação política é descrita como uma atividade não apenas fora das configurações sociais femininas, mas também como fator que retiraria o poder de fascinação que a beleza e a delicadeza, associadas à imagem feminina, exerceriam sobre os homens. O discurso de fragilidade feminina retirava da esfera estabelecida para sua atuação as atividades que pudessem ser relacionadas à luta, à força e à imposição de obediência. As mulheres deveriam ser encantadoras e não temíveis. Oferecia-se à mulher, como compensação de sua exclusão da esfera política, um discurso que ressaltava seu poder atrativo sobre o sexo masculino, o lugar de “rainha do lar” e a sublime missão da maternidade como seus papéis sociais exclusivos:

Ao homem, a luta, o trabalho manual, intelectual e político; ao homem o dever penoso de partilhar e concertar as paixões ambiciosas do mando público, à mulher fique o que vale tudo isso, o seu papel de mulher, de amante, de mãe, formadora da família; papel tão exclusivo (ALENCAR, 1922, p. 1).

O surgimento de discursos que tentam convencer a mulher da importância de seu papel na família pode estar relacionado ao temor da expansão do movimento feminista e de sua organização na cidade de Teresina, tendo em vista que, a candidatura de uma mulher ao Conselheiro Municipal representava uma ruptura com o lugar social que era atribuído às

mulheres. Destaque-se que nesse contexto, também se observa discursos que defendiam a participação feminina na política:

[...] É preciso convir, entretanto, que o ‘le monde marche’, que devemos acompanhar o progresso. A política do futuro será mais moralizada, mais leal e para essa melhoria muito contribuirá a mulher. As campanhas políticas não descerão às retaliações pessoais. Os homens respeitar-nos-ão; haverá decoro na linguagem, polidez nas discussões. Com a nossa emancipação social ganharemos também, o que, até hoje, se nos tem negado (DOLORES, 1922 b, p. 4).

“Dolores” apresenta dois argumentos favoráveis à atuação feminina na política. O primeiro, é que as mulheres contribuiriam para o melhoramento das práticas políticas. O segundo, é que por meio dessa atuação elas poderiam defender seus ideais e reivindicações. Nesse intuito, “Dolores” propunha que fosse criada em Teresina uma associação feminina nos moldes da Federação Brasileira para o Progresso Feminino fundada em São Paulo em 1922.

A Federação Brasileira para o Progresso Feminino (FBPF) defendia reivindicações feministas e realizava campanhas em favor do sufrágio feminino. A sugestão de instalar uma seção da FBPF no Piauí se pautava em precedentes em Minas Gerais e no vizinho Estado da Bahia. Entretanto, esse projeto não se concretizou. Assim, faz-se necessário refletir sobre os aspectos que colaboraram para inibir a criação de uma associação de caráter feminista nos moldes da FBPF, em Teresina, durante década de 1920 (HANER, 2003).

Ao propor a criação de uma associação para defender os interesses femininos no Piauí, “Dolores” apresentava o sufrágio feminino como principal reivindicação. Contudo, esse ponto suscitava polêmica mesmo entre as mulheres:

As mulheres com direito de voto? Para que? Qual vantagem daí lhes resultaria? No meu sentir, nenhuma. Não pode ser esse o verdadeiro feminismo. Por que se não dedicar a mulher ao lar, à música, às letras, à pintura, à escultura? [...] Que a mulher se instrua para obter noções positivas de tudo. [...] Nessa instrução está a sua força (EGLANTINE, 1926 c, p. 4).

O debate em torno do sufrágio feminino aponta que havia divergências quanto às reivindicações que o movimento feminista deveria apresentar:

[...] o verdadeiro e nobilitante feminismo que eu entendo, não é disputar ao homem, os empregos, as posições políticas, as atribuições sociais; não é adaptar-lhe os trajes, o corte dos cabelos, nem copiar-lhe as maneiras, os hábitos, como se nestas exterioridades residisse a sua proeminência. [...] Cultive a mulher o seu espírito, aprimore seus dons naturais, habilite-se, por uma sólida e bem cuidada instrução, para lutar pela vida, e ter-se-á tornado não livre, mas independente (VIOLETA, 1926 b, p. 4).

O movimento feminista se constituía por uma polifonia de discursos. Mas se o sufrágio feminino gerava controvérsias, a defesa da instrução feminina era um ponto de convergência entre os discursos liberal sufragista<sup>15</sup>, liberal anti-sufragista<sup>16</sup> e anarquista<sup>17</sup>. Os textos de “Violeta” e “Eglantine” expressavam um discurso liberal anti-sufragista que considerava essencial defender o acesso feminino à educação como forma de ampliar a atuação feminina na sociedade e tornar a mulher financeiramente independente. Essas reivindicações se relacionam às mulheres instruídas de classe média e alta que se sentiam podadas em relação às suas possibilidades no mundo público, como representa a figura do sabiá nesse conto de Iara Borges<sup>18</sup>:

Na varanda de lindo palacete aristocrático, em gaiola dourada, um sabiá vive prisioneiro. Nunca são ouvidos os seus gorjeios. A encantadora prisão não o satisfaz. Tristonho olha o espaço infinitamente azul onde voaria feliz e despreocupado se não fora a maldade humana lhe tolher a liberdade. Ter asas e não poder voar! [...] Um dia, porém, quando maior era o encantamento das coisas, vencido, enfim, por aquela natureza em festa, ei-lo experimentando o canto. [...] O olhar magnético de um bichano fá-lo voltar à realidade. Tamanha é a dor experimentada que soltando mais um trinado cai morto (BORGES, 1927, s.n.).

<sup>15</sup> O acesso feminino à instrução e ao mercado de trabalho era defendido, mas a reivindicação mais proeminente era o direito ao sufrágio.

<sup>16</sup> Defendia a educação, o trabalho feminino e rejeitava o sufrágio feminino como reivindicação do feminismo. Os papéis femininos na família eram freqüentemente reafirmados.

<sup>17</sup> Apresentava a instrução como forma de elevação feminina, mas rejeitava o sufrágio e os valores da família burguesa, como o casamento e a virgindade.

<sup>18</sup> Maria Iara Borges de Melo dedica o conto “A morte do Sabiá” a D. Alice Vêras. Alice Vêras publicou alguns textos poéticos na revista *Almanaque da Paraíba* no final da década de 1920 e nos anos seguintes.

As restrições familiares e os discursos que delimitavam a atuação feminina aos papéis de mãe e esposa no espaço doméstico, confinavam a mulher burguesa a gaiolas aristocráticas de casas luxuosas. O canto pode ser associado à publicação, ao rompimento do silêncio, à liberdade, ao contentamento e orgulho de si. Entretanto, as repreensões e a censura social cerceavam a participação feminina nas publicações locais. Essa leitura é possível, na medida em que se leva em consideração que a literatura ficcional permite contornar interdições pelo deslocamento de sentidos para objetos simbólicos (FERRO, 1989; ORLANDI, 1995).

Para a maioria das cronistas que publicavam em periódicos locais nas primeiras décadas do século XX, o feminismo possível e ideal era o que defendia a educação. Com exceção de “Dolores”, as demais rejeitavam o sufrágio feminino, a disputa entre homens e mulheres no mercado de trabalho e na política e a adoção de atitudes e comportamentos tidos como masculinos pelas mulheres, pois representariam uma masculinização da mulher:

O feminismo epilético, deselegante, dinamineiro, que pretende colocar a mulher no mesmo nível social e político do homem, transformando-a em virago, esse é que não merece o meu apoio. As sufragistas me repugnam. Elas pretendem subverter as leis naturais igualando em tudo o homem e a mulher. É uma insensatez (LIMA, L., 1913, p. 4).

Eu, como mulher, sou solidária com as minhas companheiras, porque da união nasce a força, mas acho mais sublime, e mais nobre, não a mulher escrava do homem, mas a mulher desempenhando, com meiguice, coragem e amor a missão augusta que lhe foi confiada na terra, desobrigando-se, com dedicação extrema do papel que ela representa, como mãe, esposa, filha e irmã, levando consolo aos que sofrem, encorajando o homem a enfrentar os perigos da vida, mas...intimamente no seu lar, fora do Parlamento, fora dos conselhos governistas, da Diplomacia, etc. etc. [...] porque *a mulher nasceu não para ser dominadora, mas para ser querida e admirada!* (ACÁCIA, 1925, p. 4) [grifo nosso]

O discurso anti-sufragista era veiculado por homens e mulheres que percebiam a participação feminina na política como uma masculinização da mulher e uma inversão da ordem social. Forjava-se, assim, um discurso de incompatibilidade entre a feminilidade e o



feminismo sufragista. A representação das sufragistas como masculinizadas e pouco atraentes contribuía para que muitas mulheres rejeitassem o sufrágio feminino para resguardar sua imagem de feminilidade (SOIHET, 2003).

O feminismo era associado a todo sortilégio de fatos negativos, inclusive a crimes praticados por mulheres. Os jornais locais reproduziam textos que questionavam a reputação de mulheres que participavam de manifestações políticas e os descontentes com os resultados eleitorais associavam o sufrágio feminino a fraudes eleitorais e a eleição de candidatos de seu desgosto. Disseminava-se, assim, uma rejeição ao sufrágio feminino na sociedade, pois a participação da mulher na política contrariava os modelos arraigados de feminilidade, obediência e passividade feminina diante da autoridade masculina.

Teresina era uma cidade pequena, onde os laços de comunidade vigilante e a autoridade familiar estavam muito presentes. O risco de ser alvo de críticas, ridicularização e da acusação de masculinização era intimidador para mulheres que reproduziam em seus textos um discurso de fragilidade feminina. Não havia entre essas mulheres uma disposição para o conflito. Era muito mais fácil assumir posições em prol da educação feminina, pois a mesma encontrava respaldo no discurso de literatos que queriam mulheres educadas, disciplinadas e moldadas para o modelo de família que idealizavam. Além disso, a Igreja Católica também era favorável à instrução feminina como forma de combater a influência de idéias consideradas nocivas e perigosas. Mas o que nem a Igreja nem os literatos piauienses levaram em conta é que ao fornecer às mulheres os conhecimentos necessários de leitura e escrita, davam-lhes a possibilidade de alçar vôos para além das fronteiras de leitura que a moral religiosa e seus discursos prescreviam (PINHEIRO, A., 2001; CASTELO BRANCO, 1996).

As mulheres que publicavam na imprensa local priorizavam em suas reivindicações o acesso feminino à educação formal. A instrução feminina, além de encontrar mais respaldo na sociedade, se mostrava como uma área estratégica, pois possibilitava a

abertura de outras portas e caminhos no espaço público e no mercado de trabalho.

Mas quem eram essas mulheres preocupadas em se definir diante da variedade de discursos e perspectivas que se apresentavam sobre a atuação feminina na sociedade da época? Eram, sobretudo, mulheres instruídas de classe média e alta que possuíam o hábito de leitura estimulado pela formação escolar e que tinham acesso a jornais e revistas que traziam notícias e matérias sobre o movimento feminista e a ampliação da atuação feminina na sociedade. O conhecimento das reivindicações feministas e da ampliação da atuação feminina na sociedade fazia com que essas mulheres passassem a vislumbrar perspectivas de realização que ultrapassavam as fronteiras do espaço doméstico.

A década de 1920 foi um período em que as mulheres angariaram, de forma inédita, espaços para publicar em revistas e jornais locais. Mas não era qualquer mulher que conseguia ter acesso a esses espaços. Eram, em especial, estudantes, professoras e familiares de redatores e literatos. Na figura da mulher que detinha um saber socialmente legitimado, a palavra feminina ganhava notoriedade, inscrevia a tribuna como um lugar possível ao acesso feminino e abria espaços em publicações da época.

A educação formal simbolizava para as mulheres um rito de passagem entre o silêncio e a palavra, conferindo-lhes autorização discursivo e reconhecimento intelectual. Procurava-se disciplinar a leitura feminina, recomendando-se que fossem evitados romances naturalistas ou demasiadamente românticos. Mas livros e revistas femininas podiam facilmente burlar a vigilância social e familiar. Além disso, o magistério, enquanto um saber que diplomava as mulheres, era visto como um fator de amadurecimento intelectual, como indica a escritora cearense Raquel de Queiroz, ao informar que, após concluir o curso normal, o controle familiar sobre suas leituras cessou. De maneira que o magistério autorizava a voz, a escrita e a leitura feminina (FOUCAULT, 1996; QUEIROZ, R. 1998; PINHEIRO, A., 2001; CASTELO BRANCO, 2005 a).

A década de 1920 era um período em que as mulheres estavam se movimentando na sociedade e começando a descobrir o poder de uma atuação feminina organizada. A suposta resignação feminina apontada por Antonino Freire para priorizar a educação feminina na Escola Normal é contestada por uma audiência especial, concedida pelo governador Matias Olímpio a uma comissão de professoras que pleiteavam o aumento dos vencimentos do magistério público. Entre as mulheres que formavam essa comissão encontram-se os nomes de Josefa Ferraz, que havia se candidatado ao Conselho Municipal de Teresina, Maria Antonieta Burlamaqui, uma das redatoras do jornal *Borboleta* (1904 - 1906), Ester Couto e Isabel Vilhena, cujos nomes subscreviam artigos e discursos publicados em jornais da época (AUDIÊNCIA..., 1925, p. 1).

Julia Gomes Ferreira representa um exemplo dessa busca feminina por novas perspectivas de atuação na sociedade. Registra-se sua participação no Centro do Professorado Piauiense<sup>19</sup> e a conclusão do curso de Direito na primeira turma da Faculdade de Direito do Piauí - FADI<sup>20</sup>. No contexto desse trabalho, merece destaque sua atuação como redatora de *A Revista*, pois esse era um lugar estratégico de poder. A condição de redatora pode ter contribuído para que Júlia Gomes Ferreira e outras mulheres que formavam o Cenáculo Piauiense de Letras publicassem seus textos no periódico mencionado.

A palavra feminina se afirmava na sociedade, especialmente nos temas relacionados à educação. Nas instituições educacionais, estudantes e professoras tinham oportunidades de realizar discursos e posteriormente vê-los publicados em revistas e jornais do período. O acesso feminino ao saber e a consolidação de uma perspectiva que compreendia a mulher como uma colaboradora estratégica da difusão do conhecimento e da

---

<sup>19</sup> Além de Julia Gomes Ferreira, registra-se no Centro do Professorado Piauiense a participação de Maria Antonieta Bulamarqui, Isabel Vilhena e Olga Batista como nomes femininos que se destacavam no cenário cultural da época (CENTRO..., 1934, p. 1).

<sup>20</sup> Julia Gomes Ferreira aparece em anúncios da década de 1940 como advogada inscrita na Ordem dos Advogados do Piauí e com atuação na cidade de Teresina. Elizangela Cardoso informa que a Faculdade de Direito do Piauí foi criada em 1932 e formou sua primeira turma em 1935 (CARDOSO, 2003).

transformação da sociedade propiciou a abertura de novos lugares de atuação à mulher, legitimando-a como protagonista no espaço público:

No comércio, na política, nas letras e nas próprias ciências, a mulher já ocupa um posto de relevo, em insana concorrência com o homem. Já não se pode bem prever, para o futuro, o surto dos alevantados destinos da mulher. [...] A tal debilidade mental e física da mulher é, pois um mito. É um preconceito do qual se utilizou o homem para satisfação do gozo material e de injusto e ilógico predomínio do sexo. O futuro nos dirá. A mulher moderna já se convenceu disto, e por isso, em defesa dela nasceu o feminismo, o novo credo da mulher, que há de elevá-la e de enobrecê-la no ciclo da civilização humana (CUNHA E SILVA, 1934, p. 2).

Na avaliação de Cunha e Silva a participação das mulheres no mercado de trabalho e em diversas áreas do conhecimento tendia a se intensificar nas décadas seguintes. Mas esse era um processo conflituoso, marcado por ambigüidades e incertezas quanto aos papéis sociais. Dessa forma, pretende-se no próximo capítulo analisar as formas de resistência e as alianças que marcam o ingresso feminino no cenário literário, representado por publicações e agremiações literárias.

## 2 INGRESSO FEMININO NAS CARTOGRAFIAS LITERÁRIAS

Entender as proibições é também compreender a força das resistências e a maneira de contorná-las ou de subvertê-las. As frentes de luta das mulheres, suas tentativas de atravessar os limiares muitas vezes provocam a violenta reação dos homens. Mas existem também outros tipos de relações - de aliança, de cumplicidade, de amizade e de amor.

Michelle Perrot

Quero asseverar, porém, que a mulher exerce notável influência na civilização dos povos, devendo, pois, marchar ao lado do homem em todas as grandes realizações. [...] Por que negar à mulher o direito de instruir-se, de elevar-se, de progredir, de exercer, enfim, os mesmos trabalhos, os mesmos cargos e as mesmas carreiras que o homem?

Alda Cunha

As práticas discursivas associadas a conhecimento, a poder e a prestígio no mundo público foram, durante séculos, culturalmente inscritas como masculinas. O domínio sobre essas práticas era desejado pelas mulheres, enquanto lugares de atuação social e nos quais podiam reivindicar novas perspectivas de participação feminina na sociedade. No século XIX, várias mulheres brasileiras organizaram jornais, revistas e publicaram livros, defendendo a ampliação do acesso feminino à instrução, reclamando transformações sociais e políticas e posicionando-se a favor da República e da abolição da escravatura (TELLES, 2000).

A apropriação das práticas discursivas pelas mulheres afrontava uma configuração cultural que legava aos homens os lugares de autoria e reconhecimento intelectual. O ingresso feminino no universo da leitura e da prática escrita está relacionado ao acesso feminino à

instrução. Entretanto, intelectuais misóginos que consideravam as mulheres racionalmente inferiores acreditavam que elas não tinham nada de relevante a dizer. Além do mais, as mulheres poderiam incorrer em práticas nocivas à virtude feminina, lendo romances perniciosos ou se correspondendo com possíveis amantes. Contudo, em algumas famílias essas resistências eram desvanecidas. A instrução feminina geralmente compreendia conhecimentos básicos de leitura, escrita, aritmética e trabalhos de agulha. Assim, as meninas recebiam uma educação diferenciada e com menos tempo de escolarização que os meninos. Estes sim, teriam uma formação voltada para a profissionalização em atividades de prestígio, como a medicina, o direito e o jornalismo (LOURO, 2000; CASTELO BRANCO, 2005 a).

Destaca-se, que a partir do século XIX, a educação passou a ser valorizada como um fator de progresso e refinamento cultural. Nessa perspectiva, a instrução feminina podia ser complementada com conhecimentos de língua estrangeira e de instrumentos musicais como o piano. Além disso, a leitura era uma forma de lazer para as mulheres de uma elite letrada que consumiam romances e folhetins. O investimento na formação de mulheres prendadas e culturalmente polidas podia ser realizado pelas famílias de melhor poder aquisitivo e interessadas em reproduzir marcas de distinção social. Assim, no século XIX e primeiras décadas do século XX, eram as mulheres das famílias de médio e elevado poder aquisitivo que tinham mais oportunidades de acesso à instrução e melhores condições para organizar periódicos e publicar de livros (BUITONI, 1986; MORAIS, 2002).

## 2.1 O PIONEIRISMO DE LUIZA AMÉLIA DE QUEIROZ

Luiza Amélia de Queiroz nasceu em 26 de dezembro de 1838, em uma fazenda de Piracuruca, cidade do interior do Piauí. Teve acesso a uma instrução básica e aperfeiçoou seus conhecimentos por esforço próprio (CHAVES, 1994). Entre as leituras que influenciaram a autora estão escritores românticos, como Gonçalves Dias, Álvares de Azevedo e Casimiro de Abreu. Destaca-se também que Luiza Amélia menciona no livro *Flores Incultas* a escritora portuguesa Maria Amália Vaz de Carvalho<sup>21</sup> e Safo, poeta grega que teria vivido no século VII a.C. O conhecimento da atuação literária de outras mulheres e a leitura de publicações de autoria feminina pode ter encorajado Luiza Amélia a publicar suas produções poéticas.

Luiza Amélia de Queiroz assume uma posição transgressora em uma sociedade que considerava a prática literária inadequada à atuação feminina, como ela retrata no poema “A Mulher”:

A mulher que toma a pena  
 Para Lira a transformar,  
 É, para os falsos sectários,  
 Um crime que os faz pasmar!  
 Transgride as leis da virtude  
 A mulher deve ser rude  
 Ignara por condição!  
 Não deve aspirar à glória!...  
 Nem um dia na história  
 Fulgurar com distinção!

Mas eu que sinto no peito,  
 Dilatar-me o coração,  
 Bebendo as auras da vida,  
 Na sublime inspiração:  
 Eu que tenho uma alma grande,  
 Uma alma audaz que s'expande

---

<sup>21</sup> A escritora portuguesa Maria Amália Vaz de Carvalho (1847 - 1921) colaborou com diversos jornais de Lisboa e do Rio de Janeiro. Publicou diversos livros, entre eles *Uma Primavera de Mulher* (1867), citado por Luiza Amélia, e *Vozes do Ermo* (1876).

No espaço a voejar.  
 Não posso curvar a fronte  
 Nesse estreito horizonte  
 E na inércia ficar!

[...]

Que dizeis, falsos sectários,  
 Da minha revelação  
 Inda serei criminosa  
 Por ter a Lira na mão? [...] (NUNES, 1875, p.71 - 75).

Nesse poema, Luiza Amélia de Queiroz denuncia que as mulheres estavam excluídas de obterem reconhecimento social por meio de atividades culturais e políticas. E, dessa forma, elas eram lançadas para além das margens da História, visto que esta, no final do século XIX, preocupava-se em registrar apenas os feitos dos homens na esfera pública. Assim, as mulheres não só estavam silenciadas, mas também a História silenciava sobre elas.

Luiza Amélia de Queiroz ousou não se conformar com os estreitos horizontes que a sociedade reservava às mulheres na sua época, publicando suas poesias em jornais da época e nos livros *Flores Incultas* (1875) e *Georgina ou Os Efeitos do Amor* (1898). Luiza Amélia de Queiroz usava formas como a quadra, a sextilha e a oitava para compor as estrofes de seus poemas, ricos em musicalidade. A autora analisava em seu trabalho a sociedade da época e abordava temas sentimentais relacionados à família e ao relacionamento amoroso e conjugal. O romantismo, o bucolismo e a religiosidade são características que perpassam sua produção poética.

Para Luiza Amélia, escrever representava uma forma de dar vazão às inquietações que lhe afligiam o íntimo. Era uma maneira de se comunicar com amigos e familiares. Em um de seus poemas, ela responde a uma carta do Tenente-Coronel J. Francisco de Miranda Filho:

É tão mesquinha, é tão pobre,  
 A lira que impunho a medo,  
 Que pode em segredo  
 Tristes cantos suspirar!  
 Quando a dor, a dor secreta



Me punge o peito ansiado,  
 Nela busca o desgraçado  
 Só desafogo encontrar. [...]

Oh! se uma lira eu tivesse  
 Tão bela, tão afinada,  
 Como essa bem fadada  
 Que descreves com ardor!  
 No peito donde se emanam  
 Minhas mágoas concentrando,  
 Para cumprir o teu mando  
 Eu cantaria, senhor! [...] (NUNES, 1875, p. 237 - 241).

Além da saudade da mãe, Luiza Amélia lamentava o falecimento de outros familiares e a solidão de ser uma mulher incompreendida, de não ter muitas pessoas com quem partilhar seus anseios e idéias, a falsidade de pessoas que considerava amigas, as críticas e calúnias que eram lançadas sobre ela. A autora procurava explicar-se e obter aceitação de sua produção poética, atribuindo o dom literário a Deus, conforme se reporta no poema “Quem foi que me deu a Lira?”:

[...] Não são as artes humanas,  
 Nem ciências soberanas  
 Que animam os cantos meus:  
 É a natureza que brilha,  
 Poema de maravilha  
 Ou antes a mão de Deus (NUNES, 1875, p. 293).

Algum reconhecimento Luiza Amélia lograva, pois fazia poesias a pedido e conquistava admiradoras que manifestavam o desejo de se dedicar ao fazer literário. Mas mesmo atribuindo o dom literário a Deus e ofertando suas poesias ao vigário Francisco de Oliveira Gomes, a familiares e amigas, ela continuava a ser criticada e não aconselhava que outras mulheres seguissem o mesmo caminho:

Não me julgues feliz donzela,  
 Não me invejes querendo imitar;  
 Desta vida que julgas tão bela,  
 Deus te livre das dores provar.

[...]

Qual o louro que a fronte me cinge?  
 Qual a glória que eu posso alcançar?  
 Nesta terra que trama-se e finge  
 O que posso de bom esperar? (NUNES, 1875, p. 191 - 193).

Em uma sociedade em que os espaços de saber e poder no mundo público eram delimitados como masculinos, incomodavam as atitudes de uma mulher que publicava em periódicos, impunha-se em práticas não recomendadas para seu sexo, correspondia-se livremente com homens e defendia idéias abolicionistas. Certamente, não era vista como um exemplo a ser seguido pelas outras mulheres da época.

Luiza Amélia de Queiroz apresenta, nas primeiras páginas de *Flores Incultas*, a poesia “Não sou poeta”. Com esse texto, a autora procurava atenuar as possíveis críticas, afirmando que não pretendia ocupar um lugar social que não lhe cabia e era reservado aos homens. Essa posição era mais tênue do que a expressa na poesia “A Mulher”, datada de 1868, na qual a autora era incisivamente desafiadora e provavelmente por isso, esse trabalho foi estrategicamente colocado no corpo do livro mencionado.

Ao escolher o título *Flores Incultas*, Luiza Amélia de Queiroz denunciava o restrito acesso das mulheres à instrução, utilizando uma das imagens construídas sobre as mulheres no período, que eram vistas como flores, belas e incultas. Ao fazer essa crítica em seu livro de estréia, ela demonstrava que se as mulheres tivessem as mesmas oportunidades que os homens, seriam igualmente capazes de desempenhar papéis atribuídos a eles no espaço público. A autora desejava que as mulheres alcançassem prestígio social e escrevessem seus nomes na História. A ousadia de Luiza Amélia fez com que ela se revelasse como representante das mulheres no cenário literário da época, sendo laureada Princesa da Poesia Romântica do Piauí.

A situação financeira favorável contribuiu, de maneira decisiva, para que Luiza Amélia de Queiroz tivesse acesso à instrução, aquisição e leitura de clássicos da literatura, e

condições de arcar com os custos da publicação de seus livros. Dessa forma, é possível que outras possíveis escritoras da época tenham ficado circunscritas a páginas de diários perdidos no tempo, por não terem condições para publicá-los. Além disso, o número de mulheres instruídas era reduzido em uma sociedade com um grande contingente de analfabetos e na qual a voz feminina tinha poucas possibilidades de expressão.

A poesia significava para Luiza Amélia uma forma de escrita de si. A autora freqüentemente retratava em suas poesias acontecimentos e sentimentos vivenciados. Além disso, aponta-se o registro de datas, dedicatórias e comentários resumidos, o que faz com que *Flores Incultas* também tenha a dimensão de um diário poético. A data mais antiga registrada no livro *Flores Incultas* é 1862, cerca de três anos após o casamento da autora com seu primeiro marido, Pedro José Nunes.

Em alguns de seus poemas, Luiza Amélia fazia declarações apaixonadas ao esposo. Mas também se queixava de infidelidade do mesmo, retratando a desilusão vivenciada após o casamento, quando o marido se tornava constantemente ausente por conta do trabalho ou a pretexto de reuniões políticas e de negócios. Alguns dos poemas nos quais Luiza Amélia retrata temas como desilusão amorosa e solicita o regresso do marido ao lar são próximas aos anos que antecedem a publicação de *Flores Incultas*. Considerando-se que Pedro José Nunes desaprovava a atuação literária de Luiza Amélia, a publicação desse livro pode expressar a culminância de um ato de rebeldia ou uma tentativa de sensibilizar o marido.

A vida de uma mulher casada sem filhos poderia ser bastante solitária em uma época em que havia poucas opções de lazer e em que as mulheres das famílias de maior poder econômico não deviam sair desacompanhadas para visitas e passeios. A vida feminina girava principalmente em torno dos afazeres domésticos e trabalhos de agulha, devendo as mulheres casadas ocupar-se da família. A leitura servia como uma forma de lazer para as mulheres que fossem instruídas. A escrita literária, por ser uma prática que pode ser realizada no espaço do

lar, permitiu a Luiza Amélia fixar seus questionamentos, críticas, pensamentos e sentimentos, constituindo-se também uma forma de amenizar a solidão.

Luiza Amélia de Queiroz insere-se no contexto do que se tem denominado de primeira onda feminista na sociedade brasileira, filiando-se aos questionamentos expressos em publicações de redação feminina da época e os quais ela pode ter tido acesso. Além da instrução feminina, muitas escritoras da época também defendiam idéias republicanas e abolicionistas. Nesse sentido destaca-se que Luiza Amélia de Queiroz colaborou com o jornal *Telefone* (1883 - 1889), que publicava textos favoráveis à República e à Abolição da Escravatura (DUARTE, 2005; PINHEIRO FILHO, 1997; SCHUMAHER, 2005; TELLES, 2000).

É possível que Luiza Amélia tenha publicado sob pseudônimo no jornal *Telefone* ou em outras publicações da época. Destaca-se que no periódico *O Semanário* (1878 - 1880) foram encontrados textos que remetiam a uma autoria feminina como os assinados por “Maria Del Pilar” e “Tumira”. É intrigante que os textos assinados por “Tumira” tenham por título “No Jardim” e “Flores Incultas”, destacando-se que esse é o título do primeiro livro de Luiza Amélia de Queiroz (TUMIRA, 1878 a, 1878 b; DEL PILAR, 1880). Segundo Clodoaldo Freitas, Luiza Amélia publicou várias poesias avulsas em jornais, mas ele não informa se a autora fez uso de pseudônimos (FREITAS, 1998).

Na avaliação de Clodoaldo Freitas, as composições de Luiza Amélia eram boas, mas efêmeras. Para ele, para produzir obras que pudessem ser consideradas imortais, o autor precisaria ter uma vida marcada por desventuras e adversidades:

Por sua meiga alma de mulher virtuosa, onde nunca roçou o atrito das grandes paixões mundanas, não perpassam as lufadas dos ventos tormentosos que rugem nas lutas tremendas da vida. Nascer, crescer e viver no gineceu do lar, no aconchego suavíssimo da família e da abastança, sem experimentar no pé delicado a ponta do espinho das urzes da existência, é infelizmente, condão a poucos reservado, porém motivo, certamente, para

que a alma nunca se afervore em entusiasmos capazes de criações imortais (FREITAS, 1998, p. 107 - 108).

Clodoaldo Freitas enfatiza a condição da autora como mulher honesta, proveniente de boa e abastada família da sociedade piauiense, indicativo, do ideal de virtuosidade que era lançado sobre as mulheres na época. Para o autor, Luiza Amélia tinha uma vida venturosa, de forma que o sofrimento sentimental retratado em sua produção era decorrente de sua “meiga alma de mulher” e da influência de Casimiro de Abreu (FREITAS, 1998). Clodoaldo Freitas recorrentemente deprecia o trabalho de Luiza Amélia afirmando que:

As Flores Incultas não são criações seladas pela originalidade nem encerram belezas próprias dos grandes artistas imortais. A poesia flui espontânea da alma cândida da poetisa; mas essa espontaneidade é reflexiva, tal como o balbuciar das primeiras sílabas nos lábios da criança. O som é espontâneo, mas as palavras se formam mediante a lição da experiência. A nossa poetisa tem a sua linguagem móvel e receptiva; porém não veda a faculdade genetriz da harmonia rítmica (FREITAS, 1998, p. 110).

O posicionamento de Clodoaldo Freitas revela preconceitos que eram colocados sobre a produção literária de autoria feminina, por uma cultura que atribuía às mulheres reduzida capacidade intelectual e as retratava sob uma condição infantilizada (DUARTE, 1997). Nessa perspectiva, Clodoaldo Freitas é filho de seu tempo, um homem moldado por uma cultura patriarcal que associava as mulheres à emotividade, à fragilidade e a posições de inferioridade em relação aos homens.

Clodoaldo Freitas afirma que gostaria de ter exercido maior influência sobre o trabalho da autora, especialmente em *Georgina ou Os Efeitos do Amor*, sobre o qual comenta:

A parte dramática do poemeto sempre me desagradou e isto mesmo fiz sentir à ilustre autora quando teve a gentileza de confiar-me o seu manuscrito, mas a crítica vinha tardia e ficaram as cenas trágicas de morte, envenenamentos,

como os dramalhões de Eney. Quisera um drama simples e tocante como o idílio de Paulo e Virgínia. A poetisa entendeu embelezar o quadro com essas notas supremas que formavam o gosto dos nossos maiores (FREITAS, 1998, p. 113).

Shakespeare, em *Romeu e Julieta* recorreu a cenas de morte e envenenamento e essa obra é um clássico do cânone literário universal. Assim, questiona-se sobre o que de fato incomodava Clodoaldo Freitas. Provavelmente ele, considerava que esses temas eram inapropriados para a escrita feminina; esta deveria ser idílica e tranqüila, tal qual a sociedade compreendia a “delicada alma das mulheres”, o que se evidencia nesse comentário de Clodoaldo Freitas em relação à produção de Amélia Bevilaqua:

D. Amélia escreve seus livros inspirada em suas impressões, tal como sente o efeito das cenas. Desenha aspectos naturais dos dramas mais belos da vida ou da natureza, sem carregar as tintas ou assombrar o quadro. Não cogita dos contrastes dramáticos. Se coloca em uma iminência cheia de flores e sol e daí pinta com as cores mais suaves o panorama que se desenrola diante de seus olhos, sem pretender sondar os abismos do coração humanos e os abismos dos boqueirões sombrios. Faz cantar um canário, vicejar uma planta, rajar uma aurora, pratear a lua, mas não faz estalar o raio, bramir a tempestade (FREITAS, 1906, p. 1).

O comentário de Clodoaldo Freitas indica que temas relacionados à natureza e à tranqüilidade eram considerados os mais adequados à produção de autoria feminina. Segundo Duarte (1997), a crítica masculina indicava, de maneira recorrente, que as mulheres buscassem formas literárias consideradas mais “recomendadas” para a “sensibilidade feminina”, como os romances sentimentais e os de confissão psicológica.

A autora buscava o aval de Freitas quando lhe confiou uma cópia manuscrita de *Georgina ou Os Efeitos do Amor*. Mas a apreciação do autor só veio a ser apresentada após a publicação do trabalho, o que deixou a outro literato a oportunidade de prefaciá-lo. Destaca-se que no prefácio de Dias Carneiro fica clara a divergência de opinião entre ele e Clodoaldo Freitas em relação à *Georgina ou Os Efeitos do Amor*. Para Dias Carneiro,

esta obra era resultado da “imaginação brilhante com que a autora aflora os detalhes de seu drama”, o que a aproximava de *Gretchen* de Goethe, *Hamlet* de Shakespeare e *Dom Quixote* de Cervantes:

O poema de D. Luiza Amélia é um trabalho artístico, procurando os moldes altamente estruturados pelos grandes poetas modernos, mas exclusivamente dedicados a assunto nacional e bafejado por tudo que transpira desta prodigiosa natureza equatorial, que nos cerca (apud JACOBINA, 1937, p. 186).

É significativo o reconhecimento que a crítica de Dias Carneiro atribui ao trabalho de Luiza Amélia por se tratar do parecer de um literato conhecido e respeitado, pois não conta apenas o que se é dito, mas também o prestígio de quem diz (FOUCAULT, 1996). Luiza Amélia de Queiroz constituiu-se uma pioneira que abriu precedentes para atuação feminina nos domínios relacionados à escrita e à publicação de textos no Piauí. Nesse sentido, destaca-se a homenagem feita a essa autora, que teve seu nome escolhido para patrocinar a cadeira vinte e oito da Academia Piauiense de Letras, cujo primeiro ocupante foi Elias de Oliveira. Esta distinção é relevante, se considerarmos que ela é a única escritora cujo nome figura entre os patronos da Academia Piauiense de Letras, que foi criada em 1917.

## 2.2 ROMPENDO CASULOS

Nas primeiras décadas do século XX, aumenta significativamente a participação de mulheres na imprensa local, mencionando-se a atuação de Maria da Ressurreição Leal na revista *Andorinha* (1904-1906), órgão do Clube Literário 12 de Outubro; a criação dos jornais *Borboleta* (1904-1906) e *A Normalista* (1927), assim como as colaborações femininas na revista *Alvorada* (1909-1912) e nos jornais *O Correio do Piauí*, *O Piauí* e *A Imprensa*.

As mulheres utilizavam espaços nas publicações para discutir o papel social feminino e reivindicar a instrução como uma forma de ampliar os horizontes para a atuação feminina na sociedade. É nessa perspectiva que se situa o jornal *Borboleta*, criado em 1904, como primeira publicação no Piauí a ter uma redação formada por mulheres. A criação desse periódico pode ter sido motivada pela organização da revista *O Lírio*, destacando-se que a escritora piauiense Amélia de Freitas Bevilaqua encontra-se entre as fundadoras e redatoras desse periódico. A revista *O Lírio* defendia a educação feminina e a igualdade de direitos entre homens e mulheres; foi a primeira iniciativa de uma publicação redigida por mulheres no Nordeste e era distribuído no Brasil e no exterior (MUZART, 2004). Essa revista contava com a participação de mulheres de diversos estados, mencionando-se a colaboração da parnaibana Francisca Sá Viana Montenegro, que publicou o soneto “Se eu fosse amada” no exemplar número vinte e um de *O Lírio*.

Há no meu peito contristado, aflito,  
 Mágoa profunda que me faz gemer,  
 Eu sinto exausta divagar minha’ alma  
 Muda, abatida, por cruel sofrer!

O Frio sinto regelar-me as veias,  
 A negra Parca em acenar à cruz;  
 Há no meu crânio turbação, descrença,  
 Um céu de trevas empanando a luz!

Se eu fosse amada com sincero afeto,  
 Então meu peito de ilusão repleto,  
 Ardendo em chamas de paixão dizia:

“Bendito sejas, querubim de amores”,  
 Orvalho Santo em ressequidas flores  
 Minha’ alma, em vez de suspirar, riria (apud FERREIRA, 1996, p. 70).

A participação de autoras como Francisca Montenegro demonstra que a colaboração na revista *O Lírio* era uma possibilidade também para outras mulheres piauienses. Esse fato também evidencia a iniciativa de Francisca Montenegro em procurar ultrapassar as fronteiras geográficas do Estado do Piauí para divulgar seus trabalhos, de forma



que essas publicações constituíam redes femininas de expressão literária. A revista *O Lirio* e o jornal *Borboleta* permitiam às mulheres protagonizar no lugar de autoria, questionar os papéis sociais que vinham ocupando e propor novas possibilidades de atuação social. Nesses espaços, posicionando-se como agentes discursivos, elas procuravam agregar outras mulheres e angariar simpatizantes para as causas levantadas.

Alaíde Burlamaqui, Helena Burlamaqui e Maria Amélia Rubim eram as redatoras do jornal *Borboleta* (1904 - 1906). Este periódico era editado mensalmente; publicava notas sociais, poesias, artigos e contava com colaborações de ambos os sexos. O título escolhido para essa publicação é bastante sugestivo. A borboleta é uma representação carregada de simbologia, na qual o ingresso feminino no universo da palavra escrita, da oratória e do reconhecimento intelectual significava o rompimento do casulo, da obscuridade e do confinamento aos papéis relacionados ao ambiente doméstico e à família, por meio da instrução e da atuação literária.

Os discursos expressos no jornal *Borboleta* demonstram que a apropriação das práticas discursivas era percebida como um processo de singularização<sup>22</sup>, no qual as autoras buscavam constituir um devir feminino, procurando encetar a configuração de novos papéis e espaços que desejavam ocupar na sociedade. Para Alaíde Burlamaqui, a instrução constituía fator de refinamento cultural que ampliava as possibilidades femininas, abrindo portas, uma vez que “a mulher instruída tem entrada em toda parte” (A. B.<sup>23</sup>, 1905, p. 1). Alaíde Burlamaqui se opõe à restrição das mulheres ao espaço privado e às atividades domésticas, apresentando como exemplos a serem seguidos escritoras atuantes na época, como Maria Amália Vaz de Carvalho, Inês Sabino<sup>24</sup> e Júlia Lopes de Almeida. É relevante observar a

---

<sup>22</sup> Noção apresentada por Guattari e Rolnik (1996), no qual os grupos sociais ao implementar ações de resistência ao processo de homogeneização, articulam um processo de singularização, configurando um devir de autonomia a partir da diversidade de vontades.

<sup>23</sup> Texto atribuído a Alaíde Burlamaqui.

<sup>24</sup> A escritora baiana Inês Sabino (1853 - 1911) publicou contos, romances, poesias, biografias e memórias. No gênero biográfico destaca-se o livro *Mulheres Ilustres do Brasil* (1899).

citação dessas escritoras, pois se tratam de mulheres que alcançaram reconhecimento intelectual na sociedade da época. Destaca-se ainda que Júlia Lopes de Almeida<sup>25</sup> alcançou sucesso financeiro em sua carreira literária, feito raro entre os escritores da época (SHARPE, 2004).

A acolhida dada pelo *O Tempo* ao jornal *Borboleta*, noticiando a edição e o recebimento de números desse periódico, é um indicativo de aceitação da participação feminina no universo da palavra impressa. A recepção dada ao jornal *Borboleta* pode se relacionar também a aspectos como prestígio social e poder econômico das famílias das autoras, tendo em vista que a projeção familiar e laços de parentesco com literatos e redatores de jornal contribuía para que as mulheres angariassem espaço e notas elogiosas na imprensa, que registrava a presença dessas no passeio público, em eventos sociais e noticiava apresentações musicais e discursos proferidos por elas em eventos escolares (QUEIROZ, T., 1998 b). Além disso, no livro *Vultos Piauienses*, cuja primeira edição se deu em 1903, Clodoaldo Freitas discorre sobre Luiza Amélia de Queiroz e os trabalhos da autora, criticando o que acreditava ser resultado de um alheamento intelectual das mulheres piauienses:

É raro, entre nós, vermos um nome feminino subscrevendo um livro qualquer. A mulher piauiense ainda vive entregue ao fetichismo romano, segregada ao movimento augusto, que impele todas as inteligências em busca da ciência e da verdade. A primeira piauiense, porém, que se desviou da vulgaridade de seu sexo, exibindo um succulento atestado da sua proeminência intelectual, foi a ilustre senhora, que motiva este estudo (FREITAS, 1998, p. 105).

A pouca representatividade da atuação feminina no cenário literário era vista pelo autor como uma especificidade inerente às mulheres, o que escamoteava questões como o restrito acesso das mulheres à educação. Assim, escapando ao que ele pensava ser uma

---

<sup>25</sup> Júlia Lopes de Almeida (1862-1934) publicou romances, contos, crônicas, ensaios, poesias e peças de teatro. Defendia a instrução feminina em seus trabalhos (SHARPE, 2004).

vulgaridade própria do sexo feminino, o caso de Luiza Amélia merecia ser estudado. A crítica do autor, entretanto, não deixa de indicar a abertura de aceitação para que as mulheres buscassem dedicar-se às letras. É nessa perspectiva que, no ano seguinte À publicação de *Vultos Piauienses*, o jornal *Borboleta* foi bem recepcionado pela imprensa local, pois colocava em relevo a capacidade intelectual feminina. Testemunho disso nos dá uma nota publicada pelo *O Tempo* dando conta da aproximação do primeiro aniversário do jornal *Borboleta*, “lindo periódico, redigido pelas gentis senhorinhas Alaíde Burlamaqui, Helena Burlamaqui e Maria Amélia Rubim, distintas intelectuais teresinenses” (BORBOLETA, 1905). A atuação feminina na imprensa e na literatura começava a ser aceita, sendo acompanhada por comentários elogiosos a suas redatoras, como também se verifica em relação ao jornal *A Normalista*.

Circulou, no dia 15 do corrente mês, o primeiro número desse interessante jornalzinho, em que as alunas da Escola Normal ensaiam as suas primeiras manifestações culturais. São redatoras d’ “A Normalista”, as prendadas e inteligentes senhoras Rosa Cunha e Zilda Santos” (A NORMALISTA, 1927).

As notícias sobre os periódicos de redação feminina distinguiam essas publicações das de caráter masculino, reportando-se a eles no diminutivo, enfatizando características relacionadas à feminilidade, o que se percebe no uso de expressões como “mimoso jornalzinho” ou na veiculação do título do jornal *Borboleta* em letras desenhadas que realçavam a idéia de graciosidade. Além disso, eram ressaltadas características que orientavam a conduta feminina, pois as mulheres deveriam ser gentis e prendadas.

A revista *Alvorada* é outra significativa publicação do período na qual apareciam como colaboradoras Ressa Leal (Maria da Ressurreição Leal), Maria Amélia Rubim, que havia gerenciado o jornal *Borboleta*, e escritoras de outros estados, como as cearenses Antonieta Clotilde e Alba Valdez. Entretanto, mesmo os nomes das autoras aparecendo na

relação de colaboradores desse periódico, não foram encontrados textos assinado por elas. É plausível que a colaboração feminina se desse com o uso de pseudônimos e de forma mais representativa na “Seção Elegante”, na qual eram publicados textos relacionados à moda feminina e sugestão para noivas, assinados por “Marie Anne L’Henreux”.

A “Seção Elegante” era uma coluna social em que eram criticados comportamentos como o encurtamento das saias. Nessa seção também eram publicadas poesias e textos curiosos, como uma relação que associava nomes masculinos a comportamentos e a personalidades, visando fornecer subsídios para a escolha de noivos. Pedro Vilarinho Castelo Branco destaca que o casamento ainda era a principal perspectiva para a vida feminina da época e, pelo que se pode depreender dos textos publicados, devia ser uma aspiração representativa entre as jovens solteiras, especialmente em uma sociedade que restringia as possibilidades femininas e que direcionava a educação e a socialização feminina preferencialmente para o casamento e a maternidade (CASTELO BRANCO, 1996).

A aceitação da atuação feminina na imprensa era marcada pela circunscrição de espaços específicos pelos quais as mulheres poderiam enveredar, como se percebe na revista *Alvorada* e no jornal *O Piauí*. Nessas publicações, a contribuição feminina dava-se respectivamente na “Seção Elegante” e na coluna “Vida Social”, o que evidencia a necessidade de delimitar os espaços e manter bem definidas as marcas de gênero. A primeira página dos jornais era ocupada principalmente pela colaboração masculina, o que se verifica também na revista *Alvorada*, com a publicação de artigos, ensaios, contos e poesias, reservando-se as últimas laudas para amenidades publicadas nas seções “Traços e Troças”, “Traços e Linhas” ou “Seção Elegante”, o que aponta uma hierarquia de importância conferida aos assuntos abordados.

A primeira página configurava-se com um espaço de destaque, porque se constituía como um lugar de atração de leitores e compradores, sendo freqüentemente

ocupado por textos de caráter literário ou relacionadas à política, à economia e a assuntos que provocavam polêmicas ou inquietavam a sociedade da época. Jornais publicados na década de 1920 traziam nas primeiras páginas fotos de políticos e literatos como Abdias Neves, Higinio Cunha e Lucídio Freitas, o que denota a distinção conferida aos retratados, ao mesmo tempo em que se alimentava o prestígio atribuído a esses intelectuais pela divulgação de suas imagens, como homens de letras, portadores de reconhecimento social.

O jornal *A Imprensa* publicava produções de autoria feminina na primeira página, em geral, de normalistas que, provavelmente, também pertenciam a famílias de prestígio e poder econômico na sociedade local. Os textos publicados condenavam a moda, reforçavam o papel feminino na família, versavam sobre assuntos do cotidiano da cidade e geralmente eram perpassados pela religiosidade e pelo bucolismo.

Na década de 1920, as mulheres ganham visibilidade na imprensa local por meio da publicação de artigos, crônicas e discursos. Nesse período, também se destaca a criação do periódico *A Normalista*, que surgiu após duas décadas do desaparecimento da primeira publicação de redação feminina no Piauí, o jornal *Borboleta*. O jornal *A Normalista* foi criado em 1927, era uma publicação das alunas da Escola Normal e tinha como redatoras Rosa Cunha e Zilda Santos (MAGALHÃES, 1998). O título *A Normalista* faz referência ao lugar social de suas redatoras, evidenciando a associação da imagem feminina a uma identidade de saber reconhecido e autorizado institucionalmente pelo magistério.

Ao analisar as circunstâncias que envolviam as possibilidades femininas de publicar em revistas e jornais, é preciso que se leve em conta o poder seletivo dos redatores sobre os textos e discursos que seriam publicados, as relações de influência e condições materiais que circundavam as fronteiras entre o escrever e publicar. Durante a primeira metade do século XX, apenas o jornal *Borboleta* (1904 - 1906) aparece como uma publicação de redação feminina sem vínculo com alguma instituição escolar, o que proporcionava, de

certa maneira, uma maior autonomia às autoras quanto aos assuntos a serem abordados. Mas também indica que criar e manter um periódico era um empreendimento árduo, o que ressalta a importância das relações com redatores de jornais e revistas para que as mulheres pudessem publicar seus textos.

Teresinha Queiroz destaca que a escassez de recursos, o reduzido número de tipografias e o vínculo dessas com grupos e interesses políticos, a má qualidade das edições locais e a aspiração de imprimir seus livros em tipografias de centros urbanos, como São Luís, Recife e Rio de Janeiro, eram questões que dificultavam a publicação das obras dos autores locais. Além disso, a maior parte da população piauiense da época era analfabeta, o que se traduzia em um reduzido público consumidor, insuficiente para fomentar o mercado editorial com a venda de publicações dos autores locais (QUEIROZ, T., 1998 a).

Após ser editado em manuscrito durante seu primeiro ano de existência, o jornal *Borboleta* passou a ser impresso nas oficinas de *O Piauí*<sup>26</sup>. A manutenção de periódicos sem vínculos institucionais, como o jornal *Borboleta*, perpassava por questões como contar com o apoio de literatos e redatores de jornais, a necessidade de conquistar um público leitor, assinantes e compradores de exemplares avulsos em uma sociedade de poucos leitores e leitoras. Estes eram fatores complexos e que inviabilizavam a realização de muitos projetos literários. É plausível que poucas mulheres da época tivessem condições financeiras para a manutenção de um periódico; além disso, a edição de publicações seria interesse de um grupo restrito, entre o diminuto número de mulheres instruídas no Piauí. Isso reforça a necessidade e a importância estratégica do estabelecimento de alianças com redatores de periódicos noticiosos e literários. Assim, o restrito número de periódicos de redação feminina e a curta

---

<sup>26</sup> Higino Cunha foi redator de *O Tempo* (1905) e exerceu essa função por cerca de três décadas em *O Piauí*. Dessa forma, é possível que ele fosse o responsável pelas notas elogiosas ao jornal *Borboleta* em *O Tempo* e que tenha facilitando a impressão daquele periódico nas oficinas de *O Piauí*.

duração desses nas primeiras décadas do século XX relacionam-se às dificuldades de publicação na época.

As dificuldades materiais também explicam existência de poucos títulos de autoria feminina no período pesquisado, constatando-se que, entre as escritoras piauienses que viviam no estado, apenas Luiza Amélia de Queirós e Isabel Vilhena conseguiram o feito de editar duas obras. O primeiro livro de Isabel Vilhena, *Seara Humilde*, foi publicado com apoio do Governo do Estado, avalizado pelo parecer de Higino Cunha e Celso Pinheiro. Além dessas poetisas, menciona-se também Francisca Montenegro com a publicação de *As Três Gotas de Sangue*, que, segundo Félix Aires, constituía-se um folheto de poesia mística e religiosa (AIRES, 1972).

A colaboração feminina na imprensa literária e noticiosa era favorecida por alianças com literatos que eram favoráveis à instrução feminina e que percebiam a educação como fator de progresso e refinamento cultural, que na prática também servia como marca de distinção e prestígio na sociedade. Um indício desse apoio masculino é o fato de que Pedro Borges era redator de periódicos que contaram com a participação de mulheres, como a revista *Alvorada* e o jornal *O Piauí*, em meados da década de 1920.

Os redatores dos periódicos detinham o poder de selecionar os textos a serem publicados, restringir o grupo de colaboradores aos literatos vinculados aos seus interesses e de impor condições para a participação nos periódicos que dirigiam. Para publicar sobre pseudônimo no jornal *Borboleta* ou em *O Piauí*, por exemplo, era necessário que os autores ou autoras revelassem suas identidades aos redatores. No jornal *O Piauí*, essa exigência era colocada pelo redator, que assinava crônicas na coluna “Vida Social” como “Íris”, o qual prometia guardar segredo sobre as identidades das cronistas. Configurava-se, assim, uma relação de concessão masculina, que situa “Íris” como um aliado que impõe regras e que possuía o poder de revelar as identidades ocultas sobre pseudônimos. As redatoras do jornal

*Borboleta* também solicitavam aos colaboradores ou colaboradoras que, ao enviar textos para serem publicados sob pseudônimos, indicassem as respectivas identidades. A exigência das redatoras em conhecer a autoria dos textos recebidos, poderia relacionar-se à intenção de agregar outras mulheres e saber quando os textos eram de autoria masculina, visto que o uso de pseudônimos era uma prática recorrente nas primeiras décadas do século XX.

### 2.3 ENUNCIAR E SILENCIAR: disputas pela demarcação de territórios

A imprensa foi, durante a década de 1920, palco das tensões e conflitos que marcavam as disputas em torno de práticas e lugares na sociedade. A atuação feminina expande-se dos periódicos literários para os noticiosos de forma significativa nos últimos anos da década de 1910 e durante a década de 1920. A mútua citação, a troca de elogios, a solicitação de opinião e dedicatórias às amigas nos textos publicados eram práticas usadas para fomentar espaços de publicação, na coluna “Vida Social” no jornal *O Piauí* e “Correio Elegante” no *Correio do Piauí*, na década de 1920.

Os debates realizados pela imprensa difundiam idéias, questionamentos e ampliavam a ressonância de discussões que deixavam de ficar restritas aos encontros femininos realizados nas residências das participantes ou por ocasião de eventos sociais. Esse processo ganha maior visibilidade em 1926, com um debate sobre o feminismo travado entre mulheres que assinavam seus textos com nomes femininos ou de flores. Essa configuração poderia se denominar “Sociedade Secreta das Flores<sup>27</sup>” e, possivelmente, resultou de uma proposta de criação de uma associação para defender os interesses femininos, apresentada por

---

<sup>27</sup> Esclarece-se que em nenhum texto assinado por pseudônimos aparece essa denominação, mas devido ao fato de serem numerosas as referências a flores e que “Bonina” as descrevia como “flores do nosso jardim social”, considerou-se sugestivo usar a denominação “Sociedade Secreta das Flores”.



“Dolores”, em 1922. Essa sociedade era formada por mulheres que faziam parte do mesmo círculo social, freqüentando eventos e espaços públicos da cidade de Teresina, além de demonstrarem conhecimento das discussões levantadas pelo movimento feminista da época.

Em meados de 1926, o espaço antes ocupado por textos subscritos por pseudônimos femininos na coluna “Vida Social” do jornal *O Piauí*, passa a trazer produções de literatos locais<sup>28</sup> e textos que colocavam o feminismo sobre suspeição e criticavam a atuação das sufragistas. As notícias sobre feminismo em outros países eram publicadas de maneira recorrente com notas de caráter policial, pondo em evidência a percepção de contra-ordem que era dada ao movimento feminista:

Se observarmos o seu soerguimento, a força com que age, o modo com que se apodera das posições, vemos que sua época será breve. Livre-nos Deus dessa nova fase, que será de decadência para os povos, pois as crianças grandes, não tendo o verdadeiro tino de discernimento, tal qual os homens, entregarão ao verdadeiro abismo as forças que nos dirigem; deturparão o nosso modo de viver, trocarão as nossas idéias pelas que lhes forem peculiar. [...] Que diria o laureado crítico brasileiro José Veríssimo – um dos maiores abolicionistas da grande novidade que se irradiava da Velha Europa – vendo mulheres nas repartições públicas, nos centros literários mais em evidência, na política dirigindo partidos, no comércio, etc., nos dias correntes? Talvez se sobrevivesse fosse um ardoroso adepto, visto como invade as nossas mais rústicas cidades, num vivo movimento de notoriedade (JOÃO DA SELVA, 1927, p. 4).

O feminismo representava uma ameaça de subversão da ordem social, que entraria em decadência, pois as mulheres eram consideradas como “crianças grandes” sem maturidade e discernimento para administrar os assuntos públicos. As repartições públicas, as agremiações literárias, o comércio e os partidos políticos não seriam espaços adequados para atuação feminina. Assim, o desordenamento desencadeado pelo feminismo já estaria em curso, atingindo mesmo cidades como Teresina. É sobre essa preocupação que foi silenciada

---

<sup>28</sup> A coluna “Vida Social” passou a ser ocupado por textos de literatos e políticos, como Vêras Holanda, Bujyja Brito, Jônatas Batista, Abdias Neves, Martins Napoleão, Simplício Mendes, Hígino Cunha, Celso Pinheiro, Antônio Chaves, ou por pseudônimos que indicavam uma autoria masculina, como “João da Selva”, “Jack”, “Leo Jazz”, “Zig - Zag”, “Abel Juruá” e “J. Silvestre”.

a discussão travada no jornal *O Piauí*<sup>29</sup>, em uma tentativa de afastar a ameaça de deslocamento de papéis sociais que pairava sobre as famílias teresinenses diante tantos questionamentos e discursos feministas que afirmavam novos lugares sociais para as mulheres em igualdade de direitos com os homens.

Era preciso debelar o perigo feminista, tendo em vista que a discussão sobre o feminismo e o papel da mulher na sociedade, virtualmente, representavam a iminência de atuações feministas incisivas. Assim, no intuito de afastar os discursos feministas, eram publicados textos que criticavam o feminismo e o comportamento das sufragistas:

O Sr. Cunha Machado, membro da comissão, adiou o seu voto. A sala estava repleta de sufragistas da federação pelo progresso feminino que bateram palmas ao parecer. Depois assediaram os Srs. Tomaz Rodrigues e Cunha Machado, que ficaram embaraçados diante da atitude da sra. Bertha Lurtz e companheiras (O VOTO FEMININO, 1927, p. 4).

A atitude das sufragistas é criticada por ser considerada inadequada ao sexo feminino, pois deixavam os homens interpelados, embaraçados e constrangidos, diante de manifestações incisivas que visavam exercer pressão política. Dessa forma, o feminismo era sistematicamente alvejado no intuito de desencorajar manifestações locais, pela ridicularização, como se percebe no texto “Aspectos”:

Parece que o feminismo está para conseguir uma grande vitória. Uma vitória para inglês ver... [...] A senhora Bertha Lurtz e o seu bando de entusiasta e álaque sentem um imenso regozijo... Muitos pessimistas ou anti-feministas caturras, acham que a idéia é temporã, afirmando que essa conquista, como todas as outras, deve vir após o período normal da gestação. Os humoristas dizem que a mulher não precisa de voto. O que precisa é ser devota... O certo é que no Rio Grande do Norte já se concedeu à mulher o direito do voto. E a imprensa do Rio declara que o nosso eminente governador Dr. Matias Olímpio declara que antes de sair do governo prestará ao seu estado esse serviço. Tenho a natural curiosidade em perguntar quem, em nosso

---

<sup>29</sup> Esse periódico era vinculado ao Partido Republicano e ao Governo do Estado, como demonstram os elogios à administração do governador Matias Olímpio.

meio, empunhará a bandeira rósea da idéia sufragista (MEDEIROS, 1927, p. 1).

O autor delimita os papéis sociais femininos entre a religiosidade e a maternidade, colocando em descrédito a possibilidade da conquista do sufrágio pelas mulheres. O texto sugere que o governador Matias Olímpio tinha a intenção de conceder o direito de sufrágio às mulheres. Mas o fato é que no Piauí o sufrágio feminino só ocorreu quando, sob a pressão do movimento sufragista, foi estabelecido pelo governo federal em 1932. Considerando-se a possibilidade de que o governador Matias Olímpio tivesse mesmo essa intenção, ele não enfrentaria a resistência de seus correligionários em aceitar a participação das mulheres na política.

Temia-se que os discursos em prol da instrução e do trabalho feminino fora do lar encorajassem as mulheres a adotar posturas semelhantes à do movimento sufragista em outras capitais. As vozes femininas que vinham se fazendo presentes nos discursos públicos, especialmente os que ocorriam na Escola Normal, mostravam o surgimento de mulheres preparadas para argumentar, questionar e replicar os posicionamentos masculinos, sem se conformar silenciosamente com as determinações dos pais e maridos. Além disso, caso possuíssem independência financeira, essas mulheres teriam menos disposição para a resignação. Nessa perspectiva, era preciso combater esses perigos, desvanecendo a possibilidade de surgimento de um movimento sufragista organizado na cidade de Teresina.

A atuação literária feminina era aceitável para eminentes políticos e literatos acostumados à incontestável autoridade da fala masculina. Mas esta devia ser pautada em certos parâmetros, que fossem seguros à moral e à ordem social do patriarcado. Assim, nos após meados da década de 1920, uma quantidade sem precedentes de professoras e normalistas tem seus textos e discursos publicados em jornais como *O Piauí* e *A Imprensa*. Estes textos criticando mudanças no comportamento e no vestuário feminino ou apresentavam caráter religioso ou bucólico. Esse silenciamento sobre o feminismo pode

resultar do receio de expor-se à opinião pública e da seleção dos textos publicados, privilegiando-se os que exprimiam discursos convergentes aos posicionamentos defendidos por redatores, intelectuais, políticos e instituições que contribuía para a edição e circulação dos periódicos. Em 1927, ainda se encontram textos assinados com pseudônimos femininos como “Sonia” e “Esmeralda”. Entretanto, essas crônicas tratavam de temas amenos como o amor, a desilusão amorosa, o ciúme e a escolha do noivo ideal, não estabelecendo identificação com o feminismo e o questionamento dos lugares sociais femininos.

A atuação feminina no cenário literário com a identificação da autoria é marcada pelo silenciamento sobre as idéias feministas. A concessão de espaços de representatividade literária nas páginas dos jornais e no Cenáculo Piauiense de Letras possibilitava às mulheres reconhecimento intelectual, mas também promovia o afastamento de sentidos indesejados. Sem a proteção dos pseudônimos, as autoras hesitariam expressar discursos feministas que reclamassem novos lugares de atuação para a mulher na sociedade, pois, como observa Eni Orlandi, “a função enunciativo-discursiva do autor é a mais sujeita às coerções sociais”, pois sobre a dimensão pública se estabelece a responsabilização e a repreensão pelo que é dito (ORLANDI, 1995, p. 110).

Mas deve-se considerar também que os textos assinados com pseudônimos privilegiavam a reivindicação do acesso feminino à instrução, para que a mulher pudesse alcançar prestígio e reconhecimento intelectual na sociedade da época. Assim, ao angariar espaços de atuação no cenário literário, essas mulheres entendiam que estavam concretizando seus objetivos. Além disso, para defender seus pontos de vista, as autoras podiam recorrer a deslocamentos de sentidos, apropriando-se de discursos socialmente aceitos para legitimar suas reivindicações (MOREIRA, 2003; ORLANDI, 1995). Esse subterfúgio foi usado, por exemplo, para afirmar a atuação feminina no magistério:

[...] todos compreendem que *só a mulher*, pela sua meiguice, pela sua solicitude para com os pequeninos, *é capaz de tomar a si a espinhosa carreira de lançar os germes do saber em espíritos jovens e incultos, guiando-os pelos atalhos tortuosos do mundo!* É esta a opinião dos mestres de maior nome da Pedagogia. Que poderá haver de mais belo, mais sublime, de mais patriótico do que formar caracteres nobres, corações generosos de que depende o futuro de nosso Brasil? Seguimos, pois, o exemplo dos países civilizados onde *a mulher está afastando por completo o homem do magistério primário. Em todas as nações cultas, o ensino está quase exclusivamente entregue à mulher*; seguindo na vanguarda a América (LOPES, P., 1926 b, p. 1). [grifo nosso]

O reforço feminino ao discurso de maior aptidão das mulheres ao magistério servia para consolidar a atuação feminina nessa atividade, conferindo-lhes uma profissão com a qual poderiam obter recursos para sua sobrevivência. Nas instituições educacionais, elas exerciam funções de liderança, guiando os jovens e disseminando o saber. Esse poder, ao ser apropriado, proporcionava-lhes um novo lugar social e intelectual, na condição de protagonistas do verbo, da escrita, de um conhecimento publicamente reconhecido. Tomar, lançar, guiar e afastar são verbos de ação que enfatizam gestos de protagonismo, nos quais o masculino era deslocado para uma situação de dependência representada pela figura do país, que se rendia ao feminino pela entrega dessa atividade às mulheres.

O lugar social propiciado pelo magistério autorizava a voz feminina, que passa a ter espaço na imprensa local. A publicação de artigos e discursos de professoras e alunas da Escola Normal em periódicos de redação masculina põe em evidência que a palavra feminina conquistava uma credibilidade associada à aquisição de saberes, como destaca Cristino Castelo Branco<sup>30</sup> ao afirmar que “a Normal distendeu-lhe os horizontes. A mulher, entre nós, deixou de ser ‘o animal de cabelos compridos e idéias curtas’<sup>31</sup>. A moda cortou-lhe os cabelos, e os professores alargaram-lhe as idéias. Iniciou-se uma nova era...” (BRANCO, C., 1926, p. 56). De fato, inaugurava-se uma época na qual as mulheres, paulatinamente, ampliavam sua atuação na sociedade e as fronteiras que demarcavam espaços de atuação

<sup>30</sup> Bacharel em Direito, professor e literato com intensa atuação na imprensa da época.

<sup>31</sup> A expressão “o animal de cabelos compridos e idéias curtas” é atribuída ao filósofo alemão Artur Schopenhauer (1788 - 1860).

masculinos e femininos tornavam-se confusas, pois as mulheres insinuavam-se por espaços de saber e poder anteriormente reservados aos homens.

#### 2.4 INCURSÕES FEMININAS ÀS ACADEMIAS: aval masculino e resistência

Nas primeiras décadas do século XX, as mulheres eram aceitas em associações como Grêmio dos Simples e Clube Literário 12 de Outubro como colaboradoras na organização dos eventos e com apresentações musicais, encenações e declamações. O ingresso de Amélia de Freitas Bevilaqua na Academia Piauiense de Letras, em 1921, indica uma abertura de espaço para que as mulheres também pudessem ser reconhecidas como escritoras. A criação desse precedente contribuiu para que o Cenáculo Piauiense de Letras<sup>32</sup> aceitasse a participação de Júlia Gomes Ferreira, Otilia Carvalho e Silva, Helena Silvia, Zenobia Ribeiro da Silva e Maria Iara Borges de Melo.

O ingresso feminino em espaços de publicação e em instituições literárias predominantemente formadas por homens fazia com que esse processo fosse percebido pelas autoras como uma concessão masculina:

Meus Senhores: Eu não poderia começar sem que as minhas palavras fossem para vós. A grande distinção que me conferistes, recebendo-me na vossa companhia, alteou-me, por assim dizer, as forças mesmas do meu espírito. [...] O afeto do vosso acolhimento deu-me a grande responsabilidade de trabalhar ainda, e muito, para merecê-lo e de transformar este aceno da vossa condescendência em um gesto intenso que bênção pelos meus esforços ou pelas minhas audácias. Eis porque estou convosco (DISCURSO DE RECEPÇÃO, 1936, p. 101).

---

<sup>32</sup> O Cenáculo Piauiense de Letras foi criado em 1927 e encerrou suas atividades em 1932, após a morte de Antônio Neves de Melo seu principal idealizador (MELO, 1997).

Em seu discurso de posse<sup>33</sup>, Maria Iara Borges de Melo atribuía seu ingresso no Cenáculo Piauiense de Letras à condescendência de seus membros. Mas ela também menciona o reconhecimento de seus esforços e audácias, mostrando que a insinuação feminina pelas cartografias literárias era marcada pelo atrevimento de tentar deslocar fronteiras e ocupar novos lugares sociais.

A admissão de mulheres em agremiações literárias do Piauí durante a década de 1920 aponta a influência de relações de parentesco entre as escritoras e intelectuais da Academia Piauiense de Letras e do Cenáculo Piauiense de Letras. Registra-se que, quando Amélia de Freitas Bevilaqua foi aceita para a Academia Piauiense de Letras, compunham o quadro dirigente dessa instituição Clodoaldo Freitas e Lucídio Freitas, respectivamente tio e primo da autora. As coincidências de sobrenomes sugerem que essa relação de parentesco também ocorria no Cenáculo Piauiense de Letras, assinalando-se a participação de Osires de Neves Melo, Antônio Neves de Melo, Maria Iara Neves<sup>34</sup>, Álvaro Alves Ferreira e Julia Gomes Ferreira.

As relações de parentesco favoreciam o ingresso feminino nessas agremiações literárias por envolver as autoras em uma rede social de amizades e autorização familiar, permitindo que se buscasse apoio no grupo para a aceitação da participação feminina. Nessa perspectiva, Michelle Perrot ressalta que o deslocamento das linhas que limitavam a vida feminina também era movido por relações de aliança, cumplicidade, amizade e amor (PERROT, 1998). Muitas escritoras contaram com o apoio de familiares e companheiros para seu ingresso nas cartografias literárias. Amélia de Freitas Bevilaqua, por exemplo, teve incentivo familiar para começar a publicar textos no *Jornal do Brasil*, em 1898, os quais ela assinava com as iniciais “A. B.”. Além disso, ela e seu marido, Clóvis Bevilaqua, também

---

<sup>33</sup> Texto reproduzido pela *Revista da Academia Piauiense de Letras*, constando a informação de que esse discurso foi publicado em edição especial da revista *Guajarina* em Belém do Pará, no ano de 1931. (DISCURSO DE RECEPÇÃO, 1936, p. 101).

<sup>34</sup> Nome de solteira de Maria Iara Borges de Melo, filha do literato piauiense Abdias Neves (1876 - 1928). Maria Iara Borges de Melo fixou residência no Rio de Janeiro e foi funcionária do Ministério da Educação e Cultura.

eram parceiros intelectuais, realizando projetos literários como a *Revista Ciências e Letras* (1912 - 1918).

O aval masculino à atuação literária feminina era representado pelo apoio de familiares, de escritores e críticos literários renomados. Nesse sentido, o prefácio feito por literatos e intelectuais renomados, especialmente em livros de estréia literária, consistia para as autoras uma forma de atrair o reconhecimento atribuído à voz masculina (ALVES, 2000; BEZERRA, 2003). Em relação às autoras piauienses, cita-se a busca desse aval masculino por Luiza Amélia de Queiroz em *Georgina ou Os Efeitos do Amor* (1898), Amélia Bevilaqua em *Alcione* (1902), Francisca Montenegro em *As Três Gotas de Sangue* (?) e Isabel Vilhena em *Seara Humilde* (1940); tendo sido esses livros prefaciados, respectivamente, por Dias Carneiro, Araripe Júnior, Alarico Cunha e Martins Napoleão. Esses exemplos, compreendidos entre o final do século XIX e meados do século XX, testemunham a significância dessa prática, pois, se a mesma perdurou, é porque as escritoras a consideravam necessária.

Em decorrência das práticas relacionadas à escrita e ao reconhecimento literário serem socialmente inscritas sob o domínio masculino, muitas vezes as mulheres, ao se apropriarem destas práticas, pediam licença aos homens, solicitando o aval e a autorização masculina para circular por seus espaços. A insinuação feminina por espaços inscritos fora das configurações prescritas para as mulheres, gerava um sentido de insegurança e temor da crítica que se revelavam na humildade com que as autoras se reportavam aos seus trabalhos e na apresentação de suas produções. Nesse sentido, citam-se os títulos *Flores Incultas* (1875), *Seara Humilde* (1940) e *Nada* (1944), esses de autoria de Isabel Vilhena e o primeiro de Luísa Amélia de Queiroz.

No intuito de ressaltar o mérito das obras de autoria feminina, os críticos literários frequentemente as relacionavam à produção de autores consagrados, como se percebe no



prefácio de Dias Carneiro a *Flores Incultas* e no parecer de Higino Cunha e Celso Pinheiro<sup>35</sup> sobre *Seara Humilde*.

A ação do poema é simples, mas aproxima-se do romantismo pela vivacidade das paixões; lirismo, porém, que a autora derrama ao redor de todos os acontecimentos é d'um luxo verdadeiramente oriental; nossos costumes locais e a natureza forneceram-lhe uma tela riquíssima e variada de paisagens que elevam seu trabalho a grande merecimento, como poema lírico da escolha de Th. Moore e Byron (apud JACOBINA, 1938, p. 186).

Não diremos que o soneto acima citado possa ser equiparado ao longo e célebre poema de Lamartine sob o mesmo título. Queremos apenas afirmar que a produção de nossa poetisa pode figurar, sem desdouro, ao lado do grande lírico francês. São dignos de honrosa menção todos os outros sonetos e as demais produções, que constituem a coletânea, que temos em vista, merecedoras dos aplausos dos competentes, como uma demonstração da nossa cultura literária, pondo em evidência um talento de escol, honra e glória do sexo feminino entre nós (CUNHA; PINHEIRO, 1940, p. 5).

A produção feminina era afirmada a partir da comparação com trabalhos de autores renomados, de maneira que o padrão a ser seguido seria o que pudesse ser amparado pela semelhança com a produção masculina (DUARTE, 1997). A cristalização do cânone literário, sem a inclusão da produção literária feminina contribuía para que a afirmação de uma obra só pudesse ser feita tendo como espelho esse restrito círculo de publicações e autores, pois são esses lugares institucionalizados que são portadores de poder e prestígio na cultura letrada. Dessa maneira, apenas uma voz reconhecida por outros literatos, com trânsito nas instituições literárias e na imprensa teria o poder de atribuir um sentido de reconhecimento que era necessariamente buscado na crítica favorável.

Mesmo para os literatos, alcançar prestígio literário era uma operação que envolvia aspectos como projeção familiar e política, além de uma intrincada rede de relações com escritores, jornalistas, redatores e proprietários de jornais e a busca de espaços institucionais em associações de caráter literário. Destaca-se que os literatos contavam com

---

<sup>35</sup> Poeta, cronista e jornalista com vasta publicação de textos em jornais da época, como o *Diário do Piauí* (1912). Participou da Academia Piauiense de Letras (ADRIÃO NETO, 1995).

uma vantagem sobre as escritoras, tendo em vista que o jornalismo e a literatura eram práticas inscritas para a atuação masculina e que eram relacionadas a prestígio social e reconhecimento intelectual. As mulheres, entretanto, encontravam um desafio a mais, o de afirmar sua capacidade intelectual.

Em relação às escritoras piauienses na primeira metade do século XX, apenas Amélia Bevilaqua possui uma extensa bibliografia publicada, parte dela por uma importante editora da época, a Garnier, o que era um feito acessível a poucas mulheres do período. A publicação de livros perpassa questões como possuir recursos próprios para custear o empreendimento ou ser um nome reconhecido pela crítica e encontrar uma demanda de consumo na sociedade que fomente o interesse de editoras pelo trabalho. Além disso, a crítica favorável publicada em jornais e revistas ajudava a criar demanda para as publicações, como, por exemplo, ocorreu com o primeiro romance de Rachel de Queiroz. A primeira edição de *O Quinze* era de mil exemplares e foi custeada pelo pai da autora, destacando-se também a colaboração de:

[...] Antônio Sales, escritor, um velho romancista que era muito meu amigo e o Renato Viana, um dramaturgo, jornalista que morava no Ceará, me deram os endereços dos jornalistas daqui do Rio, dos críticos, e eu mandei o livro para cá. Deu muita sorte, o livro estourou e a Editora Nacional me mandou um telegrama oferecendo-se para uma segunda edição (QUEIROZ, R., 1998, p. 19).

A aprovação de *O Quinze* pela crítica masculina fez com que a Editora Nacional se interessasse em publicar uma segunda edição do livro. Percebe-se assim, que a crítica favorável feita por literatos, críticos ou jornalistas era um fator significativo para o reconhecimento da produção literária de autoria feminina e seu ingresso no mercado editorial.

Além da crítica masculina favorável, as escritoras também procuravam angariar espaços nas agremiações literárias, que funcionavam como instituições que conferiam prestígio a seus membros ao destacá-los dentre outros escritores e aspirantes a literatos. O

deslocamento das fronteiras mostrou-se mais flexível nas academias regionais, provavelmente favorecido pelas relações de parentesco e amizade. Entretanto, a maioria dos intelectuais que compunham a Academia Brasileira de Letras, mostrava-se resistente à participação feminina em seus quadros, como destaca essa notícia sobre uma possível candidatura de Júlia Lopes de Almeida:

Está se tratando de levantar a candidatura da ilustre escritora D. Júlia Lopes de Almeida a uma das vagas existentes na Academia Brasileira de Letras. O movimento nasce no seio da própria Academia e realmente está tomando proporções, tal a convicção que lá impera em todo nosso meio intelectual, de que não pequena parte dos seus membros tem obra inferior em número e em qualidade a da festejada autora da 'Intrusa', do 'Eles e Elas' e de tantos outros volumes que indiscutivelmente enriquecem as letras nacionais (A MULHER NA ACADEMIA, 1926, p. 2).

Essa nota dava como certa a vitória da candidatura de Júlia Lopes de Almeida. Mas isso não veio a se concretizar, provavelmente pela compreensão de que as resistências ao ingresso feminino à Academia Brasileira de Letras não poderiam ainda ser contornadas. O principal argumento contra a participação feminina nessa agremiação literária era a de que esta não estava contemplada nos regimentos da Academia, o que se destacava como:

[...] Um simples caso de interpretação idêntico ao da nossa constituição política que concede o direito de voto aos 'indivíduos' sem que até hoje a mulher tivesse podido exercê-lo apesar de ser indivíduo (A MULHER NA ACADEMIA, 1926, p. 2).

Essa questão foi posta em relevo em 1930, com a rejeição da candidatura de Amélia Bevilaqua à Academia Brasileira de Letras, sob a alegação de que o termo "brasileiros" só fazia jus ao sexo masculino. Mesmo a participação como correspondente era vedada às mulheres na Academia Brasileira de Letras (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2003).

Quando se candidatou à Academia Brasileira de Letras, Amélia Bevilaqua contava com 70 anos de idade e trinta de uma carreira literária respaldada pela crítica favorável de

autores como Araripe Júnior e Sílvio Romero, além de uma vasta publicação de romances e contos. Entretanto, a candidatura de Amélia Bevilaqua foi alvo de controvérsias entre os acadêmicos. No intuito de manter a Academia Brasileira de Letras como um nicho masculino de representação e prestígio literário, recorria-se a artimanhas como acrescentar restrições ao regimento, como destaca Laudelino Freire:

Ora, se a palavra *brasileiros* abrange escritores de ambos os sexo, a resolução da Mesa, segundo aviso circular enviado aos Acadêmicos, mandando acrescentar ao artigo 30 do Regimento a seguinte restrição – A expressão brasileiros só se aplica a escritores do sexo masculino – saiu dos justos limites, reformando irregular e violentamente os Estatutos e o regimento, [...] Tudo, como se vê, está aqui a indicar que o assunto, pela sua importância e pela forma irregular porque foi resolvido, deve ser novamente considerado. Indico, portanto, que a mesa envie a cada um dos Senhores Acadêmicos, sem exceção, a seguinte consulta, pedindo-lhes resposta por escrito, dentro do prazo de sessenta dias: -Na palavra brasileiros do art. 2 dos estatutos estão ou não incluídas as escritoras brasileiras? (apud BEVILAQUA, 1930, p. 113). [grifo da autora].

Após pronunciamentos favoráveis e contrários ao ingresso feminino na Academia Brasileira de Letras, a inscrição de Amélia Bevilaqua foi negada pelos acadêmicos em uma sessão realizada no dia 29 de maio de 1930. A rejeição da candidatura da autora se ateve ao argumento de que o termo “brasileiros” contemplava somente os homens, o que evidencia que a construção do plural a partir do masculino contribuía para apagar as mulheres e excluí-las.

Em relação à candidatura de Amélia Bevilaqua à Academia Brasileira de Letras, destaca-se o apoio do presidente da Academia Brasileira de Letras, Laudelino Freire e a declaração favorável de Félix Pacheco:

Honro-me bastante de ser membro da Academia Piauiense de Letras, a que também pertence à distinta escritora. Os Cenáculos estaduais, modelados pelo nosso, andam, nesse ponto, muito adiante da Academia. [...] Se o mal é de nascença, razão maior de corrigimos, não é triste que, na primeira turma de quarenta, deixassem de figurar Júlia Lopes de Almeida e Francisca Júlia? Para que ampliarmos, eternizarmos essa tristeza, insistindo na negativa? (apud BEVILAQUA, 1930, p. 59).

Félix Pacheco<sup>36</sup> afirma que Francisca Júlia<sup>37</sup> e Júlia Lopes de Almeida<sup>38</sup> mereciam ter lugar na Academia Brasileira de Letras desde sua fundação, sendo lamentável que se insistisse em manter essa agremiação literária como um espaço exclusivamente masculino. Algumas das academias estaduais de letras já contavam com a participação feminina em seus quadros, como observa Amélia Bevilaqua:

[...] se volvermos a vista para nossos Estados, encontramos, em Pernambuco, Edwirges Sá Pereira, primosa poetisa e escritora elegante, vice-presidente da Academia de Letras. No Ceará, também é sócia da Academia a romancista Alba Valdez. Eu mesma, desconhecida, vivendo afastada de tudo, pertenço à Academia Piauiense de Letras (BEVILAQUA, 1930, p. 26).

Além desses exemplos que indicam a participação feminina em Academias de Letras em Estados da Região Nordeste, Amélia Bevilaqua ressalta que havia precedentes também em outros países, pois “não teria a Academia Brasileira de Letras a primazia de glorificar as escritoras. Antes dela já a Academia de Ciências de Lisboa consagrava Maria Amália Vaz de Carvalho e Carolina Michaelis, que tanto honraram as letras do seu país” (BEVILAQUA, 1930, p. 31). Amélia Bevilaqua não conseguiu o direito de concorrer à Academia Brasileira de Letras. Mas aproveitou a polêmica para reunir artigos e monções de apoio e publicar um livro com caráter de documento histórico, inscrevendo, assim, seu nome na história das lutas femininas por ampliação de direitos e espaços de atuação para as mulheres no Brasil. Em relação à sua candidatura à Academia Brasileira de Letras, Amélia Bevilaqua afirmava: “não me arrependo do meu gesto; parece que algum sentimento me insinua que estou mais perto de me sentir orgulhosa do que humilhada” (BEVILAQUA, 1930, p. 117).

---

<sup>36</sup> Político, poeta e jornalista piauiense.

<sup>37</sup> Francisca Julia da Silva nasceu em Eldorado - SP, em 1873. Publicou obras como *Mármore* (1895), *Livro da Infância* (1899) e *Eslinges* (1903).

<sup>38</sup> Julia Lopes de Almeida era uma escritora consagrada pela crítica da época. Era esposa de Felinto Almeida, intelectual que pertencia ao quadro da Academia Brasileira de Letras.

Amélia Bevilaqua ingressou na Academia Piauiense de Letras em 1921, por meio de decreto especial. A aprovação do nome de Amélia Bevilaqua nesta instituição deveu-se ao apoio de acadêmicos que eram familiares da autora e ao reconhecimento de sua produção literária pela crítica local e nacional. Acrescente-se a isso o fato de que o casal Amélia e Clóvis Bevilaqua favorecia a inclusão de escritores piauienses na roda literária carioca, propiciando contatos com literatos, jornalistas e editores por meio de reuniões realizadas em sua residência (MAGALHÃES, 1998).

O ingresso de Amélia Bevilaqua na Academia Piauiense de Letras ocorreu durante o primeiro mandato de Higino Cunha na presidência desta instituição, entre 1919 e 1924. A primeira candidatura de uma mulher a essa agremiação literária também ocorreu em um período em que esse literato ocupava o cargo de presidente. Além disso, registra-se que Higino Cunha foi o principal crítico da candidatura de Álvaro Ferreira<sup>39</sup>, com quem Isabel Vilhena<sup>40</sup> disputou uma vaga para Academia Piauiense de Letras em 1940.

Apresentou-se resistência à candidatura de Isabel Vilhena à Academia Piauiense de Letras, o que se verifica no pedido de rejeição de sua inscrição, ainda que efetuada no prazo previsto. O argumento era que o candidato Álvaro Ferreira já possuía a quantidade necessária de votos para ser eleito. Esta afirmação mostrou-se inverídica. O estatuto da entidade previa a proporção de dois terços de maioria para a eleição de um novo acadêmico, mas como em duas sessões de votação nenhum dos candidatos obteve essa representação, o regimento foi alterado para maioria simples de votos.

Não foram encontradas manifestações escritas, explicitamente contrárias à candidatura de Isabel Vilhena. Mas se percebe que uma polêmica dividiu os literatos da Academia Piauiense de Letras em posicionamentos antagônicos, que eram representados por

---

<sup>39</sup> Álvaro Alves Ferreira era dentista, professor, literato e jornalista. Ocupou cargos de direção no Liceu Piauiense e no Instituto de Educação Antonino Freire (ADRIÃO NETO, 1995).

<sup>40</sup> Poeta e cronista, Isabel Maria Gonçalves Vilhena era conhecida como D. Neném Vilhena. Lecionou no Colégio Sagrado Coração de Jesus e na Escola Normal (ADRIÃO NETO, 1995). Registra-se também sua participação no Conselho Diretor do Centro do Professorado Piauiense, no triênio 1934 - 1937.

Higino Cunha e Martins Napoleão, respectivamente presidente e primeiro secretário da instituição na época.

O edital de inscrição para preenchimento da vaga deixada pelo falecimento de Benjamin Batista citava como exigências que os candidatos residissem no estado e fossem autores de reconhecido mérito em qualquer gênero literário, com obra publicada ou inédita, devendo os interessados candidatar-se no prazo de dois meses, compreendido entre 15 de junho e 15 de agosto de 1940 (ACADEMIA..., 1940, p. 12). Nesse intervalo, o lançamento de *Seara Humilde* por Isabel Vilhena contou com o prefácio de Martins Napoleão e com o parecer favorável de Higino Cunha e Celso Pinheiro, que recomendaram ao Governo do Estado a publicação do livro. O *Diário Oficial* do Estado afirmava que a publicação de *Seara Humilde* era esperada com ansiedade e que:

[...] o amparo sincero dos três imortais indicados basta para que as poesias de D. Isabel Vilhena mereçam dos nossos intelectuais e do público o apreço a que faz jus a inspiração vibrante e espontânea da consagrada poetisa (LIVROS PIAUIENSES, 1940, p. 12).

É possível que se esperasse que Martins Napoleão, como prefaciador de *Seara Humilde*, apoiasse a candidatura de Isabel Vilhena à Academia Piauiense de Letras. Martins Napoleão discorre em seu prefácio que:

[...] O homem, nesta conduta nietszcheana, lembrou-se de que é o deus-de-si-mesmo e pulverizou tudo que recordasse o Eterno. Por isso, todos os que fazem versos, contribuem para diminuir a intensidade da obra de materialização da vida e do homem. [...] Assim, não sei se é de louvar, ou temer, a coragem da autora de SEARA HUMILDE pela publicação dos seus versos. Não se perca a obra pelo título: Ruth, também, respigou na Seara de Booz, e, nem por apanhar as espigas que sobraram da ceifa, - humilde na riqueza - foi a menos amada das mulheres. Esta colheita da poetisa piauiense quer parecer humilde na aparência, mas, em realidade, é uma bonita oferta lírica (NAPOLEÃO, 1975, p. 7). [grifo do autor]

Louvar ou temer a coragem de uma mulher em publicar versos em uma época, segundo Martins Napoleão, adversa a tudo que recordasse o espírito e o eterno? As duas coisas, louvar e temer, pois a audácia da autora em publicar seu trabalho e em candidatar-se a uma academia literária fazia parte desse movimento de dissolução do domínio secular dos homens sobre a palavra, os espaços de saber e poder no mundo público.

A polêmica envolvendo a disputa entre Isabel Vilhena e Álvaro Ferreira girou em torno do mérito desse candidato em ocupar a vaga na Academia Piauiense de Letras. Higinio Cunha afirmava não está atuando para favorecer ou dar sustentação à candidatura de Isabel Vilhena, mas para lhe assegurar o direito à inscrição, que foi realizada no prazo legal, pois do contrário:

Não haveria mais a seleção de engenhos superiores, capazes de nos enaltecer dentro e fora do Estado como expoentes da cultura literária do Piauí. Bastaria a camaradagem íntima, a afeição pessoal e o prestígio social do proponente. Para vencer neste sistema eleitoral, o candidato só precisa ter uma qualidade – ser amigo pessoal de um acadêmico de prestígio social e de condição - um presidente passivo e condescendente. Onde iríamos parar nesse sistema acomodatório e camaradário? (CUNHA, H., 1940 b, p. 12).

Higinio Cunha afirmava que seu empenho visava garantir que os acadêmicos tivessem opção de escolha. Para ele, Álvaro Ferreira, além das relações de amizade e prestígio social, não tinha outras qualidades que justificassem sua eleição, tendo em vista que:

[...] o critério adotado para a eleição do candidato predileto é o mais falho, contraproducente e desacreditado, pois eu sempre ouvi dizer que quem ama o feio bonito lhe parece. [...] Todo mundo sabe que os pais se desvelam mais pelos filhos doentes e anormais que pelos sadios e robustos. [...] O indivíduo pode ser bom pai de família e ótimo amigo, mas carecer dos requisitos para ter assento na Academia, sem dezar algum para outras qualidades que recomendam o convívio social. “On peut être honête homme et faire mal lês vers”, como já dizia Alcesto no Misanthropo de Molière, ou não fazer versos nenhuns, nem bons nem maus (CUNHA, H., 1940 b, p. 12).



A despeito de Álvaro Ferreira ser considerado um homem honesto, bom pai de família e amigo, ele, na opinião de Higino Cunha, não tinha uma produção literária que lhe fizesse merecer um lugar na Academia Piauiense de Letras. Ou seja, entre os que serviam para representar a literatura piauiense no Estado e no cenário nacional, ou ainda entre os que mereciam ser imortalizados e fazer parte do cânone literário local. Martins Napoleão assumiu uma posição de réplica; para ele, Higino Cunha havia desprezado o estudo sobre a contribuição literária de Álvaro Ferreira no jornal, na crônica, no conto e na crítica. Martins Napoleão ressalta ainda que antes do parecer emitido por Higino Cunha e Celso Pinheiro foi ele quem primeiro havia recomendado a obra poética de Isabel Vilhena, demonstrando “aos olhos de todos, minha admiração pela sua poesia, o que vale proclamar que, entre nós, estaria tão bem como em sua própria casa” (NAPOLEÃO, 1940). Martins Napoleão menciona a recente publicação do livro de Isabel Vilhena, marcando-o como um livro de versos, enquanto o candidato que apoiava teria uma contribuição em diversos gêneros literários e contava com uma visibilidade maior no cenário literário, por já ter outros trabalhos publicados. Essa sessão, realizada no dia 27 de setembro de 1940, culminou na eleição de Álvaro Ferreira e em sua posse imediata, prática que, segundo Higino Cunha, só era adotada quando o acadêmico eleito residia em outra cidade. Acrescente-se que nessa ocasião, Higino Cunha retirou-se e absteve-se da votação, alegando que lhe fora negado direito de pronunciamento. Os atos relatados foram considerados arbitrários por Higino Cunha, que declarou inválida essa eleição, pois a mesma teria se dado como um:

[...] assalto relâmpago, aprovaram em bloco o anteprojeto, que puseram imediatamente em prática, elegendo o seu candidato, distribuindo votos a seu bel - prazer num pandemônio infernal. Como lambujens, deram posse ao último candidato eleito, residente em Teresina, dispensando a sessão solene, regalia de que só gozam os ausentes do Estado, abrindo assim um precedente para aliviar o ônus da exibição em público, atestado patente contra a própria existência da Academia (CUNHA, H., 1940 a, p. 4).

Essa foi a segunda sessão realizada com o intuito de preencher a vaga existente. Nessa ocasião, foram lidas declarações de Amélia Bevilaqua e Antônio Bona ratificando o seu desejo de fazer parte da Academia Piauiense de Letras e os votos anteriormente remetidos foram confirmados. A necessidade dessas declarações era em decorrência de impedimento de voto a acadêmicos que não tivessem tomado posse de fato ou feito declaração de aceite do mandato. Nessa situação, encontravam-se João Cabral, Pires Rebelo, Breno Pinheiro, Antônio Bona de Castro Cavalcanti e Amélia Bevilaqua. No que se refere à Amélia Bevilaqua, destaca-se que a autora menciona o fato de pertencer ao quadro da Academia Piauiense de Letras, no livro *Amélia de Freitas Bevilaqua e a Academia Brasileira de Letras* (1930), no qual publicou artigos e monções de apoio à sua candidatura à instituição mencionada. E a despeito de não ter existido uma sessão solene de posse, a autora não só se considerava como integrante da Academia Piauiense de Letras, como colaborava com a *Revista da Academia Piauiense de Letras*. Dessa forma, é possível cogitar que esses impedimentos estavam relacionados à disputa eleitoral e à tentativa de desfavorecer um dos candidatos, no caso, Álvaro Ferreira, tendo em vista que os votos de Amélia Bevilaqua e Antônio Bona eram destinados a ele.

Destaca-se que, em uma eleição acadêmica, não contam apenas o talento e a contribuição literária, mas também as relações de amizade, o prestígio social, familiar e político de que possa gozar o candidato ou a candidata. Além dos afetos, os desafetos também se influenciam para que sejam estabelecidas posições, que envolvem contendas e disputas de poder e representatividade no interior das instituições literárias. O grupo que apoiava Álvaro Ferreira conseguiu arregimentar em torno dele o maior número de sufrágios favoráveis. A diferença de quatro votos na primeira eleição foi ampliada na segunda para seis com a ajuda de declarações de acadêmicos residentes fora do estado, o que para Higinio Cunha tornava condenável a precipitada sessão que deu posse ao candidato citado; pois o mesmo teria obtido

adesão de “acadêmicos ausentes e incautos, afogeadamente à revelia dos interesses da coletividade” (CUNHA, H., 1940 a). Com o desfecho do processo eleitoral, Isabel Vilhena permaneceu com os fiéis oito votos conferidos a ela, contra catorze que elegeram Álvaro Ferreira em uma terceira sessão de votação, que foi realizada em 04 de outubro de 1940.

A eleição de Álvaro Ferreira evidencia um deslocamento de poder na Academia Piauiense de Letras. Higino Cunha presidiu a Academia Piauiense de Letras por catorze anos ininterruptos entre 1929 e 1943, ano no qual veio a falecer. Martins Napoleão exerceu a presidência da Academia Piauiense de Letras por três anos, e foi sucedido por Álvaro Ferreira, que permaneceu no cargo entre 1946 e 1954. O apoio de Higino Cunha à candidatura de Isabel Vilhena deu-se de maneira tácita, por sua agressiva oposição a Álvaro Ferreira. Dessa maneira, a eleição de Álvaro Ferreira evidencia o enfraquecimento da influência de Higino Cunha entre os acadêmicos pelo desgaste de um longo mandato. Observa-se que Álvaro Ferreira e os literatos que apoiavam sua candidatura, como Martins Napoleão, Cristino Castelo Branco e Matias Olímpio, eram em média mais jovens que Higino Cunha. Isto pode apontar um conflito de geração marcado pelo desejo de mudança e de imprimir novos rumos à direção da instituição. Além disso, a candidatura de Álvaro Ferreira à Academia Piauiense de Letras também era endossada por homens de prestígio literário e político, como Luiz Mendes Ribeiro Gonçalves, Pedro Borges da Silva, Celso Pinheiro, Arimatéia Tito, Alarico da Cunha, Julio Vieira, além de outros nomes anteriormente mencionados.

Considerando-se o jogo de interesses e poder mascarado em uma eleição acadêmica, é possível cogitar que Isabel Vilhena não teria se lançado nessa disputa, se não contasse com o apoio e o incentivo de alguns acadêmicos. Estes, provavelmente, não ponderaram a articulação favorável à candidatura de Álvaro Ferreira ou não tinham outros nomes dispostos a entrar essa disputa. Além do apoio velado de Higino Cunha à candidatura de Isabel Vilhena, os únicos nomes que o *Diário Oficial* mencionava como favoráveis à sua

eleição eram os de Armando Madeira e Jonas da Silva, acadêmicos que residiam em Manaus e, nessa condição, teriam pouca influência no pleito local.

Além das notícias e textos de Martins Napoleão e Higinio Cunha publicados no *Diário Oficial* e de reproduções na *Revista da Academia Piauiense de Letras*, não foram encontradas manifestações de outros acadêmicos ou artigos que se reportem a esse assunto. Em relação ao ano de 1940, apenas o *Diário Oficial* do Estado do Piauí e as revistas *Almanaque da Parnaíba* e *A Voz do Estudante*<sup>41</sup> foram encontradas disponíveis para consulta no Arquivo Público do Piauí. O reduzido número de publicações no período se relaciona à política de censura do Estado Novo, através do Departamento de Imprensa e Propaganda e da criação de uma relação de dependência do setor gráfico em relação ao Estado, que monopolizava a importação do papel (NASCIMENTO, 2002).

A versão de Higinio Cunha sobre o processo eleitoral foi a que angariou mais espaço no *Diário Oficial* e na *Revista da Academia Piauiense de Letras*. Este periódico reproduziu em números dos anos seguintes à eleição, trechos de textos publicados por Higinio Cunha e Martins Napoleão no *Diário Oficial*. A repercussão dessa polêmica nos anos subsequentes à eleição, relaciona-se a um intervalo na publicação do número dezoito em 1939 e a dos números dezoito e vinte, respectivamente em 1942 e em 1943. Essa interrupção na publicação da revista pode relacionar-se às restrições da censura e à ausência de apoio financeiro do Estado. Destaque-se que a relação entre a Academia Piauiense de Letras e o Estado era de dependência financeira, pois “a instituição não arrecadava o suficiente nem para a aquisição de material de expediente, e a publicação da revista dependia da transferência de recursos do Governo” (NASCIMENTO, 2002, p. 87). Levando em conta a relação de dependência financeira da Academia Piauiense de Letras em relação ao Estado, pode-se

---

<sup>41</sup> *A Voz do Estudante* era uma publicação do Grêmio Literário Da Costa e Silva, vinculado ao Colégio Ateneu Piauiense e à Academia do Comércio do Piauí, como indica informação em seu primeiro número.

aquiescer que o prestígio político de que gozassem os candidatos na época também poderiam ser relevantes para a eleição.

Quanto à Isabel Vilhena, pode-se dizer que ela foi corajosa ao se tornar a primeira mulher a concorrer a uma vaga na Academia Piauiense de Letras, após assistir à polêmica provocada pela candidatura de Amélia Bevilaqua à Academia Brasileira de Letras, em 1930<sup>42</sup>. Isabel Vilhena publicou seu segundo livro com o título de *Nada* em 1944, o que não deixa de ser emblemático, levando em conta as expectativas frustradas com a árdua empreitada que enfrentou em 1940, ao se candidatar à Academia Piauiense de Letras.

É intrigante que Amélia Bevilaqua não tenha sido solidária à Isabel Vilhena, preferindo seguir relações de afinidade com Álvaro Ferreira ou com intelectuais que apoiavam sua candidatura. Nesse sentido, mencionam-se a crítica de Matias Olímpio sobre a produção de Amélia Bevilaqua, publicada sob o título de “Uma Piauiense Notável” e o discurso de recepção realizado por Cristino Castelo Branco, alguns anos após a polêmica candidatura dessa autora à Academia Brasileira de Letras:

Com o aparecimento do Alcione, a reputação de conteuse firmou-se de modo a se não poder contestar a sua preeminência. [...] A escritora tem o dom de contar os fatos mais simples e comuns com uma tão refinada sensibilidade que nos faz tomar de simpatia pelos tipos de bondade que descreve. [...] Quem lê esses contos, verá que neles alguma coisa sobreviverá à ação do tempo. Contêm idéias que sobreviverão e não desaparecerão com os anos (OLÍMPIO, 1914, p. 1).

A Academia, recebendo-vos, transborda de satisfação. Desde os albores da nossa instituição, fostes contemplada entre os nossos, para orgulho nosso. [...] divergimos profundamente do nosso paradigma, a Academia Brasileira, que iluminada pela glória de seus pró-homens, cerra egoisticamente as suas portas ao valor feminino, como se o esplendor mental e o mérito literário

---

<sup>42</sup> Foi necessário que se passassem quarenta e sete anos da candidatura de Amélia Bevilaqua, para que a cearense Rachel de Queiroz se tornasse a primeira mulher a ingressar na Academia Brasileira de Letras, em 1977. Quase três décadas transcorreram, até que Isabel Vilhena encontrasse assento na Academia Piauiense de Letras, que, em comemoração ao seu cinquentenário, criou dez novas cadeiras. Entre os nomes aprovados para ingressar nessa instituição, estavam Nerina Castelo Branco empossada em 1966, Emília Castelo Branco de Carvalho (Lilizinha) e Isabel Vilhena, que tomaram posse em 1967.

fossem, neste país de mulheres inteligentes, apanágio dos homens. O caso ruidoso da vossa candidatura ao Petit Trianon, em 1930, na vaga de Alfredo Pujol, ficou como um protesto, alto e claro, da inteligência brasileira, contra o ponto de vista inteiramente falho e errado daquela corporação (BRANCO, C., 1936, p. 19).

Demonstrações de apoio e estima como as mencionadas constituíam laços de amizade que perduravam décadas e certamente seriam levadas em conta diante um pedido de qualquer desses literatos para que Amélia Bevilaqua declarasse seu voto a favor de um ou de outro candidato. Além disso, diferentemente do que ocorreu com Amélia Bevilaqua na Academia Brasileira de Letras, Isabel Vilhena teve garantido o direito de concorrer a uma vaga na Academia Piauiense de Letras. Acrescenta-se também a possibilidade de que Amélia Bevilaqua sequer conhecesse Isabel Vilhena e sua produção literária.

A Academia Brasileira de Letras era vista como modelo para as academias estaduais. Dessa forma, a rejeição da ABL ao ingresso feminino favorecia o recrudescimento de uma resistência masculina em torno da manutenção das agremiações literárias como nichos de domínio masculino.

As críticas lançadas sobre a Academia Brasileira de Letras pela rejeição da candidatura de Amélia Bevilaqua podem ter contribuído para que os acadêmicos piauienses evitassem explicitar uma resistência de gênero em relação à candidatura de Isabel Vilhena. O fato de não terem sido encontrados documentos que expressassem posicionamentos nesse sentido não quer dizer que essa oposição não existisse.

A candidatura de Isabel Vilhena à Academia Piauiense de Letras ocorreu em um período marcado pelo recuo do movimento feminista e por uma restauração temporária dos domínios masculinos em espaços institucionais:

O advento do Estado Novo pôs fim ao modesto movimento feminista dos anos 20 e 30. Os líderes do novo regime, com sua crença nos papéis de gênero fortemente diferenciados, mostraram-se hostis à demanda feminina por maior igualdade. [...] Com o Estado Novo a reação antifeminista ganhou

força, e às mulheres (aos homens também) era negada a oportunidade de exercer seus direitos eleitorais, mas só para elas os setores mais importantes do governo se encontravam fechados (HANHER, 2003, p. 361).

Dessa forma, o Estado fortalecia a resistência à ocupação feminina de papéis sociais no espaço público. Nesse clima de restauração das fronteiras de gênero e recuo para a atuação social das mulheres, a candidatura de Isabel Vilhena à Academia Piauiense de Letras deu-se em um período desfavorável devido ao revigoramento da resistência ao avanço feminino por espaços considerados masculinos.

Amélia Bevilaqua era a única que integrava Academia Piauiense de Letras, mas a mesma residia no Rio de Janeiro. A participação de Amélia Bevilaqua no quadro da Academia Piauiense de Letras não incomodava os acadêmicos, pois, no cotidiano, essa agremiação literária se constituía como um nicho masculino. A Academia aceitava a presença das mulheres enquanto ouvintes atentas dos discursos e conferências proferidos pelos acadêmicos, muitos dos quais poderiam sentir-se desconfortáveis em ouvir as interferências de uma voz feminina ou assistir a sua ascensão à tribuna. A inclusão de uma mulher que vivia em Teresina obrigaria os acadêmicos a conviver com uma desterritorialização provocada pela presença feminina.

As mudanças que solapavam os lugares tradicionalmente reservados para homens e mulheres na sociedade, “pareciam ameaçar a dominação masculina de forma insuportável para homens que teriam sido educados numa ordem patriarcal” (ALBURQUERQUE JÚNIOR, 2003, p. 34). As tentativas femininas de enveredar por territórios considerados masculinos provocavam resistências. As mulheres poderiam atuar literariamente, mas não nos mesmos espaços que os homens. Era neste contexto, que Constâncio Alves sugeria que as mulheres criassem suas próprias academias literárias (apud BEVILAQUA, 1930). Dessa forma, a resistência ao ingresso feminino nas agremiações literárias tratava-se de uma questão de espaço. Esses homens sentiam-se incomodados em ver as mulheres avançando sobre o que

consideravam seus territórios sociais, pois a admissão feminina nesses domínios era percebida como uma perda de lugar e poder.

Circulavam, na sociedade da época, discursos antagônicos em relação à atuação feminina na sociedade. Destaca-se que havia posicionamentos que rejeitavam contundentemente a ampliação da atuação feminina no espaço público:

Volte a mulher moderna ao lar, outrora povoado da sua graça e do seu encanto, da sua meiguice e do seu amor, e verificará quanto se afastou das belezas do céu, a caminho vertiginoso, rumo ao inferno. [...] Aliás pensando como o íngreme magistrado piauiense<sup>43</sup>, cuja memória evoco neste instante, quero a mulher piauiense com conhecimentos das ciências e das letras, das artes culinárias como do desenho, quero que saiba costurar e engomar, para o exercício elevado do anjo do lar, esteio formidável da família e da sociedade. Fora disso, só admiro a mulher na escola, como professora, da vez que, neste mister, nada mais realiza do que ampliar sua missão de mãe, ou nos hospitais, amenizando com o bálsamo sublime do seu altruísmo, edificante, o sofrimento e a dor do próximo (WESER, 1940, p. 8).

Este discurso defendia que a atuação das mulheres na sociedade se restringisse às atividades domésticas, maternais ou consideradas extensões destas, como a educação infantil e o cuidado dos doentes. Assim, os papéis atribuídos à mulher na família deveriam servir como balizas para orientar a atuação feminina na sociedade. Ao se admitir que a mulher tivesse conhecimento das ciências e das letras, em nenhum momento foi conferido a ela a posição de escritora ou apontou-se o espaço acadêmico como inscrito nas configurações apropriadas à atuação feminina. Percebe-se, assim, uma reação patriarcal que buscava restaurar fronteiras de gênero rompidas nas décadas de 1920 e 1930 com a ampliação da participação feminina no espaço público e na vida política do país. Mas em vão se clamava que as mulheres retornassem ao lar para dedicar-se somente aos cuidados com a casa e com a família. A resistência ao avanço feminino em atividades e espaços reservados aos homens

---

<sup>43</sup> Felismino Weser refere-se a Clodoaldo Freitas.



confrontava-se com discursos favoráveis ao deslocamento dessas fronteiras de gênero e que reclamavam igualdade de condições e oportunidades entre homens e mulheres:

[...] Cultivando o espírito, burilando a inteligência pelo estudo e pelas boas leituras, nivelando-se ao homem nos domínios da Instrução e do Conhecimento, a mulher não se masculiniza e nem perde as características do seu sexo. [...] Considero essencialmente femininas e nobres todas as ocupações que exigem o concurso da inteligência. [...] Se a mulher estudiosa, culta e amante do saber demonstra aptidão e capacidade para trabalhos mais elevados que os de lavar, engomar, cozinhar, costurar, concorrendo com os homens nos escritórios e bons empregos, por que lhe tolher a sua natural liberdade de agir e de empregar nobremente a sua inteligência e a sua atividade (CUNHA, A., 1940, p. 283).

Nesse texto, Alda Cunha<sup>44</sup> estabelece um contraponto com o discurso defendido por Felismino Weser<sup>45</sup>, pois fundamenta seu argumento na igualdade de condições físicas, intelectuais e morais entre homens e mulheres. Ao adquirir instrução e conhecimento, a mulher tornava-se competente para concorrer com os homens no mercado de trabalho, não se justificando que sua atuação fosse vedada em qualquer atividade e prática social. Assim, baseando-se na afirmação da capacidade intelectual feminina, esse discurso ratifica também o ingresso feminino em espaços de prestígio em publicações e agremiações literárias.

A participação das mulheres em espaços de publicação e em instituições literárias passa por avanços e recuos marcados entre colaboração e apoio versus resistência e tentativas de controle. As fronteiras que demarcavam esses espaços de atuação passavam a ser disputadas em movimentos de deslocamento e de restauração dos antigos marcos. Enredando os homens como aliados, brechas iam sendo abertas para a insinuação feminina por esses nichos de poder. Ainda que para ingressar neles fosse preciso o aval masculino, que se manifestava como uma concessão, sujeita a recuos e silenciamentos.

---

<sup>44</sup> Alda Avelino Cunha foi Oradora da turma de concludentes da Escola Normal de Parnaíba-PI em 1932. Publicou textos em periódicos da época como *Gleba*, *O Meio*, *Parnaíba* e *Voz do Estudante*.

<sup>45</sup> Poeta e professor. Participou do Cenáculo Piauiense de Letras (1927 - 1932) (ADRIÃO NETO, 1995).

### 3 O JOGO DAS MÁSCARAS E O DESLOCAMENTO DAS FRONTEIRAS DO DIZÍVEL

O Carnaval passou...e com ele, todas as modulações da alegria... Morreram na garganta do folião retardado as últimas notas da mais bela canção carnavalesca do ano! Morreu, como que, a alegria da vida. E a cidade inteira, ébria de sono e de cansaço, dorme por algum espaço de tempo. Rolam pelo chão os confetes e as serpentinas, com saudade das mãos que os lançaram.

Elisa dos Anjos

Trago em mim, toda a ânsia universal,  
A tragédia sanguinolenta dos que se batem  
Por um ideal  
Trago, em mim, as vozes de todos os homens,  
O morrer lento de todos os séculos,  
O agonizar dos feridos no campo de luta,  
A gargalhada estrepitosa da metralhadora bruta!

Guadalupe Lima

Algumas interrogações vêm à tona quando se procura descerrar os véus que recobrem a atuação feminina no cenário literário piauiense e a existência de um grupo de mulheres que se ocultavam sobre pseudônimos, para discutir sobre o feminismo e os lugares sociais que desejavam ocupar. Seriam realmente mulheres? Não poderiam ser homens? Sustentar a argumentação de uma autoria feminina com base na intuição ou em uma percepção pessoal da leitura dos textos não seriam explicações consideradas satisfatórias em se tratando de um trabalho acadêmico. Parte significativa dos textos analisados remete a uma formação discursiva feminista que inscrevia novas perspectivas de atuação e realização para as mulheres. Mas também, constata-se que havia homens favoráveis ao voto feminino, uma minoria, diga-se de passagem, da mesma maneira que também se encontram textos de autoria

feminina que manifestavam opinião contrária à participação da mulher na política, não se tratando, portanto, de uma guerra dos sexos que entrincheiraria necessariamente homens e mulheres em campos opostos. Assim, a questão se desloca para a arena discursiva, na qual os discursos disputam o estabelecimento de sentidos, práticas e lugares sociais.

Assim, para não sair pela tangente e manter posições fundamentais no que concerne à escrita de uma História sobre a apropriação feminina das práticas discursivas, leva-se em consideração algumas questões. Por que os pseudônimos eram necessários? Quem sentia necessidade de recorrer a eles? Que relações de significado e identidade de gênero é possível fazer a respeito dos pseudônimos usados?

### 3.1 PSEUDÔNIMOS: USOS E UTILIDADES

O uso de pseudônimos trata-se de um subterfúgio utilizado em diferentes situações por escritores e escritoras. Estas máscaras eram usadas de forma recorrente para proteger os autores de críticas e retaliações. Dessa forma, este estratagema permitia aos seus usuários a expressão de idéias e posicionamentos que, sem o seu uso, não seriam possíveis.

A maioria dos pseudônimos encontrados em jornais piauienses no final do século XIX e início do século XX eram máscaras usadas por literatos locais, pois as mulheres estavam começando a ter acesso à educação formal e à cultura escrita e, conseqüentemente, o espaço literário da época era ocupado predominantemente por homens. Assim, pseudônimos como “Bandarra”, “E. N.” (Eudócio Neves), “C. F.” (Clodoaldo Freitas) “João da Serra”, “João do Vale”, “João da Selva”, “Íris”, “Edmo”, “Glauco”, “Y - Juca” e “Stellio Júnior” ocultavam literatos e jornalistas piauienses.

A preferência pela adoção de pseudônimos de referência masculina era uma forma de resguardar a imagem de virilidade, caso a verdadeira identidade do autor viesse a ser descoberta por adversários, pois, do contrário, o mesmo poderia ser alvo de sátiras e chacotas. Além do mais, a socialização masculina os impelia para que se identificassem com imagens relacionadas à força e masculinidade e que se fizessem preceder pelo artigo de gênero masculino, e não com imagens de flores, borboletas e outros símbolos ligados ao feminino. Nessa perspectiva, pseudônimos como “Bacalhau”, “Urtigão” e “Apolo Vilancete”, por exemplo, são nomes que sugerem masculinidade.

Pseudônimos que remetem a uma autoria masculina freqüentemente assinavam textos que se reportavam à economia, à administração pública, à defesa de correligionários e à crítica a adversários políticos. O forjamento de uma identidade fictícia, que conferia viabilidade discursiva, pode ser compreendido como um subterfúgio significativo em uma sociedade marcada por relações de força que lançavam à margem segmentos da sociedade, grupos políticos e literatos alijados do poder.

O desequilíbrio das relações de poder que se travavam nesse contexto social situava os pseudônimos como uma tentativa de salvaguarda para intelectuais, jornalistas e políticos opositoristas. Nas primeiras décadas do século XX, podem ser encontrados diversos textos poéticos de caráter caricatural e de crítica política assinados com pseudônimos. Entre esses se destacam textos assinados por “Tica” no jornal *Tempo* (1905) e “Y” em *O Monitor* (1907). Os textos assinados por “Y” freqüentemente se reportavam à política:

-Criarmos nós um jornal  
-que com o governo brigue  
-nós, pobres filhos de Eva?  
-S. Bárbara nos castigue.

-Assim temos tormentos  
 -que amargam como fel  
 -e poderemos “correr”  
 -em “vergonhoso tropel”

E o resultado será  
 -nós, de olhos arregalados  
 -“perdermos nosso latim”  
 -nunca seremos deputados... (“Y”, 1907 b, p. 2).

A criação de um jornal de oposição ao governo sofreria censura e retaliações. O último verso da primeira estrofe, “Santa Bárbara que nos castigue”, faz uma referência crítica ao envolvimento da Igreja na política local. Por mais que se esforçassem os oposicionistas, as fraudes marcariam os resultados eleitorais, fazendo com que seus projetos políticos fossem frustrados. Em outro texto, “Y” (1907 a, p. 2) ilustra a relação entre o poder econômico e a cooptação política que desarticulava a existência de oposição, como destaca:

Agora temos governo  
 -governo agora nós temos,  
 Governo assim é que serve  
 -governo assim nós queremos

Acabou-se d’ uma vez  
 -do voto - às podridões,  
 os ministros são tirados  
 -de fora das injunções.

O da fazenda então  
 -que distribui o maná  
 Faz milagres como Cristo  
 -fez nas bodas de Caná.

Agora temos governo  
 -não é brincadeira, não  
 -governo, *mesmo governo*,  
 - *mas não temos oposição* [grifo nosso]

Novamente, uma imagem religiosa que pode ser associada à Igreja Católica é utilizada para destacar o mecanismo de cooptação política na distribuição do “maná”, que anulava a existência de oposição, em um processo que visava à manutenção do mesmo agrupamento político no poder, expresso na ênfase “governo, mesmo governo”.

Os pseudônimos também eram utilizados para subscrever textos que discutiam o papel social da mulher. Na polêmica sobre a restrição da participação de mulheres casadas no magistério público, encontra-se a participação de “A Normalista”:

Como o dr. José Fonseca, não somos profissionais, mas é sabido que a lei federal sobre o montepio deixa de pagar a pensão à viúva que se consola em segundas núpcias. Impugnadores há tido dispositivo, mas até agora no que me consta, não houve quem o julgasse inconstitucional. Enfim, não é sobre a inconstitucionalidade da lei que me venho de ocupar: na Escola me ensinam apenas rudimentos desse ramo jurídico. Must and Jeff hão de dizer sobre o ponto. [...] espero que Must and Jeff não me abandonem. Não é gentil deixar-se só em campo com um homem quem se prepara apenas para cuidar de crianças (A NORMALISTA, 1921, p. 1).

Segundo José Ferreira Fonseca, “A Normalista” ocultava um advogado renomado que “deveria poupar as pobres normalistas o vexame de verem o nome da classe subscrevendo artigos de defesa a medidas que tão de perto ferem seus direitos” (FONSECA, 1921). Assim, o autor que subscrevia como “A Normalista” tomava em empréstimo uma voz feminina para forjar uma concordância das mulheres com a restrição de seus papéis sociais. Dessa forma, o uso de pseudônimos femininos por homens era uma forma de jogar com a opinião pública, pelo forjamento de uma identidade feminina fictícia. Mas a restrição da atuação feminina aos papéis desempenhados no espaço doméstico também era defendida por textos assinados com pseudônimos que remetiam a uma autoria masculina e defendiam que a educação feminina deveria preparar a mulher apenas para os papéis de mãe e esposa:

Ser mãe e ser esposa é uma verdadeira ciência, cuja posse, como a de todas as ciências, depende principalmente de um largo e apurado estudo. [...] É preciso que ela tenha sido na longa extensão da palavra, uma completa mulher de casa; que tenha a serenidade e a paciência posta à última prova, que tenha a suprema bondade e que reúna a essa cultura de espírito precisa para ser a confidente de um homem de gênio, que saiba todos os segredos da química culinária, que tenha a compreensão, e o gosto das artes decorativas: que seja enfim superiormente instruída; *que não seja médica, nem filósofa, nem jornalista e que empregue todo o seu espírito e todo o seu coração em ser unicamente uma mãe e uma esposa* (URTIGÃO, 1908, p.2). [grifo nosso]

Assim, a educação feminina deveria ser direcionada para o casamento e para o exercício da maternidade. Atividades profissionais e intelectuais vinculadas ao espaço público, como o jornalismo, estavam fora das perspectivas de atuação feminina na sociedade.

Segundo Pedro Vilarinho Castelo Branco:

Essa visão que restringia o papel feminino à maternidade e à educação de crianças provavelmente influenciou para a tímida participação das mulheres no jornalismo, que ao contrário do magistério, não era considerada uma ocupação adequada a senhoras e senhoritas. A descrição e o recato, atitudes exigidas à mulher pela sociedade, não permitiam que esta assinasse matérias na imprensa, expondo o seu nome e o de sua família à malícia de críticos mal intencionados (CASTELO BRANCO, 1996, p. 88).

Dessa maneira, o uso de pseudônimos servia para proteger as mulheres de críticas que poderiam ser feitas a elas e aos seus familiares, como também observam Duarte (1997), Magalhães (1998) e Morais (2002). A adoção de pseudônimos foi uma prática que marcou o início da carreira literária e jornalística de muitas mulheres, perpassando gerações em vários países da Europa e do continente americano nos séculos XIX e XX. Podem ser citadas como exemplos as escritoras Charlotte Brontë, Lucila Godoy Alcaya, Dionísia de Faria Rocha (Nísia Floresta), Emília Moncorvo Bandeira de Melo e sua filha Cecília Bandeira de Melo (Mme. Chrysanthème) (WANDERLEY, 1996; LOBO, 1997).

Muitas autoras utilizaram pseudônimos masculinos para publicar seus trabalhos e iniciar sua carreira literária. A escritora Emília Moncorvo Bandeira de Melo utilizou pseudônimos masculinos e femininos, publicando como “Júlio de Castro” e “Leonel Sampaio”, mas se tornou mais conhecida como “Carmen Dolores”<sup>46</sup>. Segundo Gilbert e Gubar (1988), o uso de máscaras que remetiam a uma identidade masculina pelas mulheres era uma forma de ocultar a autoria feminina. Este subterfúgio permitia que as autoras se apoiassem em um autorizamento que era conferido à voz masculina e o qual não era atribuído

---

<sup>46</sup> Emília Moncorvo Bandeira de Melo publicava como “Carmem Dolores” a coluna dominical “A Semana” em *O País* entre 1905 e 14 de agosto de 1910, conforme informa Vasconcelos (2000).

às mulheres (WANDERLEY, 1996). Entretanto, segundo Duarte e Macedo (2003), as escritoras brasileiras teriam privilegiado a adoção de pseudônimos femininos, os quais muitas vezes apontavam para as preocupações políticas das autoras e referências culturais.

### 3.2 PSEUDÔNIMOS FEMININOS E INDÍCOS DE AUTORIA FEMININA

O papel social da mulher, o casamento, o feminismo e a participação política das mulheres são temas abordados em jornais da cidade de Teresina nos últimos anos da década de 1910 e durante os anos 20, por meio de textos subscritos por nomes femininos ou de flores, como “Acácia”, “Bonina”, “Camélia”, “Dolores”, “Eglantine”, “Esmeralda”, “Magnólia”, “Marta”, “Sinhá”, “Sonia” e “Violeta”. Alguns dos pseudônimos mencionados podem ser associados a mais de um significado. “Acácia”, por exemplo, pode ser associada à maçonaria; “Camélia” foi uma flor utilizada como símbolo do movimento abolicionista, “Eglantine”<sup>47</sup> reporta-se à natureza e a nomes próprios como Flor e Rosa. Nessa época, o uso de expressões e citações em francês era recorrente. De maneira que a cronista que assinava como “Eglantine” pode ter escolhido esse nome por achá-lo mais elegante que seus correspondentes em português. Destaca-se que flores eram imagens associadas às mulheres e à feminilidade. Dessa forma, recorrer a essa representação seria uma maneira de evidenciar a autoria feminina, pois, segundo Nadilza Moreira, “as mulheres estavam ansiosas por marcar o feminino em seus escritos” (MOREIRA, 2003, p. 58).

Deve-se considerar, também, a possibilidade de que “Mme. Chrysanthème” tenha servido de inspiração para cronistas que publicavam textos nos jornais *Correio do Piauí* e *O*

---

<sup>47</sup> Eglantine é uma palavra da língua francesa que é usada como referência a diversas flores, como Dália, Jasmim, Lis, Lótus, Rosa, Violeta entre outras.



*Piauí* na década de 1920. Chrysanthème, em francês, reporta-se ao Crisântemo. “Mme. Chrysanthème” era pseudônimo de Cecília Bandeira de Melo. Esta autora era uma das colaboradoras da *Revista Feminina*, periódico que poderia ser adquirido em Teresina por meio de assinaturas ou em lojas voltadas para o comércio de publicações.

Ao contrário do que os críticos do feminismo na época afirmavam, esse não se tratava de um movimento de masculinização da mulher, pois era recorrente a escolha de nomes associados ao feminino para pseudônimos e títulos de publicações redigidas pelas mulheres. A escolha de nomes femininos e pseudônimos que remetiam a flores pelas mulheres conferia visibilidade à sua atuação na imprensa local ao inscrever o feminino nesse espaço de domínio masculino. Afinal, o que poderia ser considerado mais feminino do que uma flor, enquanto uma representação associada à beleza, delicadeza, graciosidade e às mulheres? Além disso, observa-se, ainda, que os símbolos da Federação Brasileira para o Progresso Feminino se constituíam respectivamente de uma bandeira, um distintivo e uma flor oficiais (PINTO, 2003). Dessa forma, podemos considerar que esses são indícios de que as flores constituíam-se elementos simbólicos associados às mulheres e com os quais elas eram levadas a identificar-se. Ao escolher pseudônimos que remetiam a imagens de flores, as autoras realizavam atos de reconhecimento com uma identidade de feminilidade prescrita por quadro simbólico que se baseava na oposição masculino e feminino, estabelecendo posições distintas para homens e mulheres (MOSCOVICI, 2003, JÚDICE, 1997).

As referências de comportamento e papéis sociais distintos para homens e mulheres também contribuíam para que aqueles se articulassem de maneira diferenciada por meio da linguagem. A autodepreciação, a ênfase em expressões de modéstia e a negação do lugar de autoria resultariam de uma configuração simbólica que lega ao feminino uma inserção negativa na linguagem (BOURDIEU, 2005; JONES, 1985). Esse ordenamento destinava à mulher os lugares de ausência e oposição negativa em relação às características

atribuídas ao masculino. Como exemplo, pode-se mencionar a poesia “Não Sou Poeta”, de Luiza Amélia de Queiroz Nunes:

Não sou poeta, inda assim, não posso  
 Na lira afoita modular um canto  
 Nela só gemo meus suspiros da alma,  
 Com voz cortada pelo amargo pranto.  
 E tu, ó mundo, que sorrindo escutas  
 Estes segredos d’um sentir sombrio,  
 Por Deus, consente que s’escapem livres,  
 Não os sufoques com teu rir ímpio (NUNES, 1875, p. 7 - 9).

O ser poeta era um lugar social masculino. De forma que, mesmo apropriando-se da prática poética, a autora era impelida a se declarar como não poeta. E, dessa maneira, ela procurava amenizar as críticas e cobranças em relação ao seu trabalho. Além disso, a socialização feminina levava as mulheres a apequenar-se e a retrair-se, prescrevendo para elas a humildade e a discrição. Isto pode ser observado no comentário de Clodoaldo Freitas sobre o cotidiano da família de Clóvis e Amélia Bevilaqua:

Modéstia em tudo. As meninas tocam piano acanhadas e mostram corando as suas produções que Amélia lê e Clóvis ouve sorrindo com esse riso cheio de bondade paterna. [...] As filhas falam francês em horas marcadas com o pai, o inglês com a mãe. Mas não falam para ninguém ouvir. Ambas têm o seu livrinho em via de formação, onde vão guardando, à medida que produzem, as suas inspirações em verso ou em prosa. E só íntimos e parentes é que têm o privilégio de pegar nesses mimosos escritos [...] (FREITAS, 1906, p. 1).

Este texto indica o incentivo à leitura e à produção textual como fatores que passam a fazer parte da educação feminina no início do século XX. Mas também aponta que as mulheres não deviam ostentar e se envaidecer por seus talentos e conhecimentos adquiridos. Essa socialização para a discrição e para o recolhimento contribuía para que, quando adultas, as mulheres se intimidassem em reclamar o lugar de autoria. Assim, atribuíam os elogios recebidos à generosidade de quem os concedia e recorriam ao uso de

pseudônimos pelo temor da exposição pública. Os textos de autoria feminina revelam que orgulho e altivez eram características associadas ao masculino e, dessa forma, se constituíam como posições com as quais as mulheres não se identificavam. Mas se as autoras buscavam mostrar modéstia e humildade em relação à própria produção, não poupavam elogios às amigas.

O uso da primeira pessoa do singular também era uma prática recorrente nos textos assinados com pseudônimos femininos nos jornais locais. As autoras se implicavam em sua escrita, retratando seu cotidiano na cidade. Esses textos, freqüentemente, assinalavam uma identidade de gênero que se evidenciava em expressões como “sou mulher”, “nosso sexo” e “nossa emancipação” e em adjetivos e pronomes flexionados no feminino. As dedicatórias nas crônicas e os pedidos de emissão de opinião sobre os temas abordados indicam que essas cronistas travavam diálogos e debates pelas páginas dos jornais. Dessa forma, esses textos funcionavam como cartas abertas que fomentavam a discussão sobre o feminismo e os papéis femininos.

Discutir o papel da mulher na sociedade não era uma prática desinteressada. Era, ao contrário, uma atitude iminentemente política, quer no intuito de conservar determinadas posições, quer no intuito de alterá-las. Além disso, o questionamento dos lugares e papéis sociais femininos é um indício significativo de autoria feminina. As mulheres estavam ansiosas por se posicionar diante das transformações da época e das questões levantadas pelo movimento feminista. Eram elas que desejavam ampliar sua atuação na sociedade, conquistar reconhecimento social e independência financeira.

### 3.3 PSEUDÔNIMOS FEMININOS E FEMINISMO

É possível aquiescer que da mesma maneira que os literatos, as mulheres também estivessem buscando os espaços de publicação como lugares de debate e apresentação de propostas idealizadoras de uma transformação da sociedade, no caso, dos papéis sociais femininos (QUEIROZ, T., 1994).

O que sonhavam mulheres instruídas, de classe média e alta, que tinham acesso a publicações literárias e informativas, a periódicos feministas, a revistas com as últimas novidades da moda parisiense e a viagens para outras cidades ou mesmo outros países? Que anseios acalentavam? As publicações, as projeções cinematográficas e os questionamentos feministas despertavam nas mulheres instruídas e pertencentes a um estrato social urbano de médio e alto poder aquisitivo o desejo de ampliar sua atuação na sociedade e obter reconhecimento intelectual e social.

As questões abordadas nos jornais locais dialogam com os debates levantados pelo movimento feminista e com notícias trazidas por periódicos como a *Revista Feminina*. Esta publicação era direcionada ao público feminino e trazia matérias relacionadas a assuntos domésticos, dicas de saúde, higiene, notícias sobre os avanços femininos em práticas esportivas e profissões em que a atuação feminina era uma novidade (HAHNER, 2003). O consumo da *Revista Feminina* na sociedade teresinense é indicado pelo anúncio dessa publicação em propagandas nos jornais locais por lojas especializadas na venda de publicações, como a Agência de Revistas. Além disso, encontra-se também a recomendação da leitura desse periódico por “Sinhá”:

[...] aconselho às minhas gentis conterrâneas a aquisição e leitura dessa tão útil quão instrutiva Revista, fonte de energias vivificadoras e exemplo do quanto é capaz a mulher brasileira, que aliando aos dotes naturais que a

natureza lhe concedeu, isto é à beleza, à graça e a bondade, uma educação virtuosa e o cultivo superior do espírito, debela e vence os maiores obstáculos e os piores preconceitos, conquistando e afirmando o seu lugar ao lado dos mais dignos (SINHÁ, 1920, p. 3).

A instrução e a escrita eram práticas de afirmação cultural e intelectual para mulheres que pertenciam a um grupo social privilegiado. Para “Sinhá”, a associação entre uma educação virtuosa e qualidades como bondade, a graça e a beleza ajudariam a debelar preconceitos sobre a capacidade física e intelectual das mulheres em desempenhar atividades e profissões no espaço público.

A diversidade de discursos feministas relaciona-se à pluralidade do universo feminino, seus desejos e concepções teóricas e políticas. As mulheres que publicavam nos jornais locais se reportam a um feminismo de vertente liberal e tido como “bem comportado”, pois buscava tecer alianças com o poder político e com os redatores de jornal. Esse feminismo não apresentava propostas de mudanças radicais na estrutura econômica e social e adotava como estratégia a articulação de suas reivindicações com discursos socialmente aceitos como a educação feminina (HAHNER, 2003; PINTO, 2003). Assim, defender o acesso feminino à educação associando-o ao melhor desempenho dos papéis prescritos para as mulheres era um estratagema recorrente em textos de autoria feminina:

Quem, melhor que as mãos femininas, transformariam o belo, em adornos, harmonias, poemas, cores e formas? Que a mulher se instrua para obter noções positivas de tudo; para que possa um dia viver sem o jugo da dependência masculina (EGLANTINE, 1926c).

Condeno, entretanto a tendência que temos de nos restringir (com raras exceções) aos labores domésticos. Cultivemos as letras, as ciências, e as artes, e procuremos tornar independente nosso futuro, extinguindo, desta forma, o velho preconceito de que a mulher não pode prescindir do casamento (MAGNÓLIA, 1922).

Cultive a mulher o seu espírito, aprimore os seus dons naturais, habilite-se, por uma sólida e bem cuidada instrução, para lutar pela vida e ter-se-á

tornado não livre, mas independente. Tendo a sua personalidade própria, sabendo dirigir-se com firmeza e energia, consciente do seu próprio valor estará apta a fazer por si o seu futuro, não aguardando apenas, por um único destino ambicionável o casamento. Sentindo-se forte, moral e intelectualmente, poderá enfrentar, com desassombro e sobranceira, as vicissitudes da vida, encarar, com serenidade e coragem, quaisquer eventualidades desagradáveis, sem que, entretanto, fique afetada na essência das qualidades que são seu apanágio: o carinho, a brandura e, sobretudo, este espírito de abnegação e sacrifício que deve animá-la no preenchimento da sua tríplice missão, de mãe, filha e esposa (VIOLETA, 1926).

A conciliação da conquista de novos lugares sociais com os papéis que a cultura prescrevia para a atuação feminina na família era recorrente no feminismo liberal. Na escrita das mulheres que publicavam nos jornais locais, percebe-se uma perspectiva de alteração da subalternidade da esposa ao marido por uma relação de igualdade e companheirismo. O casamento representava uma transferência de autoridade masculina sobre a vida feminina entre o pai da mulher e seu marido. Essa autoridade masculina reclamava o controle sobre os atos das mulheres, impondo-lhes restrições em relação ao trabalho fora do lar, leituras e comportamentos e atuação social no espaço público. Reservava-se ao homem o lugar de chefe da família e esperava-se que ele exercesse sua autoridade sobre ela. Nessa perspectiva, estaca-se que a escrita de mulheres nos jornais locais revelava também um sentido de insatisfação com a restrição das possibilidades femininas às fronteiras do lar e do casamento.

Esse descontentamento feminino com a restrição de suas possibilidades de atuação social permite estabelecer uma relação com a tentativa de afastar as mulheres casadas do magistério público, na medida em que se buscava consolidar sua presença no lar, com dedicação exclusiva aos papéis de mãe e esposa. Na maioria dos textos assinados com pseudônimos femininos, percebe-se o desejo de vivenciar outras formas de realização, para além dos horizontes do casamento e das fronteiras domésticas. “Berenice” considerava que as “solteironas” “deixam-se ficar numa situação que não é esquerda e nem humilhante, livres de qualquer tutela, donas da sua vida, como se costuma dizer, e sem a pressão esmagadora do homem” (BERENICE, 1926).

A pluralidade dos desejos femininos revela que havia mulheres que não se contentavam com a perspectiva de se restringir ao comando das atividades domésticas no lar, e ansiando por atuar em outras esferas de poder na sociedade. Segundo “Dolores”:

Era de estimar que nós nos reuníssemos e formássemos um bloco, uma sociedade que cuidasse dos interesses de nosso sexo, à guisa do que se há feito em outros Estados. É preciso imitar o exemplo de nossas irmãs do sul que estão se congregando, se preparando para o dia não muito remoto em que a mulher terá de assumir perante a sociedade seu verdadeiro papel. É preciso atender que o Brasil vai contemplar este ano o centenário de sua emancipação política e nós nada fizemos para a nossa emancipação social (DOLORES, 1922 a, p. 1).

Para “Dolores”, não bastaria à mulher se instruir, como defendiam “Violeta”, “Eglantine” e “Magnólia”. Era necessário que as mulheres organizassem um bloco que cuidasse dos interesses do sexo feminino, os quais não eram representados pelos homens. As mulheres deveriam buscar transformações sociais que lhes conferissem novos lugares, papéis sociais e poderes:

Com a nossa emancipação social ganharemos, também, o que, até hoje, se nos tem negado. [...] Alonguemos a vista, e, lá, ao longe, se verá a estrada florida que nos há de conduzir ao lugar que nos cabe. [...] cogitemos de nós, já que os homens nos abandonam ao papel doméstico que querem desempenhemos eternamente (DOLORES, 1922 b, p. 4).

Este discurso estabelece diálogo com as reivindicações do movimento feminista sufragista, mas também aponta a importância estratégica das instituições políticas, pois os homens dominavam essas instâncias, fazendo e discutindo leis que afetavam a vida das mulheres sem perguntar a opinião feminina, como exemplifica a criação de dispositivos regulamentares que visavam impedir a atuação de mulheres casadas no magistério público.

A participação feminina na vida política era um tema polêmico. Havia mulheres que consideravam que o sufrágio nada acrescentaria de positivo à mulher. Mas também existiam homens que eram favoráveis ao voto feminino. A percepção da mulher como colaboradora do processo de transformação da sociedade e a conquista do sufrágio feminino em diversos países e no Rio Grande do Norte contribuía para que fossem criados precedentes e se ampliasse a ressonância dessa reivindicação na sociedade, como exemplifica um discurso proferido por Torres Raposo em uma sessão do Cenáculo Piauiense de Letras:

Vitorioso em quase todos os países da Europa o movimento que visa dar à mulher o direito de voto no Brasil, teve uma forte repercussão no Rio Grande do Norte, chegando mesmo a concretizar-se em lei, graças ao espírito esclarecido e patriótico de Juvenal Lamartine. Era necessário, pois, uma lei pela qual as mulheres mesmas pudessem tomar parte em todos os pleitos políticos da nação. Infelizmente o assunto foi amplamente discutido no Congresso, não encontrou apoio da maioria dos membros dessa casa legislativa. Conquanto me faleça competência para apreciar questão tão importante como essa, penso que não há nenhuma inconveniência em adaptar o voto feminino entre nós, a exemplo do que fizeram os países civilizados (RAPOSO, 1927, s.n.).

Os discursos constituem os indivíduos sem que eles tenham necessariamente consciência desses atravessamentos ou dos dispositivos e funcionamentos que atuam sobre eles (FOUCAULT, 1995). Homens e mulheres são impelidos a assumir determinadas posições de sujeito e identidades de gênero, mas eles também podem optar por recusá-las (HELLER, A., 1992). Dessa forma, a pluralidade discursiva reflete a diversidade de uma sociedade, enquanto um universo em que pululam sonhos e desejos que movimentam o espetáculo da vida cotidiana, seu amálgama e seus conflitos, como explosões estelares e os afastamentos que provocam.



### 3.4 AS MULHERES ATRÁS DAS MÁSCARAS

É possível que pseudônimos como “Sinhá”, “Magnólia”, “Dolores”, “Acácia”, “Eglantine”, “Bonina”, “Violeta”, “Camélia”, “Marta”, “Esmeralda” e “Sonia” ocultassem professoras, normalistas, esposas e filhas de literatos; mulheres que se destacavam na imprensa local pela publicação de textos e discursos, em apresentações culturais e buscavam ocupar novos espaços de atuação na sociedade da época. Entre essas mulheres, cita-se o nome Corina Cunha<sup>48</sup>, representante da *Revista Feminina* em Teresina:

Tomar uma assinatura da ‘Revista Feminina’ é um dever da toda senhora piauiense, de toda boa dona de casa e de quem gosta de boa leitura. Pedido à sua representante, nesta Capital, dona Corina Cunha, ou a redação: Rua Conselheiro Crispiano, n.1, São Paulo. Assinatura anual, 15\$000 (REVISTA FEMININA, 1924, p. 3).

Assim, é plausível supor que as crônicas assinadas por “Sinhá”, recomendando a leitura da *Revista Feminina*, fossem de autoria de Corina Cunha. Nessa perspectiva, também é possível relacionar Josefa Ferraz, candidata ao Conselho Municipal de Teresina em 1920, aos textos assinados por “Dolores”, os quais defendiam o sufrágio feminino e a formação de uma seção da Federação Brasileira para o Progresso Feminino no Piauí, em 1922.

Além de Corina Cunha e Josefa Ferraz, os pseudônimos poderiam ocultar também mulheres que se destacavam na sociedade da época com a publicação de textos e discursos em jornais e revistas e em instituições como o Cenáculo Piauiense de Letras e o Centro do Professorado Piauiense. Nessa perspectiva, mencionam-se os nomes de Isabel Vilhena, Ester Couto, Plautila Lopes, Emília Castelo Branco, Julia Gomes Ferreira, Otília Silva, Helena Sílvia, Zenóbia Ribeiro, Maria Iara Neves de Melo, Antonieta Bulamarqui e Olga Batista.

---

<sup>48</sup> Professora e esposa do literato Higino Cunha.

Diante a impossibilidade de precisar a identidade das mulheres que publicavam sob pseudônimos nos jornais locais, o que se aponta são indícios. Provavelmente, eram mulheres que se destacavam na sociedade da época e que possuíam relações de parentesco com literatos e redatores, o que facilitava a publicação de textos nos jornais locais. Além disso, destaca-se o vínculo com o magistério como um fator que favorecia a publicação de textos e discursos de professoras e normalistas. Nesse sentido, menciona-se que “Acácia” indica em uma de suas crônicas sua atuação magistério e discorre sobre o papel atribuído às professoras (ACÁCIA, 1926 c).

É possível que uma pessoa recorresse a diferentes máscaras para assinar seus textos, ou ainda, que duas ou mais pessoas partilhassem o mesmo pseudônimo. Considerando-se as crônicas assinadas com pseudônimos femininos nos jornais locais, percebem-se três momentos. A discussão sobre o sufrágio e a instrução feminina iniciando-se com um debate entre “Dolores” e “Magnólia” no jornal *Correio do Piauí* no início dos anos 20. Esta discussão foi ampliada nos primeiros meses de 1926, com a participação de “Acácia”, “Bonina”, “Camélia”, “Eglantine” e “Violeta”. Entre 1926 e 1927, observa-se um afastamento desses pseudônimos e um silenciamento sobre o feminismo, registrando-se, nesse período, a participação de “Marta” abordando temas religiosos e “Esmeralda” e “Sonia” que versando sobre assuntos como amor, ciúme, desilusão amorosa e escolha do noivo ideal.

A atuação dessas mulheres na imprensa local, na década de 1920, pode ter sido impulsionada pelas reivindicações feministas. Destaca-se que, de certa maneira, essas mulheres estavam retomando a iniciativa do jornal *Borboleta* (1904 - 1906), enquanto um projeto de expressão feminina, discussão e reivindicação de novos lugares sociais para as mulheres. Essa perspectiva se reforça quando se observa que a coluna “Vida Social”, do jornal *O Piauí* de 1925 e 1926, noticiava os aniversários das redatoras daquele periódico,

Alaíde Bulamarqui, Maria Antonieta Bulamarqui e Maria Amélia Rubim Couto, então casada com Francisco de Lima Couto.

Os posicionamentos defendidos por Alaíde Burlamarqui no jornal *Borboleta*, “Acácia”, “Eglantine”, “Violeta” e “Magnólia” na década de 1920 evidenciam a atuação de uma formação discursiva que enfatizava a instrução feminina, criticando a restrição da atuação feminina às fronteiras do espaço doméstico. Para “Violeta”, ao instruir-se, as mulheres atingiriam seus objetivos sem entrar em confronto com os homens, pois

o homem, cioso de suas prerrogativas, orgulhoso e altivo, já não verá na mulher antagonista teimosa e irritante, mas uma colaboradora inteligente e preciosa. Já não vendo nela o ente inferior e mesquinho a quem deve impor sua vontade, submeter aos seus caprichos, reconhecerá o erro em que elaboraram seus antepassados, e não desdenhará seu concurso nos diversos ramos da atividade humana (1926 b, p. 4)

A mulher não devia ser vista pelos homens como uma antagonista que ameaçava ocupar seus espaços. O homem deveria sentir-se altivo e seguro de suas prerrogativas para que passasse a percebê-la como uma colaboradora, aceitando sua atuação em diversas atividades. Dessa maneira, por meio da obtenção de prestígio e reconhecimento intelectual, as mulheres solapariam resistências e conquistariam posições, sem pelejas, de maneira suave e silenciosa, como o desgaste das rochas pela ação das ondas (CERTEAU, 1994).

### 3.5 AUTORIA FEMININA DESVELADA

A escrita constituiu-se uma prática de importância estratégica a ser apropriada pelas mulheres, pois lhes permitiu expor pontos de vista, reivindicar novos lugares sociais e posicionarem-se como autoras, possibilitando a obtenção de reconhecimento intelectual. A escola teve papel fundamental nesse processo, não apenas porque dotou as mulheres da competência necessária, mas também porque se vivenciava uma época em que educação formal e literatura andavam juntas. Assim, a instrução feminina contribuiu para que as mulheres, além do lugar de ouvintes e leitoras, também ocupassem as posições de oradoras e autoras.

A participação feminina na imprensa local foi progressivamente ampliada na década de 1930 e 1940, com a publicação de textos em periódicos da cidade de Parnaíba, como *A Propaganda* (1930), *Gleba* (1933), *Almanaque da Parnaíba*, *A Voz da Parnaíba* (1944); *Marataoã* (1935) em Barras, *Panoplía* (1945) em Floriano, *A Garota* (1936), *Caduceu* (1944), *O Meio* (1935, 1936), *Geração* (1945), *O Piauí* (1948) e *Voz do Estudante* (1940) em Teresina. Esse processo deve-se ao aumento do acesso feminino à instrução e a percepção da prática literária como fator de refinamento cultural e intelectual. Nesse sentido, destaca-se o incentivo promovido por estabelecimentos escolares e grêmios literários com a edição de revistas e jornais literários.

Ao identificar a autoria dos textos, as mulheres ficavam mais expostas ao olhar da crítica e da censura social, o que contribuía para uma escrita mais contida quanto aos assuntos abordados. Assim, são recorrentes nos textos de autoria feminina imagens relacionadas à natureza, à religiosidade e ao cotidiano social. Nessa escrita, percebe-se o olhar feminino desvelando a sociedade e suas práticas, ao mesmo tempo em que as mulheres se inscrevem

como sujeitos da narração e algumas vezes como objetos da narrativa. Assim, escrever e inscrever-se socialmente eram práticas que iam ao encontro uma da outra.

O amor, a sedução e a desilusão amorosa marcam sua presença na produção feminina. O baile, apontado como um momento oportuno para conversas entre homens e mulheres, como também para o flerte, dava oportunidade para a sedução e a desilusão:

[...] Se fores ao baile,  
A grinalda prende,  
Que bem pode, -atende-  
Ver cair no chão  
Suas lindas flores  
Enamora o vento,  
Amante sedento  
De destruição...

[...]

Se fores ao baile,  
Te demora pouco,  
Que dançar é louco...  
Seduções contém  
Oh! Foge a vertigem  
Que arrebatava o riso,  
Troca em pranto o riso  
Amor - em desdém (NUNES, 1875, p. 231 - 233).

Desdenhar do amor seria uma forma de evitar sofrimento. A desilusão amorosa, a saudade, a infidelidade e a brevidade das juras de amor marcam diversos textos de autoria feminina no período pesquisado:

Foi um amor de adolescentes. Por ser o primeiro ficou indelével e foi mais sincero. Amavam-se com a ingenuidade e o recato e o respeito próprios da idade. [...] Juraram, antes da separação, eterno amor e fizeram compromisso de casamento. A princípio correspondiam-se amiudemente. Ele fazia cartas longas, ardorosas, em que vertia todo o seu amor. Tempos depois as cartas dele foram se espaçando e se tornando breves e frias. Enfim, um dia, já não vieram mais... Naquela grande cidade, cheia de perversões, de bulício e de mulheres lindas que provocam, ele, pela influência do meio, acabara por esquecer completamente a criaturinha que, noutra cidade pequena e quieta, conservava-se fiel aos seus juramentos e ao seu compromisso (SONIA, 1927, p. 4).

Quantos amores por ventura não podem ter desvanecido pela distância, especialmente em uma época que era comum os rapazes se deslocarem para a capital ou cidades de outros estados para dar continuidade aos estudos? Provavelmente, casos semelhantes ao narrado por “Sonia” ocorreram em Teresina e em outras cidades. A sociedade prescrevia para as mulheres a espera e o perdão das infidelidades masculinas, sofrer silenciosa e resignadamente.

Nesses textos, a mulher foi retratada como vítima da sedução e das juras de amor. Palavras sedutoras que poderiam levar à desilusão, como representa a imagem das flores da grinalda caídas ao chão no poema de Luiza Amélia de Queiroz. Além disso, no cotidiano conjugal, o romantismo dos tempos de namoro poderia dar lugar ao distanciamento, como retrata Luiza Amélia no poema “Cena Doméstica”:

Hás de ouvir, hás de ouvir meus queixumes,  
 Ou não hás de fugir para a rua,  
 Me deixares sozinha, sou tua  
 Tu és meu! De ti tenho ciúmes.

-O que dizes? Que eu fique a mirar-te  
 Toda noite qual triste atalaia,  
 Ou menino pegado na saia?  
 É horrível! Não posso aturar-te!

Oh! Ingrato: era essa a ternura  
 Que juraste quando eras amante?  
 Esse tempo já vai tão distante;  
 Pra nós homens que vale uma jura? (NUNES, 1875, p. 259 - 260).

Era comum que os homens pudessem sair à noite, enquanto suas esposas ficavam em casa na companhia dos filhos e das criadas; além disso, no convívio conjugal, o romance de outrora podia dar lugar a palavras ásperas. Aos homens, não importaria a censura de seus atos, a cultura patriarcal reservou-lhes a infidelidade como afirmação da virilidade. Às mulheres restariam os queixumes e a fidelidade expressa pela personagem feminina retratada no poema de Luiza Amélia que afirma “sou tua / Tu és meu!”, garantindo e reafirmando a

posse do esposo, ao mesmo tempo em que o reclama para si. Isto caracteriza uma forma de resistência que continua inscrita na ordem simbólica de dominação masculina, pois, sendo impotente para subvertê-la, confirma-a, o que fica expresso quando a personagem reconhece-se na situação de possuída e só depois reclama o direito de propriedade sobre o marido, o qual não lhe é atribuído (BOURDIEU, 2005).

As temáticas sentimentais, bucólicas e religiosas são recorrentes na produção textual de autoria feminina no período estudado, o que aponta os efeitos de uma socialização que impelia as mulheres para temas amenos e, por vezes, envoltos por uma percepção romântica.

Textos publicados em periódicos vinculados a instituições educacionais também indicam uma compreensão idealizadora de fatos como a Proclamação da Independência do Brasil e a Abolição da Escravatura. Percebe-se uma atuação pedagógica que visava desenvolver o sentimento de patriotismo, pela exaltação de personagens e construção de mitos em torno desses. Segundo Alcides Nascimento, isso decorre de uma estratégia de legitimação do Estado Novo baseada em reescrever a história do país (NASCIMENTO, 2002). A atuação ideológica do governo de Getúlio Vargas impregnava as instituições educativas para legitimar suas ações, como parte do culto nacionalista. Morrer como herói justificava o sacrifício pela pátria:

\_ São os heróis do Brasil que voltam da áspera jornada.  
Em que colheram rosas e colheram espinhos.  
Ei-los que voltam para a Pátria Amada  
Aureolados de glórias, sedentos de carinhos.

Voltam saudosos para o velho lar,  
Para os sertões bem distantes  
Para dois braços amantes  
Que não deixaram de amar [...]

Felizes os que morreram ante o céu azul e anil  
Sob as bênçãos distantes do Cruzeiro do Sul,  
A cruz da Redenção do povo do Brasil!

Morreram para a vida, nasceram para a história.  
Mostrando que o holocausto à suprema liberdade,  
É o melhor dos sonhos viris da mocidade  
A mais pura chama para o altar da glória!... (LIMA, G., 1946, p. 5).

Analisando alguns textos publicados na década de 1940, percebe-se que se disseminava na sociedade da época o culto ao nacionalismo e ao patriotismo, embasados por uma educação que destacava os “grandes eventos” da História Nacional e os personagens vinculados a esses:

Hoje, decorrido 52 anos, desde daquele grandioso dia em que a princesa Isabel (a Redentora), por um ato de altruísmo, assinou o decreto que extinguiu por sempre o cativeiro no Brasil; não há coração patriota, que não tenha uma parcela de gratidão por ofertar em memória de nosso magnânimo Imperador, o mais fervoroso dentre todos os personagens desta campanha que fez com as rosas da eloquência e da cultura de seus heróis, quando noutros países foi a causa de derramamento de tanto sangue! (SOUZA, 1940, p. 17).

O sonho da independência encontra guarida franca na alma da nossa gente e cedo surgiram os grupos de patriotas. São muitos e ardorosos. Nenhum porém iguala a TIRADENTES no heroísmo e na abnegação. TIRADENTES não foi somente um patriota, não soube apenas morrer pela pátria. Mais do que isso, é símbolo do patriotismo e do heroísmo da raça (MARIPOSA, 1940, p. 26).

A exaltação do nacionalismo e do patriotismo visava atender aos interesses do Estado em possuir cidadãos dispostos a dedicar suas vidas pelas causas apresentadas como patrióticas, o que faz parte da política do Governo Vargas e do momento político relacionado à Segunda Guerra Mundial. A Escola e o ensino de História tinham assim seu papel na fomentação e estímulo do sentimento de patriotismo e nacionalismo nos alunos e na sociedade. A extensão dessa atuação persuasiva na educação escolar pode ser percebida em concursos de redação que tinham a figura do presidente Vargas como tema e nos elogios dirigidos a ele e ao interventor Leônidas Melo, como se verifica nas revistas *Raios de Luz* e *Primícias Literárias*, ambas vinculadas a instituições educacionais de caráter confessional.



A educação também era uma temática recorrente, considerando-se que a atuação de mulheres no magistério autorizava e dava respaldo à voz feminina para abordar este assunto. As “novas perspectivas pedagógicas” e o ensino dos colégios confessionais eram elogiados:

A Escola Nova, ou seja, a Escola de nossos dias é bem diferente da antiga ou clássica, longe dos temerosos castigos corporais, deve ser o reflexo da vida moderna. [...] Na escola tradicional a professora limitava-se a encher de conhecimentos as cabecinhas dos alunos, desconhecendo as necessidades e a alma daquele pequenino ser, não cogitando das falhas do seu organismo em formação. Na escola Renovada o mestre é o educador e amigo da criança, cerca-a de todo carinho e solicitude possíveis. [...] A conduta modelar do mestre é, portanto, velho preceito do cristianismo. O mestre é o eixo em torno do qual há de girar a Escola (FONTE, 1940, p. 5).

É o nosso querido internato, teto sagrado, onde tudo me parece felicidade. Onde há verdadeiras educadoras que procuram amoldar e aperfeiçoar o corpo e a alma da mocidade que lhes é confiada do melhor modo possível, despertando nos espíritos juvenis uma alta estima ao Pai celeste, o gosto de prepararem a vida eterna, elevando a presente (MARTINS, 1937, s.n.).

Os textos produzidos pelas estudantes Maria Penha da Fonte e Ana da Silva Martins foram publicados nas revistas *Raios de Luz* e *Primícias Literárias*, vinculadas, respectivamente, às escolas confessionais Colégio Nossa Senhora das Graças, em Parnaíba, e Colégio Sagrado Coração de Jesus, em Teresina. Os textos exaltam um modelo no qual o magistério era percebido como uma missão sacerdotal, que devia ser baseada na afetividade no relacionamento com os alunos e em conhecimentos psicológicos e fisiológicos da criança, referendando a instrução ministrada pelas escolas mencionadas.

Nas décadas de 1930 e 1940, operava-se uma consolidação da escrita e da publicação como práticas apropriadas à atuação feminina, mas também se realizava uma captura desse potencial discursivo. A criação de publicações para a expressão das alunas nas escolas confessionais dava-se sob a supervisão e a orientação dos princípios católicos e dos

valores e discursos aceitos como “edificantes”, contribuindo para disciplinar a escrita e a conduta feminina.

Esse processo de disciplinamento da escrita feminina ocorria no sentido de afastar o perigo de uma prática escriturística questionadora e propensa a discutir idéias consideradas subversivas ou temas considerados inadequados à expressão feminina pela moral da época. Nesse sentido, destacam-se, também, as seções “Página Feminina” e “Suplemento Feminino” no jornal *O Dominical*, onde as senhoras católicas poderiam publicar textos de caráter moral e religioso. Esse periódico criava, assim, um espaço para que essas mulheres reafirmassem publicamente, os valores morais e religiosos; ao mesmo tempo, em que as apresentava como modelos para suas leitoras. Além disso, *O Dominical* também publicava textos que criticavam o cinema, o uso da imagem feminina na propaganda e a influência da moda no vestuário feminino:

Uma das grandes manifestações da inversão de valores que vai dominando todas as camadas sociais é a facilidade com que as mulheres passaram a vestir-se com trajes masculinos. [...] Como se a personalidade feminina precisasse da contrafação e do engodo para manifestar-se prodigiosamente. A personalidade da mulher está, justamente, na sua feminilidade. Quanto mais feminina, mais mulher e quanto mais mulher mais de acordo com as finalidades que a natureza lhe atribui (MULHER..., 1949, p. 4).

A crítica ao uso de calças pelas mulheres, às mudanças no namoro e ao uso da imagem feminina na propaganda visava à conservação de valores e modelos difundidos pela Igreja Católica. Nesse sentido, a “Página Feminina” e o “Suplemento Feminino” eram espaços que visavam orientar as mulheres prescrevendo valores e modelos de feminilidade considerados mais adequados às funções femininas na família. Assim, disciplinar a leitura e a escrita feminina eram formas de tentar influenciar sua atuação na sociedade.

Nas décadas de 1930 e 1940, novos sentidos começam a se insinuar pela escrita feminina, entre eles o corpo e a paixão, como se observa em textos poéticos de Guadalupe Lima:

Eu caminharei sozinha ébria de sonhos enlouquecida de ilusões...  
E beijarei cantando o pó de todas as estradas... [...]

Eu serei a sacerdotisa e Vesta olhar-me-á de seu pedestal fria e nua...  
E serei pagã a todos os pecados... [...]

Eu serei a sombra do teu corpo...  
E viverei eternamente em ti!...

Eu serei a boiadeira eterna do teu destino...  
E te saciarei a sede com meus beijos!...

Eu serei mulher bem mulher...  
Enquanto houver renúncia (LIMA, G., 1945 b, p. 12).

Nestes versos a ambigüidade se faz presente. Se por um lado Maria Guadalupe Lima<sup>49</sup> apresenta sentidos vinculados à pureza, à religiosidade e à dedicação, por outro ela insinua o corpo, a paixão e o desejo saciado em beijos. Entretanto, fica evidente que ser mulher também significava renunciar, conter-se e muitas vezes silenciar. Dessa forma, publicar esses versos representava ampliar os limites que circunscreviam os sentidos possíveis à expressão feminina pela vazão de sentidos que envolviam o corpo, a paixão e o desejo.

A escrita era utilizada como uma forma de inscrever a mulher na História e de reivindicar-lhes lugares de prestígio e reconhecimento na sociedade. Em diversos textos, encontram-se referências a biografias femininas e à participação de mulheres em eventos históricos, como se observa no poema “A mulher piauiense e a Independência”, de Isabel Vilhena:

---

<sup>49</sup> Maria Guadalupe Lopes de Lima publicou nas revistas *Geração*, *Almanaque da Parnaíba*, *Zodiaco*, no jornal *O Piauí*. No início da década de 1950, o jornal *O Piauí* anunciava que ela dividia um escritório de advocacia com Wilson da Silveira Soares. Registra-se também que Guadalupe Lopes de Lima candidatou-se à Câmara Municipal de Teresina, em 1953.

Mulher de minha Terra,  
Sob este céu azul e transparente,  
Cantai, comigo, a glória que se encerra  
Neste Brasil feliz de sol ardente!

Um dia... já distante  
Sobre a qual já passaram tantos mil,  
Mão pequeninas, frágeis e carinhosas,  
Despindo-se de jóias  
Foram levar auxílio a seus irmãos,  
Erguendo-se para a luta,  
Para a vitória da realização  
Do grande sonho do Brasil! [...] (VILHENA, 1945, p. 38).

Ressaltar as realizações femininas e os espaços que conquistavam na sociedade era uma forma de romper silêncios e de reivindicar a abertura de novas perspectivas para a atuação feminina na sociedade. Assim, as mulheres abriam espaços de atuação no mundo público, ao mesmo tempo em que reivindicavam lugares na História e na memória social.

A existência de grêmios literários e a publicação de periódicos pelas instituições educacionais representam um significativo estímulo à produção discursiva. Percebe-se que os lugares de autoria e reconhecimento intelectual estavam sendo abertos às mulheres pela associação entre instrução feminina, escrita e publicação. Na medida em que as mulheres enveredavam por novas áreas de saber e atuação na sociedade ampliava-se a margem discursiva dos temas apropriados à voz feminina:

E hoje, vemos jovens que em recuados períodos da civilização, não passavam de famosas doceiras, peritas no exercício das artes culinárias, no fabrico das rendas e dos bordados, exercendo, em conseqüência de nossa emancipação política, os cargos mais destacados da vida pública, embora, na sua maioria, sem a educação conveniente para compreender a amplitude das obrigações decorrentes dos direitos adquiridos, em virtude, é certo, dos severos deveres sociais que se associam às múltiplas ocupações domésticas (GONÇALVES, 1947, p. 4).

A mulher tinha agora a possibilidade de se destacar no mundo público. Entretanto, não havia uma atuação governamental no sentido de prepará-las para o desempenho dos direitos políticos adquiridos. Além disso, a mulher se encontrava assoberbada com a

exigência de conciliar o trabalho fora do lar e as demandas da família. Assim, Maria Cacilda Ribeiro Gonçalves reivindicava que o governo tivesse uma atuação eficaz nas áreas da educação e saúde, sobretudo das mulheres:

A estreita visão, porém, dos que nos governam, parece-nos, a mulher não é mais nem menos do que um dormente de estrada de ferro, que pode ser exposto à ação ruínosa da chuva e do tempo. [...] Se há alguém com obrigatoriedade definida para cuidar do aperfeiçoamento da coletividade, tanto no meio físico como no intelectual, nesta hora em que homem e mulher são chamados a servir o Estado, esse alguém com toda prioridade é o Governo, cujo poder emana do povo e para ele se devem reverter os proventos da administração (GONÇALVES, 1947, p. 4).

Maria Cacilda Ribeiro Gonçalves aponta a omissão do Estado em relação a políticas sociais de saúde e educação. A ausência destas penalizava as famílias mais pobres. Para ela, as exigências à atuação feminina na sociedade aumentavam sem que a mulher fosse preparada para as funções que lhe eram atribuídas na família e na vida política do país.

Na condição de eleitoras, as mulheres se tornaram uma parcela eleitoral significativa para ser estrategicamente conquistada pelos candidatos. Assim, no intuito de atrair o voto feminino, possibilitava-se que as mulheres ganhassem visibilidade no jornal *O Piauí* (1947), vinculado à União Democrática Nacional (UDN). Além de textos de Cacilda Ribeiro Gonçalves manifestando apoio à candidatura de Rocha Furtado ao Governo do Piauí, menciona-se a publicação de uma notícia sobre um comício da Ala Feminina da UDN, que seria realizado na Praça 11 no dia primeiro de janeiro de 1947, com a participação de Maria de Jesus Couto e Genu Aguiar. O espaço concedido a essas mulheres nesse jornal dava-se em função do período eleitoral e das relações de parentesco que elas possuíam com políticos ligados à UDN.

O uso de pseudônimos e a assinatura com iniciais ainda ocorria nas décadas de 1930 e 1940, mas de maneira menos freqüente. A escrita feminina era desejável ou aceitável quando retratava temas e opiniões que não confrontavam os interesses dos redatores e das

instituições que publicavam os periódicos. Dessa forma, os temas considerados adequados à expressão feminina dependiam da legitimidade discursiva que eram atribuídos a eles pela sociedade da época e dos interesses aos quais os periódicos eram vinculados.

A apropriação feminina sobre as práticas discursivas, além da afirmação intelectual das mulheres, representava também uma forma de inscrição social. Assim, instruir-se, declamar, proferir discursos, publicar e abrir frentes de atuação no espaço público eram práticas implicadas em um deslocamento de fronteiras relacionado à ampliação da participação feminina na sociedade, que, por sua vez, distendia as margens discursivas possíveis à voz feminina.

## CONCLUSÃO

Diversos títulos de periódicos publicados entre as últimas décadas do século XIX e a primeira metade do século XX sinalizam o desejo de transformação da sociedade, anunciando a aurora de novos tempos, remetendo a objetos e serviços públicos associados ao progresso tecnológico e à modernização do espaço urbano através do telégrafo, do telefone, da energia elétrica e do automóvel. É como se os literatos desejassem retratar a chegada de uma época iluminada, na qual a pena de sua escrita seria fator de remodelação da sociedade.

As transformações relacionadas ao comportamento social feminino e às reivindicações feministas faziam com que homens e mulheres buscassem espaços nos periódicos locais para se posicionarem em relação aos lugares e aos papéis que deveriam caber à mulher na sociedade. Essa foi uma época inquietante para ambos os sexos. Os homens temiam perder espaço e poder e as mulheres queriam obter novos direitos e lugares de atuação na sociedade.

Esta época trazia um tom ameaçador à ordem patriarcal. Dessa forma, manifestavam-se resistências à ocupação de novos lugares sociais pelas mulheres. Essas oposições eram expressas em ações de controle social, como a tentativa de proibir o trabalho de mulheres casadas no magistério público, em discursos contra o sufrágio feminino e nos conflitos que marcaram as candidaturas de Amélia Bevilaqua e Isabel Vilhena, respectivamente à Academia Brasileira de Letras e à Academia Piauiense de Letras.

Entre os deslocamentos que se realizavam na sociedade teresinense no período, destaca-se a relação entre saber e poder que envolvia os lugares de circulação de sentidos, publicação e instituições de representação literária. Destaque-se que o acesso feminino à

instrução e ao magistério contribuiu para autorizar a voz feminina e ampliar suas possibilidades de publicação.

Eram as mulheres de uma elite letrada que tinham acesso à educação e à publicação e começavam a reivindicar novos lugares sociais. Entretanto, o número de mulheres instruídas era muito reduzido em uma população com cerca de oitenta por cento de analfabetos e em uma sociedade em que as famílias priorizavam o investimento na educação dos filhos do sexo masculino.

Expor-se no cenário literário como ousou Luiza Amélia de Queiroz no século XIX significava ser alvo de críticas, tendo em vista que se tratava de uma sociedade conservadora e patriarcal, que reservava as práticas relacionadas ao espaço público aos homens. Nessa perspectiva, as mulheres eram impelidas a recorrer ao uso de pseudônimos para publicar suas produções.

A atuação feminina nos periódicos locais era margeada pela censura social. Assim, o questionamento do papel social feminino era feito sob máscaras propiciadas por pseudônimos. Sendo que, nos textos em que a identidade da autora era apresentada, predominavam as temáticas sentimentais, bucólicas, religiosas, relacionadas à educação e ao cotidiano da cidade. Este fato é indicativo dos sentidos considerados apropriados à expressão feminina na época.

Os pseudônimos encontrados nos periódicos locais tendiam a fazer referência à identidade de gênero dos autores. Os homens preferiam pseudônimos que remetiam ao gênero masculino e à virilidade, enquanto máscaras associadas ao feminino eram mais frequentes entre as mulheres. Além disso, os textos que indicavam autoria feminina evidenciavam sentidos de fragilidade e modéstia, características prescritas como femininas. Além disso, o sentido de insegurança marcava a circulação feminina por territórios cujo domínio era masculino.



A atuação feminina em eventos literários e a percepção da mulher como parceira e companheira do marido aproximaram as mulheres do universo da escola, da cultura literária e dos lugares de afirmação intelectual. Assim, a escrita e a publicação eram formas de inscrição social para as mulheres.

O pequeno contingente de mulheres instruídas, as questões materiais e os interesses que perpassavam o mercado editorial local contribuíram para o reduzido número de periódicos de redação feminina e publicações de autoras piauienses no período pesquisado. Os homens ocupavam as redações de jornais e revistas, a direção de agremiações literárias e tipografias. Assim, estabelecer alianças e conquistar o apoio dos detentores desses lugares de poder era um imperativo para a participação feminina no universo literário da época. O apoio familiar, os vínculos com redatores e diretores de periódicos e a crítica masculina favorável funcionavam como chaves simbólicas que abriam às mulheres as portas dos domínios literários em periódicos e agremiações.

Contudo, a transformação das cartografias sociais e literárias era vivenciada sob o signo do conflito. Subterfúgios femininos como o uso de pseudônimos, a publicação de periódicos e a busca do aval masculino provocavam microfissuras que tornavam fluídas as configurações dos espaços de prática escriturística e reconhecimento intelectual. Mas a resistência à ruptura dos nichos de poder masculino manifestava-se na inviabilização de discursos indesejáveis e em maneiras incisivas de barrar o avanço feminino.

A ampliação da atuação feminina na sociedade e na literatura são fatores que se correlacionam. A escrita se constituiu um instrumento de reivindicação de novos espaços na sociedade e o acesso feminino à instrução e à participação política, fatores que contribuíram para distender o autorizamento discursivo conferido às mulheres, como se percebe nos textos publicados em periódicos nas décadas de 1930 e 1940. Opera-se, assim, uma correlação de deslocamentos que foram ampliando os espaços para atuação feminina na sociedade, ao

mesmo tempo em que o acesso feminino a lugares de saber institucionalizados ampliou seu poder de enunciar sentidos, consolidando a apropriação feminina sobre as práticas discursivas.

O acesso feminino a educação e a lugares de saber e poder anteriormente reservados aos homens contribuiu para transformar as cartografias de atuação feminina na sociedade. Esses fatores alteraram paulatinamente a correlação de forças entre homens e mulheres, tendendo para um processo de nivelamento social baseado na igualdade de direitos e de capacidade intelectual. Isto resultou na diluição de antigos marcos que delimitavam a vida feminina à esfera doméstica e que afastavam as mulheres dos lugares de prestígio e reconhecimento no espaço público.

**BIBLIOGRAFIA**

ADRIÃO NETO. *Dicionário biográfico escritores piauienses de todos os tempos*. Teresina: Halley S.A., 1995.

AIRES, Félix. *Antologia dos sonetos piauienses*. Brasília: Senado Federal Centro Gráfico, 1972.

ALBURQUEQUE JÚNIOR, Durval Muniz. *Nordestino: uma invenção do falo - uma história do gênero masculino (Nordeste – 1920/1940)*. Maceió - AL: Edições Catavento, 2003.

BEVILAQUA, Amélia de Freitas. *A Academia Brasileira de Letras e Amélia Bevilaqua*. documento histórico – literário. Rio de Janeiro: Bernard Frères, 1930.

BEZERRA, Kátia da Costa. A busca pelas mulheres oitocentistas mineiras: recuperando trajetórias de vida. In: MUZART, Zahidé Lupinacci; BRANDÃO, Isabel. (Orgs.). *Refazendo nós: ensaios sobre mulher e literatura*. Florianópolis: Editora Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003, p. 85 - 96.

BLOCH, Marc. *Introdução à História*. 6ª ed. Lisboa: Europa América, 1993. (Coleção Saber).

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

BUITONI, Dulcília Schroeder. *Imprensa feminina*. São Paulo: Ática, 1986. (Série Princípios).

BURKE, Peter. A História como memória oficial. In: *O mundo como teatro*. Estudos de Antropologia histórica. São Paulo: DIFEL, 1992, p. 235 - 251.

CARDOSO, Elizangela Barbosa. *Múltiplas e singulares: história e memória de estudantes universitárias em Teresina (1930 - 1970)*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2003.

CASTELO BRANCO, Pedro Vilarinho. *Mulheres plurais*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1996.

\_\_\_\_\_. *Famílias e escritas*: a prática dos literatos e as relações familiares em Teresina nas primeiras décadas do século XX. Tese de Doutorado. Recife: UFPE, 2005 a.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*: 1 - artes de fazer. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

CHARTIER, Roger. *A História cultural*. entre práticas e representações. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1990.

\_\_\_\_\_. A “nova” História Cultural existe? In: LOPES, Antônio Herculano; VELLOSO, Mônica Pimenta; PENSAVENTO, Sandra Jatahy. *História e Linguagem: texto, imagem, oralidade e representações*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006.

\_\_\_\_\_. *Cultura escrita, literatura e história*: conversas de Roger Chartier com Carlos Aguirre Anaya, Jesús Anaya Rosique, Daniel Goldin e Antônio Saborit. Porto Alegre: ARTMED, 2001.

CHAVES, Mons. Joaquim. *Apontamentos biográficos e culturais*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1994.

DARNTON, Robert. *Boêmia literária e revolução*. o submundo das letras no antigo regime. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

DE LUCA, Leonora. *A Mensageira*. uma revista de mulheres escritoras na modernização brasileira. Dissertação de Mestrado. Campinas - SP: UNICAMP, 1999.

DOSSE, François. *A História em migalhas*. dos “Annales” à “Nova História”. 2ª reimp. São Paulo: Ensaio; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1992.

DUARTE, Constância Lima. O cânone literário e a autoria feminina. In: AGUIAR, Neuma (Org.). *Gênero e Ciências Humanas*: desafios às ciências desde a perspectiva das mulheres. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Tempos, 1997, p. 85 - 93.

\_\_\_\_\_; MACÊDO, Diva Maria Cunha Pereira de. (Estudo, Organização e Notas). *Via-láctea*: de Palmyra e Carolina Wanderley: Natal, 1914 - 1915. Edição Fac-similar. RN: Editora NAC, CCHLA/NEPAM, Sebo Vermelho, 2003.

ELEUTÉRIO, Maria de Lourdes. *Vidas de romance*. mulheres e o exercício de ler e escrever no entre-séculos (1890-1930). Rio de Janeiro: TOPBOOKS, 2005.

FEBVRE, Lucien. *Combates pela História*. 2ª ed. Lisboa: Presença, 1985.

FERREIRA, Luzilá Gonçalves. (Org.). *Em busca de Thargélia*. poesia escrita por mulheres em Pernambuco no segundo oitocentismo: 1870 - 1920. Tomo II. Recife: FUNDARPE, 1996.

FERREIRA, Dina Maria Martins. *Discurso feminino e identidade social*. São Paulo: Annablume: Fapesp, 2002.

FERRO, Marc. *A História vigiada*. São Paulo: Martins Fontes, 1989. (Coleção O homem e a História).

FERRO, Maria Amparo Borges. *Educação e sociedade no Piauí República*. Teresina: Fundação Cultural Mons. Chaves, 1996.

FREITAS, Clodoaldo. *Em roda dos fatos*. Teresina: Fundação Cultural Mons. Chaves, 1996.

\_\_\_\_\_. *Vultos piauienses*. apontamentos biográficos. 2ª ed. Teresina: Fundação Cultural Mons. Chaves, 1998.

\_\_\_\_\_. Em Rodas dos fatos. *Escritos de Clodoaldo Freitas*. Vol. 1 Belém: s.n., 1904, p. 195-197.

\_\_\_\_\_. *História de Teresina*. Teresina: Fundação Cultural Mons. Chaves, 1988.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 11ª emp. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

\_\_\_\_\_. *Arqueologia do saber*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

\_\_\_\_\_. *A Ordem do discurso*. aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 3 ed. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

\_\_\_\_\_. *Estratégia, poder - saber*. Org. e seleção de notas: Manoel Barros de Motta. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais*. morfologia e história. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GONÇALVES, Wilson Carvalho. *Antologia da Academia Piauiense de Letras*. Teresina: APL, 2000.

GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. *Micropolítica*. cartografias do desejo. 4ª ed. Petrópolis - RJ: Vozes, 1996.

HAHNER, June E. *Emancipação do sexo feminino*. a luta pelos direitos da mulher no Brasil, 1850-1940. Florianópolis: Ed. Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003.

HELLER, Agnes. *O cotidiano e a História*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

HELLER, Bárbara. Mulheres leitoras de papel e tinta. *XIV Encontro Regional de História: sujeitos na História*. práticas e representações. Bauru, SP: EDUSC, 2001, p. 33 - 56.

JACOBINA, Alberto Pizarro. *Dias Carneiro (O Conservador)*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938.

JODELET, Denise. Representações sociais: um domínio em expansão. In: \_\_\_\_\_. *As representações sociais*. (Org.). Rio de Janeiro: EDUERJ, 2001, p. 17 - 44.

LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina. *A formação da leitura no Brasil*. São Paulo: Ática, 1996.

LOBO, Luiza. *A Literatura de autoria feminina na América Latina*. Registros SEPLIC: Seminário Permanente de Literatura Comparada, n.4. Rio de Janeiro: Departamento de Ciência da Literatura/ Faculdade de Letras - UFRJ, 1997.

LOPES, Antônio de Pádua Carvalho. *Beneméritos da Instrução*. a feminização do magistério piauiense. Dissertação de Mestrado. Fortaleza: UFCE, 1996.

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In: *História das Mulheres no Brasil*. Mary Del Priore. (Org.) 3ª ed. São Paulo: Contexto, 2000, p. 443 - 481.

MAGALHÃES, Maria do Socorro Rios. *Literatura piauiense*. horizontes de leitura e crítica literária (1900-1930). Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1998.

MALUF, Marina; MOTT, Maria Lúcia. Recônditos do mundo feminino. In: NOVAIS, Fernando A. (Org.). *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 367 - 421.

MENDES, Algemira Macedo. Amélia Bevilaqua: uma voz feminina piauiense no seu tempo. In: SANTOS, Francisco Venceslau dos. (Org.). *Primas 4*, geografias literárias - confrontos: o local e o nacional. Rio de Janeiro, Caetés, n. 4, p. 134 - 155, 2003.

\_\_\_\_\_. *A Imagem da mulher na obra de Amélia Bevilaqua*. Rio de Janeiro: Caetés, 2004.

MENESES, Maria Luiza Mota de. *Amélia de Freitas Bevilaqua*. Fortaleza: Henriqueta Galeno, 1982.

MIGNOT, Ana Chrystina Venâncio; BASTOS, Maria Helena Câmara; CUNHA, Maria Teresa Santos. (Orgs.). *Refúgios do eu*. educação, história e escrita autobiográfica. Florianópolis: Mulheres, 2000.

MORAES, Herculano. *Visão histórica da literatura piauiense*. 4ª ed. Teresina: COMEPI, 1997.

MORAIS, Maria Arisnete Câmara de. *Leituras de mulheres no século XIX*. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

MOREIRA, Nadilza Martins de Barros. *A condição feminina revisitada*. Júlia Lopes de Almeida e Kate Chopin. João Pessoa: UFPB, 2003.

MOSCOVICI, Serge. *Representações sociais*: investigações em psicologia social. 2ª ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2003.

MOURA, Francisco Miguel de. *Literatura do Piauí (1859-1999)*. Teresina: APL, 2001.

MUZART, Zahidé Lupinacci. Inês Sabino. In: \_\_\_\_\_. (Org.). *Escritoras brasileiras do século XIX*. Santa Catarina: Mulheres, 2002, p. 591 - 616.

\_\_\_\_\_. Amélia Bevilaqua. In: \_\_\_\_\_. (Org.). *Escritoras brasileiras do século XIX*: antologia. Vol. II. Florianópolis: Editora Mulheres, Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2004, p. 247 - 287.

NAPOLEÃO, Martins. Seara Humilde. In: VILHENA, Isabel. *Seara humilde*. 2ª ed. Teresina: COMEPI, 1975.

NASCIMENTO, Francisco Alcides. *A cidade sob o fogo*. modernização e violência policial em Teresina (1937 - 1945). Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2002.

NUNES, Luiza Amélia de Queiroz. *Flores incultas*. Parnaíba, PI: [S.N.], 1875.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *As formas do silêncio*. no movimento dos sentidos. 3ª ed. Campinas - SP: UNICAMP, 1995. (Coleção Repertórios).

PERROT, Michelle. *Mulheres públicas*. São Paulo: UNESP, 1998.

\_\_\_\_\_. *As mulheres ou os silêncios da História*. Bauru, SP: EDUSC, 2005.

PINTO, Céli Regina Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

PINHEIRO, Áurea da Paz. *As tensões entre clericais e anticlericais no Piauí nas duas primeiras décadas do século XX*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2001.

PINHEIRO, João. *Literatura piauiense*. esboço histórico. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1994.

PINHEIRO, Odette de Godoy. Entrevista: uma prática discursiva. In: SPINK, Mary Jane P. (Org.). *Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano*. aproximações teóricas e metodológicas. São Paulo: Cortez, 1999, p. 183 - 241.

PINHEIRO FILHO, Celso. *História da imprensa no Piauí*. 3ª ed. Teresina: Zodíaco, 1997.

QUEIROZ, Teresinha. *Os literatos e a República*. Clodoaldo Freitas e Higino Cunha e as tiranias do tempo. 2ª ed. Teresina: EDUFPI; e João Pessoa: UFPB, 1998 a.

\_\_\_\_\_. Teresinha. *História, literatura, sociabilidades*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1998 b.

QUEIROZ, Rachel de. *O quinze*. 72ª ed. São Paulo: Arx, 2002.



QUINLAN, Susan C.; SHARPE, Peggy. Duas modernistas esquecidas: Adalzira Biotencourt e Ercília Nogueira Cobra. In: \_\_\_\_\_. *Visões de passado, previsões do futuro*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Goiânia: Ed. da UFG, 1996, p. 13 - 40.

RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

\_\_\_\_\_. Cultura Feminina e tradição literária no Brasil (1900 - 1932). In: SWAIN, Tânia Navarro; MUNIZ, Diva do Couto Gontijo. (Orgs.). *Mulheres em ação*. práticas discursivas, práticas políticas. Florianópolis: Ed Mulheres; Belo Horizonte: PUC Minas, 2005, p. 195 - 216.

ROLNIK, Suely. *Cartografia sentimental*. transformações contemporâneas do desejo. São Paulo: Estação Liberdade, 1989.

SALOMONI, Rosane. *A escritora/os críticos/a escritura*. o lugar: de Júlia Lopes de Almeida na ficção brasileira. Tese de Doutorado. Porto Alegre: UFRS, 2005.

SANTOS, José Lopes dos. *A Academia e a cadeira 27*. Teresina: APL, 1995.

SHARPE, Peggy. Júlia Lopes de Almeida. In: MUZART, Zahidé Lupinacci. (Org.). *Escritoras brasileiras do século XIX*: antologia. Vol. II. Florianópolis: Editora Mulheres, Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2004, p. 188 - 238.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão*. tensões sociais e criação cultural na primeira república. São Paulo: Brasiliense, 1999.

SCOTT, Joan. *Gênero*: uma categoria útil de análise histórica. Mimeo., s.d.

SPINK, Mary Jane; P. MEDRADO, Benedito. Produção de sentidos no cotidiano: abordagem teórico-metodológica para análise das práticas discursivas. In: SPINK, Mary Jane P. (Org.). *Práticas discursivas e Produção de sentidos no cotidiano*. aproximações teóricas e metodológicas. São Paulo: Cortez, 1999, p. 41 - 61.

TELLES, Norma. Escritores, escritos, escrituras. In: DEL PRIORE, Mary. (Org.). *História das mulheres no Brasil*. 3ª ed. São Paulo: Contexto, 2000, p. 401 - 442.

VASCONCELOS, Eliane. Carmem Dolores. In: MUZART, Zahidé Lupinacci (org.). *Escritoras brasileiras do século XIX*. Santa Catarina: Mulheres, 2002, p. 500 - 533.

\_\_\_\_\_. Madame Crysanthème. In: MUZART, Zahidé Lupinacci. (Org.). *Escritoras brasileiras do século XIX*: antologia. Vol. II. Florianópolis: Editora Mulheres, Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2004, p. 530 - 565.

WANDERLEY, Maria Cavendish. *A voz embargada*. imagem da mulher em romances ingleses e brasileiros do século XIX. São Paulo: EDUSP, 1996.

VEYNE, Paul. *Como se escreve a história; Foucault revoluciona a história*. 4ª ed.rev. Brasília: UNB, 1998.

VILHENA, Maria Isabel Gonçalves de. *Seara humilde*. 2ª ed. Teresina: COMEPI, 1975.

## PERIÓDICOS

### JORNAIS

A.B. O Adorno da Mulher. *Borboleta*, Teresina, p. 1, 29 dez. 1905.

ACÁCIA. O Feminismo. *O Piauí*, Teresina, 28 nov. 1925. Vida Social, p. 4.

\_\_\_\_\_. O Meu Ponto de Vista. *O Piauí*, Teresina, 24 fev. 1926 a. Vida Social, p. 4.

\_\_\_\_\_. Acácia. *O Piauí*, Teresina, 10 mar. 1926 b. Vida Social, p. 4.

\_\_\_\_\_. As Aparências Iludem. *O Piauí*, Teresina, 24 mar. 1926 c. Vida Social, p. 4.

\_\_\_\_\_. A Maledicência. *O Piauí*, Teresina, 16 abr. 1926 d. Vida Social, p. 4.

\_\_\_\_\_. A Inveja. *O Piauí*, Teresina, 07 mai. 1926 e. Vida Social, p. 4.

\_\_\_\_\_. Modernismo? *O Piauí*, Teresina, 16 jul. 1926 f. Vida Social, p. 4.

\_\_\_\_\_. [s.t.]. *O Piauí*, Teresina, 29 jul. 1926 g. Vida Social, p. 4.

ACADEMIA PIAUIENSE DE LETRAS. *Diário Oficial*, Teresina, p. 12, 23 ago. 1940.

A MULHER e Seus Direitos. *O Semanário*, Teresina, 25 set. 1880. Noticiário, p. 3.

A MULHER na Academia de Letras. *A Imprensa*, Teresina, p. 2, 03 abr. 1926.

A NORMALISTA. Postal. *Correio do Piauí*, Teresina, p. 1, 14 out. 1921.

A NORMALISTA. *O Piauí*, Teresina, p. 1, 21 mai. 1927.

AS MULHERES NA MAÇONARIA. *A Imprensa*, Teresina, p. 1, 27 out. 1925.

AS MULHERES INVADEM as Repartições Públicas. *A Imprensa*, Teresina, p. 1, 20 de out. 1925.

ALENCAR, Mario de. O Feminismo. *Correio do Piauí*, Teresina, p. 1, 17 mar. 1922.

A. N. Saias e Cabelos Curtos. *O Piauí*, Teresina, 12 jan. 1927. Vida Social, p. 4.

AUDIÊNCIA Especial. *O Piauí*, Teresina, p. 1, 18 jun. 1922.

BERENICE. O Meu Ponto de Vista. *O Piauí*, Teresina, 13 fev. 1926. Vida Social, p. 4.

BONINA. Inveja. *O Piauí*, Teresina, 10 mai. 1926. Vida Social, p. 4.

BORBOLETA. *O Tempo*, Teresina, p. 3, 26 out. 1905.

CAMÉLIA. A Culpa dos Homens. *O Piauí*, Teresina, 05 mai. 1926. Vida Social, p. 4.

CCB. Variações. *Diário do Piauí*, Teresina, p. 1, 28 jul. 1912.

CENÁCULO Piauiense de Letras. *O Piauí*, Teresina, p. 1, 7 set. 1927.

CENÁCULO PIAUIENSE de Letras. *O Piauí*, Teresina, p. 1, 18 set. 1927.

CENTRO do Professorado Piauiense. *O Tempo*, Teresina, p. 1, 01 nov. 1934.

CHAVES, Antônio. O Feminismo em Teresina. *O Piauí*, p. 1, Teresina, 09 dez. 1920.

CUNHA, Higino. O Salão como Fator Cultural. *Gazeta do Comércio*, Teresina, p. 2, 11 jul. 1894.

\_\_\_\_\_. Diversões Familiares. *O Piauí*, Teresina, p. 1, 16 out. 1919.

\_\_\_\_\_. Academia Piauiense de Letras: eleição por uma cadeira vaga. *Diário Oficial*, Teresina, p. 4, 29 ago. 1940 a.

\_\_\_\_\_. Academia Piauiense de Letras: a crise atual. *Diário Oficial*, Teresina, p. 12, 30 set. 1940 b.

CUNHA, Higino; PINHEIRO, Celso. Maria Isabel Gonçalves Vilhena: honroso parecer. *Diário Oficial*, Teresina, p. 5, 11 jul. 1940.

CUNHA E SILVA. A Mulher. *O Tempo*, Teresina, p. 2, 8 dez. 1934.

DISCURSO DE RECEPÇÃO. Revista da Academia Piauiense de Letras, Teresina, n. 15, p. 101, dez. 1936.

DEL PILAR, Maria. Carta a uma Jovem. *O Semanário*, Teresina, 20 mar. 1880. Variedades, p. 3.

DOLORES. Correio Elegante. *Correio do Piauí*, Teresina, p. 1, 10 mar. 1922 a.

\_\_\_\_\_. A Política. *Correio do Piauí*, p. 4, 16 mar 1922 b.

EGLANTINE. O Meu Ponto de Vista. *O Piauí*, Teresina, 04 mar. 1926 a. Vida Social, p. 4.

\_\_\_\_\_. Recordando. *O Piauí*, Teresina, 20 mar. 1926 b. Vida Social, p. 4.

\_\_\_\_\_. [s.t.] *O Piauí*, Teresina, 30 mar. 1926 c. Vida Social, p. 4.

\_\_\_\_\_. Amicus. *O Piauí*, Teresina, 23 abr. 1926 d. Vida Social, p. 4.

ESMERALDA. [s.t.]. *O Piauí*, Teresina, 27 fev. 1927. Vida Social, p. 4.

FALTAS das Alunas da Escola Normal Julho a Setembro. *O Piauí*, Teresina, p. 4, 28 out. 1926.

FERREIRA, J. Fonseca. Ainda o Celibato das Professoras? *Correio do Piauí*, Teresina, p. 4, 20 out. 1921.

\_\_\_\_\_. Por que não casarem as professoras? *Piauí*, Teresina, p. 1, 7 set. 1920.

FIGURINOS. *O Piauí*, Teresina, p. 4, 19 mai. 1912.

FIGURINOS NOVOS para 1920. *O Nordeste*, Teresina, p. 5, 01 jan. 1921.

FREITAS, Clodoaldo. Aos Domingos. *Pátria*, Teresina, p. 1, 04 fev. 1906.

GRÊMIO dos Simples. Diário do Piauí, Teresina, p. 1, 31 jul. 1912.

GONÇALVES, Maria Cacilda Ribeiro. A Educação e a Mulher. *O Piauí*, Teresina, p. 4, 27 de dez. 1946.

\_\_\_\_\_. O Candidato. *O Piauí*, Teresina, p. 4, 15 mar. 1947.

IRIS. [s.t.]. *O Piauí*, Teresina, 11 mar. 1926 a. Vida Social, p. 4.

\_\_\_\_\_. [s.t.]. *O Piauí*, Teresina, 11 mar. 1926 b. Vida Social, p. 4.

\_\_\_\_\_. [s.t.]. *O Piauí*, Teresina, 09 abr. 1926 c. Vida Social, p. 4.

JEFF; MUST. Filmes. *Correio do Piauí*, Teresina, p. 1, 28 out. 1921.

JOÃO DA SELVA. O Feminismo. *O Piauí*, Teresina, 29 jun. 1927. Vida Social, p. 4.

LIMA, Leonor de Lima. O Feminismo. *Correio de Teresina*, Teresina, p. 4, 7 abr. de 1913.

LIMA, Maria Guadalupe Lopes de. Os Pracinhas da FEB. *O Piauí*, Teresina, p. 5, 26 mai. 1946.

LIVROS PIAUIENSES - Maria Isabel Gonçalves Vilhena: Seara Humilde - Imprensa Oficial - 1940. *Diário Oficial*, Teresina, p.12, 15 ago. 1940.

LOPES, Plautila. O Amanhecer. *A Imprensa*, Teresina, p. 1, 24 abr. 1926 a.

\_\_\_\_\_. Discurso. *O Piauí*, Teresina, p. 1, 20 mai. 1926 b.

LOPES, C. O Casamento das Professoras: carta aberta ao Dr. Aquiles Lisboa. *Correio do Piauí*, Teresina, p. 1, 06 abr. 1922.

MAGNÓLIA. Correio Elegante. *Correio do Piauí*, Teresina, p. 4, 14 mar. 1922.

MARTA. Bonito. O Piauí, Teresina, 16 mai. 1926. Vida Social, p. 4.

MEDEIROS, Jesus. Aspectos. *O Piauí*, Teresina, p. 1, 10 dez. 1927.

MELO, Antônio Neves de. Cenáculo Piauiense de Letras. *O Piauí*, Teresina, 17 set. 1927. Editais, p. 3.

MISSÃO da Mulher na Família. *A Imprensa*, Teresina, p. 1, ano 2, n. 49, 06 fevereiro de 1926.

MULHER Vestida de Homem. *O Dominical*, Teresina, p. 4, ano 13, n. 60, out. 1949.

MULHER NOS ANÚNCIOS. *O Dominical*, Teresina, ano 13, n. 79, nov. 1949. Página Feminina, p. 3.

NAPOLEÃO, Martins. Academia Piauiense de Letras. *Diário Oficial*, Teresina, p. 7, 06 jul. 1940.

NA AMÉRICA do Norte: uma manifestação sufragista espetáculo curioso. *Piauí*, Teresina, ano 23, n. 1242, p.2, 23 ago. 1913.

OLHO DE LINCE. Sueltinho. *Diário do Piauí*, Teresina, p. 1. 02 out. 1912 a.

\_\_\_\_\_. Sueltinho. *Diário do Piauí*, Teresina, p. 1, 11 out. 1912 b.

OLÍMPIO, Matias. Uma Piauiense Notável. *Correio de Teresina*, Teresina, p. 1, 17 ago. 1914.

O FEMINISMO. *O Piauí*, Teresina, p. 1, 19 mai. 1912.

O PERIGO Feminino. *Piauí*, Teresina, p. 4, 01 jun. 1906.

O VOTO Feminino. *O Tempo*, Teresina, p.1, ano 1, n. 50, 25 jan. 1928.

O VOTO FEMININO. *O Piauí*, Teresina, 18 nov. 1926. Vida Social, p. 4.

O RECITAL de Marilita Pozzoli. *Diário Oficial*, Teresina, p. 6, 06 jul. 1940.

O REINADO das Mulheres. *O Piauí*, Teresina, p. 4, 06 de mar. 1902.

REVISTA FEMININA. *O Dia*, Teresina, p. 3, 12 de jan. 1924.

SILVEIRA, M. Sotero Vaz da. Razões de Um Voto: o casamento das professoras. *O Piauí*, Teresina, p. 1, 13 nov. 1921.

SINHÁ. Cartas Femininas. *O Nordeste*, Teresina, p. 3, 24 abr. 1920.

SONIA. Fogueiras e Corações. *O Piauí*, Teresina, p. 4, 12 fev. 1927.

TUMIRA. No Jardim. *O Semanário*, Teresina, p. 1, 02 mar. 1878.

\_\_\_\_\_. Flores Incultas. *O Semanário*, 17 ago. 1878. Seção Livre, p. 3.

URTIGÃO, R. A Mulher. *O Monitor*, Teresina, p. 2, 19 mar. 1908.

VASCONCELOS, Antônio. O Caso das professoras. *Correio do Piauí*, Teresina, p. 1, 24 mar. 1922.

VIOLETA. O Meu Ponto de Vista. *O Piauí*, Teresina, 23 fev. 1926 a. Vida Social, p. 4.

\_\_\_\_\_. O Feminismo. *O Piauí*, Teresina, 06 abr. 1926 b. Vida Social, p. 4.



ZELIA. A Caridade. *A Imprensa*, Teresina, p. 1, 05 jul. 1926.

Y. Populares. *O Monitor*, Teresina, p. 2, 25 abr. 1907 a.

Y. Populares. *O Monitor*, Teresina, p. 2, 02 mai. 1907 b.

## REVISTAS

AGUIAR, Aldenora. Meu Ideal Representado em Sonho. *Raios de Luz*, Teresina, p. 6, out. 1940.

AVELINO, Maria Helena Dantas. Símbolo de Liberdade. *Zodiaco*, Teresina, ano 3, n. 15, p. 23, 1945.

BATISTA, Zoraide Castelo Branco. Angústia. *Caduceu*, Teresina, n.1, p. 122, 1944.

BERNARDES, Maria Elena. Laura Brandão soltando a voz nos salões literários. *Cadernos AEL - Arquivo Edgard Leuenroth*. mulher, história e feminismo, Campinas, SP: AEL, 1995, 1996, n. 3/4, p. 201 - 230.

BRANCO, Cristino Castelo. Discurso de Cristino Castelo Branco em 15 mai. 1926 - Aniversário da Escola normal. *Revista da Academia Piauiense de Letras*, n. 10, p. 56 - 57, 1926.

\_\_\_\_\_. Discurso de Dr. Cristino Castelo Branco Recepção de Amélia de Freitas Bevilaqua, Retorno do Ceará. *Revista da Academia Piauiense de Letras*, Teresina, ano 19, n. 15, p. 19, 1936.

CASTELO BRANCO, Pedro Vilarinho. As múltiplas faces de Eva: a construção das identidades femininas em textos literários. *Caminhos da História*, Monte Carlos, MG, vol. 10, n. 1, p. 131 - 164, 2005 b.

\_\_\_\_\_. Masculinidades plurais: a construção das identidades de gênero em obras literárias. *História Unisinos*, vol. 9, n. 2, p. 85 - 95, 2005 c.

CARVALHO, Zelina de Área Leão. A Glorificação dos Heróis. *Zodiaco*, Teresina, ano 3, n. 15, p. 32, 1945.

CLÓVIS Bevilaqua. Istoé - o brasileiro do século - economistas e juristas, São Paulo, n. 9, p.14, 1999.

CORRÊA, Mayra Castro e. Feminismo Prêt-à-Porter – Significado da Aparência na Imprensa Feminina e Feminista do Brasil. *Cadernos AEL - Arquivo Edgard Leuenroth*. mulher, história e feminismo, Campinas, SP, n. 3/4, p. 111 - 149, 1995,1996.

CUNHA, Alda. Os Direitos da Mulher. *Almanaque da Parnaíba*, Parnaíba, p.283, 1940.

DE LUCA, Leonora. O “feminismo possível” de Júlia Lopes de Almeida (1862-1934). *Cadernos Pagu*, Campinas, SP: PAGU - Núcleo de Estudos de Gênero/ UNICAMP, SP. Dossiê Simone de Beauvoir e os feminismos do século XX, p. 275 - 299, 1999.

DOS ANJOS, Elisa. Divagações. *Gleba*, Parnaíba, ano 1, n. 9, p. 18, 1934 a.

\_\_\_\_\_. Cinzas. *Gleba*, Parnaíba, ano 1, n. 10, p. 11, 1934 b.

FERREIRA, Verônica. Entre emancipadas e quimeras – imagens do feminismo no Brasil. *Cadernos AEL - Arquivo Edgard Leuenroth*. mulher, história e feminismo, Campinas, SP, n. 3/4, p. 153 - 200, 1995, 1996.

FONTE, Maria da Penha. A Escola Nova e a Atuação do Mestre. *Raios de Luz*, Teresina, p. 5, out., s.n., 1940.

HELENA SILVIA. Saudade. *A Revista*, Teresina, v. 1, n. 2, s.n., 1927.

JÚDICE, Norma. Verbo e Voz na Escrita do Homem e da Mulher. *Gragoatá*, Niterói, n. 3, p. 169 - 184, 1997.

LIMA. Guadalupe. Poema de Minhas Mãos Vazias. *Zodiaco*, Teresina, ano 3, n. 14, p. 17, 1945 a.

\_\_\_\_\_. Vertigem. *Geração*, Teresina, ano 3, n.3, p.12, 1945 b.

MAGALHÃES, Maria do Socorro Rios. Literatura Piauiense: No Tempo das Polêmicas. *Revista da Academia Piauiense de Letras*, n. 54, ano 79, p. 71 - 80, 1996.

MARIPOSA. Tiradentes. *Raios de Luz*, Teresina, p. 26, out. 1940.

MARTINS, Ana da Silva. O Nosso Internato. *Primícias Literárias*, Teresina, ano 2, n. 6, s.n., 1937.

MATTOS, Fernanda. O Alienado e o Direito Penal. *Cultura Acadêmica* revista dos alunos da Faculdade de Direito do Piauí, ano 1, n. 1, p. 49, 1947.

MELO, Ivone de Carvalho. 11 de agosto. *Zodiaco*, Teresina, n. 10, p. 30, 1940.

MELO, Cléa Rezende Neves de. O Cenáculo Piauiense de Letras. *Revista da Academia Piauiense de Letras*, Teresina, n. 55, ano 80, p. 263 - 268, 1997.

QUEIROZ, Teresinha. A Literatura Piauiense na Abordagem da História Social. *Cadernos de Teresina*, Teresina, p. 19 - 23, dez. 1994.

\_\_\_\_\_. História e Literatura: Um Olhar Sobre as Fontes. *Revista da Academia Piauiense de Letras*, Teresina, n. 54, ano 79, p. 17 - 36, 1996.

QUEIROZ, Rachel de. Entrevista. *Investigações*, Linguística e Teoria Literária, vol. 8, p. 9 - 24, 1998.

RAGO, Margareth. A sexualidade feminina entre o desejo e a norma: moral sexual e cultura literária feminina no Brasil, 1900 - 1932. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 14, n. 28, p. 28 - 44, 1994.

\_\_\_\_\_. Adeus ao Feminismo. *Cadernos AEL - Arquivo Edgard Leuenroth*. mulher, história e feminismo, Campinas, SP, n. 3/4, p. 11 - 43, 1995, 1996.

RAPOSO, Torres. O Feminismo. *A Revista*, Teresina, v. 2, n. 2, s.n., 1927.

SALDANHA, Maria do Socorro Bastos. Heróis e Santos. *Zodiaco*, ano 3, n. 16, p. 19, 1945.

SILVA, Otília. O Crepúsculo. *A Revista*, Teresina, v. 1, n. 2, s.n., 1927.

SILVA, Zenóbia Ribeiro da. Recordando. *A Revista*, Teresina, v. 1, n. 2, s.n., 1927.

SOUZA, Ione Pessoa. Uma Página da Liberdade. *Raios de luz*, Teresina, p. 17, out. 1940.

TITO, Arimatéia. O Sufrágio Feminino. *Litericultura*, Teresina, ano 2, v. 1, p. 253, jul. 1913.

UMA TERCEIRA ANISTA. Um Casal de Camponeses e sua História. *A Voz da Parnaíba*, Parnaíba, p. 51, jan. 1944.

VILHENA, Isabel Gonçalves de. A Mulher Piauiense e a Independência. *Zodiaco*, Teresina, ano 3, n. 16, p. 38, 1945.

WESER, Felismino. A Mulher e o Século. *Voz do Estudante*, Teresina, ano 1, n. 1, p. 8, 1940.

#### ARTIGOS E PERIÓDICOS ELETRÔNICOS

ALVES, Ívia. Os Difíceis Caminhos Percorridos pelas Escritoras Baianas (1880-1950): mapeamento e temáticas. IN: *Boletim do GT: Mulher e Literatura* da Associação Nacional de Pós-Graduação em Letras e Linguística (ANPOLL), n. 8, 2000. Disponível em: <<http://www.mulhernaliteratura.ufsc.br>>. Acesso em: 08 mai. 2005.

BRAUNER, Eugenio. Julinho da Adelaide, um pseudônimo que driblou a censura - em processo-. *Revista Nau Literária*, Dossiê: a literatura em tempos de repressão, n. 1. Disponível em: <<http://www.nauliterária.com.br>>. Acesso: 13 abr. 2006.

DUARTE, Constância Lima. Feminismo e Literatura no Brasil. *Estudos Avançados*, vol.17, n. 49, set. / dez., 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 28 mai. 2005.

SOIHET, Rachel. Sutileza, Ironia, Zombaria: instrumentos no descrédito das lutas das mulheres pela emancipação. *Labrys: estudos feministas*, n. 4, ago./dez. 2003. Disponível em: <<http://www.unb.br/ih/his/gefem>>. Acesso em: 19 nov. 2005.

SCHUMAHER, Schuma. *Primeira Onda Feminista*. Disponível em: <http://www.mulher500.org.br>. Acesso em: 28 mai. 2005.

TELLES, Norma. Fragmentos de um mosaico: escritoras brasileiras no século XIX. *Labrys: estudos feministas*, n. 8, out.dez. 2005. Disponível em: <<http://www.unb.br/ih/his/gefem>>. Acesso em: 19 jun. 2006.

XAVIER, Elódia. O Pseudônimo Chrysanthème e a Personagem de Pierre Loti: um simples empréstimo? IN: *Boletim do GT: Mulher e Literatura da Associação Nacional de Pós-Graduação em Letras e Linguística (ANPOLL)*, n. 8, 2000. Disponível em:: <<http://www.mulhernaliteratura.ufsc.br>>. Acesso em: 08 mai. 2005.

# Livros Grátis

( <http://www.livrosgratis.com.br> )

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)  
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)  
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)  
[Baixar livros de Matemática](#)  
[Baixar livros de Medicina](#)  
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)  
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)  
[Baixar livros de Meteorologia](#)  
[Baixar Monografias e TCC](#)  
[Baixar livros Multidisciplinar](#)  
[Baixar livros de Música](#)  
[Baixar livros de Psicologia](#)  
[Baixar livros de Química](#)  
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)  
[Baixar livros de Serviço Social](#)  
[Baixar livros de Sociologia](#)  
[Baixar livros de Teologia](#)  
[Baixar livros de Trabalho](#)  
[Baixar livros de Turismo](#)